



Anais da Assembleia

Nº 124

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 159/79 - Mensagem Governamental n.º 129/79, que dispõe sobre a reserva de Terras devolutas em zonas urbanas, conforme especifica; e 158/79 - Mensagem Governamental n.º 66/79, que condiciona ao cumprimento da Lei Federal n.º 4.771, de 15/04/65, os financiamentos a serem obtidos através de órgãos financeiros do Estado.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 146/79 e 152/79, respectivamente, Mensagem Governamental n.º 116/79, que objetiva alterar a organização administrativa da FUNDEPAR e Mensagem Governamental n.º 128/79, que objetiva dar nova redação a dispositivos que especifica da Lei n.º 7.074, de 02/01/79, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER a juntada ao Projeto de Lei n.º 70/78, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Prefeito Jaime Lerner, o anexo "curriculum vitae", do mesmo.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1979.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Apoio: Wilson Fortes e Werner Wanderer

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 112/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Comitê de Imprensa é o órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo único — É de exclusivo direito dos jornalistas credenciados, o acesso às dependências privativas da Assembleia, ressalvados os casos previstos em regulamento próprio.

Art. 2.º — O Comitê de Imprensa reger-se-á por regulamento baixado pela Mesa e considerado parte integrante do Regimento Interno da Assembleia.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1979.

a) AIRTON CORDEIRO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto mais palpitante das páginas políticas do País, sem dúvida nenhuma, é a reformulação partidária. Ou a alteração desses conglomerados que, hoje, se convencionou chamar agremiações políticas.

Na verdade, Sr. Presidente, o que existe em tudo isso é mais uma manobra do Governo querendo solapar a legitimidade das correntes de pensamento que, hoje, são forçadas a vestir a camisa de força do governo.

Se no passado, Sr. Presidente, os partidos se faziam com liberdade, graças a um movimento que surgiu em 1945, e que através de vários anos de escola política, no regime democrático, forjaram-se no curso desse tempo, até 1964. Alguns ideários que, efetivamente representavam as legítimas correntes de pensamento, muitos dos quais baseados na aspiração e na vocação libertária do povo brasileiro.

Hoje, Sr. Presidente, nos laboratórios do planalto, articulam-se fórmulas, criam-se alternativas, todas manuseadas no interesse dos que estão governando.

Sr. Presidente, começam, novamente, as manobras do governo para solapar, subtrair e roubar do povo, mais uma vez, aquilo que poderíamos dizer, legitimidade de representação.

Se vemos o Parlamento, hoje, tolhido, não só nos seus poderes, mas em suas prerrogativas, é devido a uma política elitista, exclusivista, daqueles que assomaram-se ao planalto e aos organismos assessoriais, para governar.

E hoje, o Congresso Nacional, tumultuado, desvirtuado, perdido nas divagações e nos sonhos, sem achar caminho adequado que possa alojar as verdadeiras e legítimas correntes de

pensamento, o governo nada mais faz do que proceder a arregimentação dos alquimistas das épocas mais difíceis porque passam as lideranças políticas nacionais. Criar condições, criar impedimentos, para que as ideologias triunfem. E o que dizer das assertivas do Chefe da reformulação partidária, Sr. Petrônio Portella, que chega a dizer que se formam aglomerados que poderiam ser chamados de pré-partidos.

Ora, Sr. Presidente, o que o governo deseja é, mais uma vez, dismantlar a Oposição. Esta Oposição que, nestes 15 anos, de dureza, de arbítrio, de prepotência, procurou cobrir, tirar as arestas das dificuldades de sobrevivência, e o que se nota hoje, Senhor Presidente, é que o Governo, nesta manobra toda, busca uma única coisa: o golpe da jibóia. O golpe da jibóia, Senhor Presidente, consiste em chamar a sua presa para atração das suas vistas e do seu redor, para poder enrolar, engolir, massacrar aqueles que servem de seu alimento, o alimento do poder.

Nessas condições, Senhor Presidente, a Nação brasileira, os políticos brasileiros, deveriam dar um exemplo de grandeza, de liberdade, de independência e sobretudo, de inteligência, e dizer ao Governo: "basta!" às manobras para ficar e continuar governando de forma arbitrária.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL -- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Cumpra a esta Casa Legislativa examinar, discutir e votar o projeto de lei que trata da efetivação do professor.

Na verdade chegou o momento do Governo fazer justiça ao professor paranaense que durante um longo tempo vem ministrando aulas suplementares, em virtude da inexistência de concurso público para ingresso na carreira.

Mas não é possível que entendamos como um favor especial o cumprimento de um dever, já que sendo um direito adquirido pelo próprio professor, era de se esperar que mais dia, menos dia, o Governo do Estado descobrisse o momento de ser feita a justiça.

Todavia o que se esperava é uma justiça ainda que não por inteiro, pelo menos que não venha de muletas, ou capenga.

No caso da Mensagem que é encaminhada a esta Casa de Leis, era de se esperar que o Senhor Secretário da Educação — que é o Secretário diretamente responsável pelo setor de atuação do professorado paranaense, tivesse argumentado o mais seriamente possível junto ao Senhor Governador, sobre alguns tópicos que merecem reparos.

Tento e não consigo entender como se pretende regularizar a situação do suplementarista, integrando-o no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, negando-lhe que participe do seu próprio estatuto que é o Estatuto do Magistério.

Tento e não consigo entender qual a razão de permitir tal Mensagem, que somente quem não detenha outro cargo público é que possa obter a vantagem da futura nova lei.

Na verdade se o Governo pretende uma solução definitiva para a atual situação dos professores suplementaristas, é lícito que acreditemos no fim do ciclo das aulas suplementares, já que os suplementaristas serão efetivados e novos concursos abertos.

Resta então saber qual será a situação dos milhares de professores que tendo um padrão, são também suplementaristas já de longa data.

Durante todos esses anos o orçamento de tais professores está alicerçado no que percebem pelo padrão e pelas aulas extraordinárias.

O anteprojeto de lei nega tal benefício a esses professores, pois só beneficia quem não é ocupante de outro cargo

a qualquer título.

Esses professores, em tal caso, não serão apenas marginalizados pela nova lei, mas na verdade serão por ela prejudicados.

Prejudicados sim! O natural será perderem mais hoje, mais um amanhã as suas aulas extraordinárias e como consequência deverão sobreviver com os vencimentos exclusivos do padrão.

Não basta o remendo feito para que o professor possa optar pela efetivação, já que o prazo que lhe foi dado exige a sua exoneração.

Que a futura lei vai atender muitos casos, é tese que não discutimos. Nossa preocupação é com os que ficarão fora da proteção da nova lei.

Faço essas observações porque de longa data venho preocupado com o problema do suplementarista e sempre tive a intenção séria de defendê-lo.

A oportunidade que o Parlamentar tem está chegada!

Eu não quero violentar minha consciência, pois conheço algumas dezenas de casos de professores que sairão injustiçados com a nova lei.

Desejo apenas cumprir o meu dever!

Não vejo na alteração da Mensagem do Sr. Governador qualquer problema de fundo político, mas sim, de fundo humano.

Pelo menos antes de acabarem as legendas do "sim" e do "não", quero ter a tranqüilidade de ter sido coerente, justo e humano."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Serviço Previdenciário de Maringá vem sempre dando problemas e, enquanto aqui esta Casa já debateu longamente, colocações feitas pelo Deputado Edilson Alencar e por outros Deputados com referência específica à forma de atendimento do sistema previdenciário nacional em termos de Paraná, nós estamos recebendo, agora, um telex enviado não só a mim, como também para o Deputado Antônio Facci, exigindo providências urgentes da Superintendência do Serviço Previdenciário Paranaense, no tocante a mais um esvaziamento que se pretende fazer em termos de atendimento médico à população daquela região.

O telex tem este conteúdo:

"Maringá, cidade-polo de centenas de município densamente povoados os quais abrigam a população de mais de 3.000.000 de habitantes, é um dos centros médicos mais importantes do Norte Novíssimo. Gradativamente vem se afirmando e centralizando uma gama de serviços de utilidade pública quer de entidades privadas ou governamentais. É necessário e importante dentro da abertura político-econômica e social atualmente preconizada, ampliarmos as instalações, melhoramentos e os serviços ao encargo do INAMPS de Maringá, ao invés de suprimi-los, razão porque, não se justifica a pretensão de transferir o importante e vital serviço da diálise local, para Londrina; isto representaria um retrocesso e um prejuízo social ao nosso povo e à nossa cidade. Sendo assim, pedimos a Vossa Excelência que interceda junto às autoridades responsáveis, solicitando a manutenção desse serviço, em Maringá, por uma questão de humanitarismo, pois não é justo deixar de se dar assistência a tão expressiva população, obrigando as pessoas que dependem do aparelho, a se locomoverem até local mais distante.

Agradecidos,

A Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá".

Sr. Presidente, era este o conteúdo do telex agora recebido da Associação Comercial, e pediríamos a Vossa Excelência que fizesse, portanto, ser dado conhecimento deste telex à Superin-

tendência Regional do INAMPS. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, nobres Deputados.

(Lê): “Na Sessão desta Casa, realizada no dia 18 de setembro último, o nobre Deputado Cyro Martins, ocupando a tribuna, a fim de, em tentando responder ao pronunciamento que fiz, em regozijo à passagem do aniversário da Emancipação Política de Ponta Grossa, teceu críticas à Administração do Prefeito Luiz Carlos Zuk.

Disse eu, tentar responder, porque nas minhas palavras nada disse que pudesse ferir o nobre Deputado. Sua Excelência, naturalmente, não ficou satisfeito pela iniciativa que tive em saudar Ponta Grossa pelo transcurso de sua data magna, fato que, segundo parece, passou-lhe despercebido.

É evidente que, ao fazer o meu pronunciamento, teria eu que ressaltar, com a maior ênfase, Ponta Grossa e o trabalho que o Prefeito e meu prezado correligionário, Luiz Carlos Zuk, leva a efeito naquela próspera e querida comuna. E esta última parte é que desagradou o nobre colega, o qual, em suas palavras, disse, entre outras coisas, que minhas considerações foram irrealis e inverídicas.

Irrealis e inverídicas para o nobre Deputado, que se encontra completamente desligado dos assuntos que dizem respeito a Ponta Grossa.

Sei perfeitamente o que quer dizer Administração. É o ato de administrar. É a repartição, onde o chefe é o administrador. E Administração, sem aspas, é que desenvolve em Ponta Grossa o Prefeito Luiz Carlos Zuk, cumprindo, com galhardia, o mandato que o povo pontagrossense lhe outorgou, em boa hora, por expressiva maioria, através de verdadeira consagração nas urnas.

O nobre Deputado sabe perfeitamente que, nos primeiros dois anos de sua administração — sem aspas, repito — o Prefeito Luiz Carlos Zuk não contou com o prestigiamento do Governo do Estado, pois o então Senhor Governador relegou Ponta Grossa a plano inferior, só pelo motivo de pertencer o Prefeito ao MDB. Prejudicar um Município é menosprezar um povo, de tão ricas tradições, por questões de sigla partidária, são atos que só poderiam advir de uma pessoa com a mentalidade do então ocupante do Palácio Iguazu.

E, apesar disso, repito, nobre Deputado Cyro Martins: Ponta Grossa cresceu. Cresceu ainda com maior entusiasmo, pelo esforço e pelo trabalho de seu Povo e pela execução das metas administrativas do Prefeito Luiz Carlos Zuk, permitindo, com altivez, naquela oportunidade, como muito bem frizou Vossa Excelência, que a “caravana passasse, enquanto os cães ladravam”.

A caravana é grande, nobre Deputado. É do tamanho da importância e da grandeza de Ponta Grossa, e continua a percorrer o caminho da decência e do labor, com a única finalidade: a de trabalhar com dedicação e muito amor pelos magnos interesses da “Princesa dos Campos”, para propiciar o bem-estar de sua valorosa população.

No decorrer de seu mandato, frente à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Vossa Excelência, nobre Deputado Cyro Martins, evidentemente cumpriu com seu dever. Quando assumiu, em janeiro de 1969, encontrou publicado um Relatório, da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai - CIBPU, sobre “Plano de Industrialização Regional”, mencionando o Município de Ponta Grossa como um dos principais polos de desenvolvimento do Paraná.

O documento foi apresentado no ano de 1963, e definiu Ponta Grossa como possível polo de desenvolvimento industrial, frizando ser o ponto central de comunicação do Paraná, contando com estradas rodoviárias e ferroviárias para todas as regiões do Estado e para com os demais pontos importantes da econo-

mia brasileira, como São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do País. A importância de Ponta Grossa, no relatório em epígrafe, não se resumiu tão somente em apontar as facilidades de comunicação, mas sim, na sua já alta percentagem de população urbana. Em parte de seu texto, diz o Relatório da CIBPU: “Como atividade econômica, já a atividade industrial assume posição principal. No que se refere ao fornecimento de mão-de-obra, podemos dizer que entre as cidades do Paraná, Ponta Grossa coloca-se entre as que apresentam melhores condições. Destas condições de Ponta Grossa que se ressaltam, à medida que se compara com outras cidades do Estado, conclui-se que ocupa a posição de um dos núcleos que apresenta maiores possibilidades de desenvolvimento industrial do Paraná, por integrar também, o sistema tronco energético no programa de eletrificação da COPEL”.

Pois bem. Com a infra-estrutura preparada pelo saudoso Prefeito José Hoffmann, e pelo ilustre ex-Prefeito Plauto Miró Guimarães, à luz do Relatório da CIBPU, não foi difícil para o nobre Deputado Cyro Martins acolher os empresários que almejavam instalar indústrias em Ponta Grossa, pelas excelentes condições que o Município oferecia. Destaque-se, ainda, que, na gestão do Prefeito Dr. Plauto Miró Guimarães, foi implantado o Plano Diretor de Desenvolvimento de Ponta Grossa, valioso instrumento destinado a agilizar o desenvolvimento global daquele Município.

Ao que estou informado, durante o mandato do Prefeito Plauto Miró Guimarães, vários empresários haviam entrado em contato com a Prefeitura, com a finalidade de sondar as possibilidades de construção de indústrias em Ponta Grossa, sendo que o único percalço para tal, de imediato na época, era o fator energético deficiente, com a responsabilidade da Companhia Prada de Eletricidade, que já estava comprando energia da COPEL, mas sem poder expandir suas atividades, como era necessário para atender à demanda. O problema estava sendo equacionado pelo Governo do Estado, com processo de encampação em andamento, fato que se consumou, mais tarde, se me não engano, na própria gestão do nobre Deputado.

Diante do admirável quadro que se apresentava, iniciou-se, quase que sem esforço algum, pode-se dizer, o processo de industrialização de Ponta Grossa.

Estava tudo pronto. Foi só subir na boléia...

E a prova disso, foi a ineficácia do PLADEI - Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa, que pouco, muito pouco, colaborou para o crescimento industrial daquele Município. Era uma lei falha. Vazia em todos os seus longos artigos, títulos e capítulos, com mecanismo teórico e que nunca chegou a ser acionado, a não ser para tiradas demagógicas. De prático, nada se consubstanciou em matéria de incentivo à industrialização, pela sua impraticabilidade e falta de regulamentação adequada.

Os estímulos fiscais previstos aos contribuintes de Impostos, de acordo com o extinto PLADEI, e que foram objeto de centenas de requerimentos, solicitando reversão e a consequente expedição de certificados, ainda se encontram sem solução, devido, única e exclusivamente, à incoerência da própria norma legal então estabelecida.

O PLADEI condicionava a concessão de benefícios às empresas que assumissem a condição de sociedade anônima de capital aberto e, por este motivo, nenhuma empresa instalada em Ponta Grossa foi favorecida pelo mesmo, por não se enquadrar na norma estabelecida, verdadeira letra morta.

O tão cantado e louvado PLADEI não trouxe benefício algum a Ponta Grossa. Possuía um Órgão Superior de Administração e Controle, denominado CONSUPER, e que era integrado por representantes da classe industrial; classe comercial; Câmara de Vereadores, Sindicatos, Corpos Docente e Discente da Universidade e de Clubes de Serviço. Competia ao

CONSUPER, manifestar-se sobre a política municipal de desenvolvimento industrial e de outros assuntos correlatos; fixar critérios de prioridades a serem adotados para simplificar as atividades industriais básicas no Município; manifestar-se sobre as medidas destinadas ao aperfeiçoamento e especialização do parque industrial no sentido de racionalizar o desenvolvimento industrial do Município; aprovar os projetos que lhes fossem submetidos, etc., etc....

Constata-se, pelo exposto, que ao CONSUPER estava afeta a execução da política industrial do Município de Ponta Grossa e que todo o sistema, se efetivamente concretizado sob os auspícios do PLAIDEI, deveria ser analisado pelo citado órgão superior.

Mas nada disso aconteceu. Os empresários instalaram suas indústrias, sem contar com a participação efetiva do PLAIDEI, porquanto o CONSUPER, no período de janeiro de 1973 a 1.º de dezembro de 1975, reuniu-se apenas sete vezes, sendo uma para a instalação do Conselho e outra para dar posse a membros.

Nenhuma empresa, antes de ser instalada, passou pelo crivo do PLAIDEI.

Criou-se uma lei com o mais alto sentido, é verdade, mas que não passou de simples rótulo, tornando-se uma lenda que, felizmente, vai se desfazendo, face à verdade dos fatos.

O nobre Deputado Cyro Martins referiu-se à arrecadação municipal, dizendo que se a Prefeitura de Ponta Grossa passa por situação auspiciosa foi em função do planejamento levado a efeito por Sua Excelência, quando no exercício do cargo de Prefeito. Este planejamento mencionado pelo nobre Deputado é que merece aspas, senão vejamos:

- em 1968, a arrecadação foi de Cr\$ 5.276.580,08 e o ICM Cr\$ 2.683.491,71;
- Em 1969, Cr\$ 6.619.312,87 e o ICM Cr\$ 3.424.143,35;
- em 1970, Cr\$ 8.159.244,60 e o ICM Cr\$ 4.279.394,06;
- em 1971, Cr\$ 11.743.271,43 e o ICM Cr\$ 6.078.126,93;
- em 1972, Cr\$ 16.055.172,64 e o ICM Cr\$ 9.399.320,00;
- em 1973, Cr\$ 23.053.848,04 e o ICM Cr\$ 10.700.508,18;
- em 1974, Cr\$ 30.297.941,33 e o ICM Cr\$ 13.918.963,58;
- em 1975, Cr\$ 55.877.311,86 e o ICM Cr\$ 24.808.445,87;
- em 1976, Cr\$ 88.268.227,53 e o ICM Cr\$ 45.322.697,39;
- Em 1977, Cr\$ 133.064.403,78 e o ICM Cr\$ 66.309.464,92;
- em 1978, Cr\$ 199.003.829,11 e o ICM Cr\$ 90.938.116,38;
- em 1979 está prevista a arrecadação de Cr\$ 400.000.000,00 e Cr\$ 140.000.000,00 de ICM.

Note-se o crescimento da arrecadação municipal até o exercício de 1977, inexpressivo por todos os títulos, o mesmo acontecendo com o ICM. O Prefeito Luiz Carlos Zuk tomou posse em fins de janeiro de 1977, deparando com a Lei de Meios, na ordem de Cr\$ 177.064.403,78, e a arrecadação do ICM em torno de Cr\$ 66.000.000,00.

Tão logo assumiu, no dia 31 daquele mês, o Prefeito Luiz Carlos Zuk empenhou-se, com todas as suas forças, através, principalmente, da Assessoria Municipal de Planejamento, criando o Cadastro Técnico Municipal, que procedeu acurados estudos, dentro de uma programação efetiva de atividades, inclusive no que tange ao trabalho atinente ao planejamento físico-urbanístico.

Foram preparadas e cadastradas 4.907 quadras; preenchidos 76.911 boletins de registros imobiliários e enviados para processamento de dados, a fim de emissão de carnês; preparadas e levantadas em campo 778 quadras, para registro de ativi-

des produtoras; implantadas as referências cadastrais de 195 loteamentos da cidade e substituídas 420 pautas de valores referentes aos Distritos Industriais e loteamentos localizados fora do perímetro urbano.

Foi realizada pesquisa sócio-econômica e face ao catálogo organizado com todos os dados físicos, está o Cadastro Técnico Municipal apto para atender todas as atividades do setor, com amplas possibilidades de realizar o trabalho de planejamento, de qualquer tipo, face à estrutura montada.

Com o planejamento feito pela atual administração municipal de Ponta Grossa está aquele Município apto para se enquadrar no Programa de Desenvolvimento das cidades de médio porte, estabelecido pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que canaliza recursos às comunidades distinguidas com esse posicionamento, em todo o País.

Em vista da estrutura estabelecida pela Assessoria Municipal de Planejamento, a cidade está em perfeitas condições de ingressar no "Projeto CURA", pelo qual o Município de Ponta Grossa receberá recursos para o desenvolvimento urbano, com a implantação de equipamentos urbanos e recuperação de fundos de vales, com aproveitamento intenso das áreas ociosas da Cidade, com a criação de uma infinidade de condições para construção de parques de lazer.

Isto é planejamento, nobre Deputado Cyro Martins.

E o resultado não se fez esperar. O orçamento para 1978, apresentou uma arrecadação de Cr\$ 199.003.829,11 e o ICM Cr\$ 90.938.116,38, e no presente exercício está orçado em Cr\$ 400.000.000,00 e o ICM em Cr\$ 140.000.000,00.

Já se encontra na Câmara Municipal o orçamento para o próximo exercício de 1980, prevendo uma arrecadação de Cr\$ 780.000.000,00, incluindo o ICM, que será na ordem de Cr\$ 210.000.000,00. Qual o milagre de quase dobrar o orçamento, de um ano para outro? É o milagre do trabalho e do esforço em favor da cidade, desenvolvido pelo Prefeito Luiz Carlos Zuk e pela sua brilhante equipe.

É o planejamento efetuado, são as séries de medidas tomadas que afloram, colocando Ponta Grossa em relevo entre os demais Municípios do Interior do Estado. Ocupa hoje o Município de Ponta Grossa o segundo lugar no Paraná na arrecadação do ICM, fato que evidencia a sua posição invejável, dada a estrutura preparada, nestes dois anos e meio em que se encontra à frente da Prefeitura o meu ilustre correligionário Luiz Carlos Zuk.

É só analisar os períodos administrativos anteriores, com os dois anos e meio do Governo Luiz Carlos Zuk, para se ter uma idéia do trabalho que se efetua em Ponta Grossa, na Prefeitura.

Se o nobre Deputado Cyro Martins tivesse, como disse, "planejado" — com aspas — é lógico que o seu trabalho teria refletido na sua e nas administrações que se seguiram. No entanto, o quadro que relatei prova que as finanças municipais só tomaram vulto, na presente gestão prefetural de Ponta Grossa. Em 1978, o orçamento andou perto da casa dos duzentos milhões de cruzeiros; em 1979, orçado em quatrocentos milhões e, para o ano de 1980, a belíssima cifra de 780 milhões de cruzeiros, o mesmo acontecendo com o ICM.

O "planejamento", nobre Deputado, pelo jeito, teve seu efeito retardado. Depois de 10 anos, surge, por obra e graça da demagogia, e Sua Excelência, ante a repercussão da ótima administração do Prefeito Luiz Carlos Zuk, põe a boca no mundo para arvorar-se com as canelas nas traves da verdade. Esta a sua dor. E como é triste a "dor de canelas"...

Deu a entender o nobre Deputado Cyro Martins que o Prefeito Luiz Carlos Zuk está solapando o erário municipal, isto é, que está a arruinar as finanças da Prefeitura de Ponta Grossa.

Arruinando as finanças com execução de obras públicas de vulto, como se verifica em Ponta Grossa. Feliz do Prefeito que

solapa o erário municipal com realizações, tal como se verifica na "Princesa dos Campos".

Acredito plenamente que por "solapar" desta maneira as finanças do Município de Ponta Grossa, o Prefeito Luiz Carlos Zuk não será alvo de processo, tal como ocorreu com o nobre Deputado, denunciado que foi à Justiça, como incurso em Crime de Responsabilidade, definido pelo Decreto-Lei 201. Graças, porém, à pronta interferência do amigo do nobre Deputado, o ex-Governador Jayme Canet Júnior, a denúncia do Prefeito Luiz Carlos Zuk foi arquivada, sob a alegação de que, após concluído o mandato, o Prefeito Municipal não está mais sujeito às sanções e processos ali previstos, pelas infrações que tiver cometido durante o seu mandato.

Mas, a euforia do nobre Deputado Cyro Martins e de outros implicados no rumoroso "caso PLADEF", poderá não durar muito, pois tenho em mãos um Acórdão do Superior Tribunal Federal, que firma a tese de que "o afastamento do cargo não exclui a responsabilidade do ex-Prefeito pelos crimes praticados no exercício do mandato".

Eis o texto desse documento:

"Em recurso, a que negou provimento, unanimemente, decidiu o Tribunal, seguindo o voto do Relator: "Ora, na espécie, a acusação é de haver o ex-Prefeito violado o art. 315 do Código Penal, que sanciona o emprego irregular de verbas ou rendas públicas, o que, em tese, ocorreu. Não tenho por procedente o argumento de que o § 4.º do art. 59 da Lei 4.320, de 17/03/64, com a redação do art. 1.º da Lei 6.397, de 10/12/1.976, tenha discriminado o fato descrito no art. 315 do Código Penal, ao reputar nulos e de nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com os parágrafos 1.º e 2.º do art. 59, da Lei 4.320, de 17/03/64, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito nos termos do art. 1.º, inciso V, do Decreto-Lei 201, de 27/02/67. E isto porque, mesmo inexistente o crime de responsabilidade, já reconheceu esta egrégia Turma substituir a responsabilidade do ex-Prefeito pelos crimes comuns que praticou no exercício do mandato".

De fato, a nova lei apenas explicitou a nulidade dos empenhos e atos praticados em desconformidade com a lei orçamentária, porém não revogou o Código Penal, apenas ressaltou que a nulidade dos atos não afastava a decorrência dos crimes de responsabilidade, e com maior razão, os crimes comuns, eventualmente ocorrentes". (Acórdão de 03/03/78, da 2ª Turma, do STF, no RHC 55.942, de Santa Catarina - Djaci Falcão, Presidente; Cordeiro Guerra, Relator) RTJ, 86, páginas 114/119.

O nobre Deputado Cyro Martins é assim. Desde que assumiu a Prefeitura de Ponta Grossa, o Prefeito Luiz Carlos Zuk, ele tem procurado, por todos os meios, prejudicar os interesses de Ponta Grossa. O referido parlamentar, ainda recentemente, quando se processava a documentação para assinatura do Convênio para execução dos Planos CNPU e EBTU, cujos programas em termos de desenvolvimento urbanístico são de real importância para Ponta Grossa, lutou, com todas as suas forças, para evitar fossem consumados os atos preliminares, os quais, felizmente, chegaram a bom termo.

Relativamente a esse assunto, o Senhor Deputado Cyro Martins, quase teve uma alteração com o ilustre Deputado David Federmann, no recinto da Secretaria de Planejamento, alegando que o Plano EBTU, se realizado, viria valorizar o Prefeito Luiz Carlos Zuk.

Nesta Casa mesmo, o nobre Deputado Cyro Martins tem feito um "trabalhinho", para que seja embarçada a votação do projeto de lei, de autoria do nobre Deputado David Federmann, propondo a doação, à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, de parte do terreno do antigo Colégio Agrícola.

Sua Excelência tem se negado a prestar qualquer colaboração ao Município de Ponta Grossa, e quando algum benefício é concedido, por outrem, arvora-se e afirma ser seu o trabalho...

O nobre Deputado Cyro Martins, ao final de seu discurso, apelou para que se deixem os problemas de Ponta Grossa. Muito bem. Deixe Vossa Excelência os problemas de Ponta Grossa, como tem sido sua linha de conduta, demonstrando desta feita, mais uma vez, que, no seu entender, Ponta Grossa deverá ficar marginalizada, devido contar com um Prefeito pertencente às fileiras do MDB. "Deixar de lado Ponta Grossa e trabalhar com idealismo pelo Paraná", propõe Sua Excelência, como se Ponta Grossa não mais se integrasse ao Paraná...

Os problemas de Ponta Grossa, nobre Deputado Cyro Martins, são os problemas de um povo ativo e bom. São problemas relevantes e que necessitam ser olhados com dedicação e labor profícuo, tal como está procedendo o Prefeito Luiz Carlos Zuk, e que, tenho certeza, serão, se necessários, tratados, equacionados e resolvidos por todos aqueles que verdadeiramente tributam a Ponta Grossa e ao seu povo o respeito e o prestígio que merecem.

O nobre Deputado Cyro Martins voltou, na reunião desta Assembléia, realizada no dia 20 de setembro último, a tecer críticas à atual Administração Municipal de Ponta Grossa.

Devido ao longo pronunciamento que estou fazendo, para colocar os pontos nos iii, quanto à arrogância do nobre Deputado em avocar a si tudo o que se realizou em Ponta Grossa, em matéria de administração pública, deixaria eu para outra oportunidade responder ao referido parlamentar. Mas vou fazê-lo agora, porque, se deixar para mais alguns dias, terei de lembrar ao nobre Deputado Cyro Martins que foi o Imperador D. Pedro I, o autor do Decreto Imperial número 15, de 15 de setembro de 1.823, criando a Freguesia de Ponta Grossa, sob o orago da Senhora Sant'Ana, porquanto Sua Excelência será capaz de dizer que foi ele o inspirador e mesmo o autor deste magno ato. No entender de Sua Excelência, nada se fez em Ponta Grossa em matéria de administração, a não ser nos quatro anos em que ocupou o curul prefetural.

Em seu recente discurso, o nobre Deputado referiu-se à instalação em Ponta Grossa, de parte da COPERSUL, da Maltaria Campos Gerais S/A.

É estranho. Muito estranho que o nobre Deputado venha a focalizar o assunto, a não ser para simplesmente glosar sobre a matéria, pois, no decorrer de sua gestão, frente à Prefeitura, e mesmo no decurso das administrações seguintes, nenhum palmo de terra foi doado para a construção de indústrias, no Município de Ponta Grossa, pelo famigerado, e graças a Deus, extinto PLADEF.

Todas as áreas de terreno ocupadas pelas indústrias, foram adquiridas pelas empresas interessadas, tendo a Prefeitura servido de intermediária, tão somente, de acordo com as conveniências. Os empresários compraram terras para construção de suas indústrias, de acordo com a indicação da municipalidade, através de seus prepostos, um dos quais era seu irmão. Sob a sigla PLADEF foram adquiridas pelos industriais, a preços escorchantes, inúmeras áreas de terra, devido que a "tabela" — entre aspas — era fornecida pela Prefeitura. Nos últimos anos, o irmão do nobre Deputado Cyro Martins aboletou-se na Secretaria Municipal de Economia de Ponta Grossa, intitulando-se seu titular, porque para tal não fora nomeado na gestão do Prefeito Luiz Gonzaga Pinto. Simplesmente, em face de haver o Prefeito feito seu sucessor o irmão do nobre Deputado, "acampou" por quatro anos naquele órgão municipal, que também tinha o pomposo nome de PLADEF.

Desafio o nobre Deputado Cyro Martins, a apontar qual a empresa industrial de Ponta Grossa que, durante ou depois de sua gestão, recebeu um metro quadrado sequer de terra para construir indústria.

Evidentemente, a Prefeitura está em entendimentos com a COPERSUL - Maltaria Campos Gerais S/A, com a finalidade de vender à mesma uma área de terra para a construção de um complexo industrial, inclusive de uma maltaria.

O processo está em trâmite e prevê que, através da Companhia de Desenvolvimento de Ponta Grossa - CIDEP, a empresa, se desejar, adquirirá o terreno necessário para tal fim. A área de terreno apontada passará pelo crivo de uma comissão de avaliação, integrada por peritos e, se concretizada a compra, o pagamento será efetuado em cinco anos, com uma carência de dois anos, dentro do espírito da nova lei em vigor, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa - PRODEIN.

Esta a honestidade de propósitos da atual Administração Municipal de Ponta Grossa, que contradiz a orientação anterior, quando o irmão do nobre Deputado, na Secretaria Municipal de Economia - PLADEI, instalou, o que pode-se dizer, uma verdadeira imobiliária em seu recinto, pois, aos industriais que desejavam adquirir terrenos em Ponta Grossa, eram impostos os locais e os preços, adrede escolhidos.

Esta, mais uma faceta do carnavalesco PLADEI do nobre Deputado Cyro Martins, que não ofereceu nenhum incentivo às empresas construídas em Ponta Grossa, e a elas também não doou um palmo de terra. O PLADEI, como está provado, era uma farsa das maiores, que só iludiu a opinião pública, e quanto a este último ponto, afirma-se que os terrenos eram comprados pelos interessados, só por mediação de elementos ligados à Prefeitura, incluindo-se o irmão do nobre Deputado.

Quanto à alusão ao Secretariado Municipal, desejo argumentar que o nobre Deputado, mais uma vez, demonstra estar divagando no espaço. Desde que assumiu a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa o ilustre Prefeito Luiz Carlos Zuk, foi implantada salutar sistemática, quanto à política salarial dos servidores municipais, adotando-se o critério de escalonamento, que tem variado de 20 a 40 por cento, a fim de favorecer os que percebem menos. Os que ganham mais têm recebido menor benefício, incluindo o Secretariado Municipal e os Assessores. É u'a medida que, só agora, vai ser adotada pelo Governo da União, quanto aos seus servidores. Os aumentos gerais, com percentuais iguais a cada servidor são, atualmente, não recomendáveis, devido às injustiças advindas, por beneficiar os que percebem salários altos. Agora, há critério honesto. O Secretariado Municipal é o que menos tem obtido aumento em seus vencimentos; isto é administrar com sadios propósitos.

Se fosse adotado o critério anterior, isto é, de aumento geral, com a mesma percentagem a todos, alguns servidores já teriam dobrado seus vencimentos, ao passo que os que recebem salários menores estariam, ainda, com ínfimos vencimentos. Hoje, o quadro é diferente, valorizando-se a todos os servidores, pagando-se com justiça pela prestação de seu trabalho.

E isto é imoral, nobre Deputado?

Imoral foi a atuação do irmão de Vossa Excelência, principalmente no último quadriênio, na Secretaria Municipal de Economia. Estava contratado pela CLT, e ilegalmente, exercia o cargo de Secretário, quando, pela legislação vigente, deveria ser cargo em Comissão, demissível ad-nutum. Não existe Secretário ou Assessor sob o regime da CLT, mas o irmão de Vossa Excelência julgou que, nestas condições, deveria ser Secretário - e o foi, de maneira irregular, sem ao menos haver sido nomeado. Ele sim demonstrou ser poderoso, porque conseguiu até burlar a lei para intitular-se "Secretário" - entre aspas.

E, ao deixar a Prefeitura, graças à vitória do Prefeito Luiz Carlos Zuk, o irmão do nobre Deputado, na condição de elemento regido pela CLT, e que não era optante do FGTS, recebeu nada mais nada menos de Cr\$ 270.000,00 por sua "demissão" - também entre aspas - feita dias antes de se inaugurar a nova administração, incluindo indenização, aviso prévio, férias, etc.

Durante o tempo em que esteve sob o regime da CLT, com polpudos salários, o irmão do nobre Deputado recebeu 13.º salário e por suas "ocupações" como Secretário, não podia gozar férias, tendo-as recebido em dinheiro.

Isto é que é ser poderoso, nobre Deputado.
Tão poderoso, que burla a lei e fica impune!
Muito obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança da Arena, se deseja fazer uso do seu horário. - (Pausa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Falará o nobre Deputado Cyro Martins.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, no horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, o nobre Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS - Sr. Presidente, nobres Deputados: Acabou de usar a palavra, da tribuna, no Partido da Oposição, o Deputado Nestor Baptista.

Com toda a falta de ética necessária, que ele queria desabafar não sei o quê, Sua Excelência já falou sobre pretensos poderosos na Prefeitura de Ponta Grossa; já falou tantas coisas anteriores aqui, que me obrigou a rebatê-lo.

E hoje eu quero reafirmar a Sua Excelência que falar em administração, é gerir, é governar. Mas há várias maneiras de administrar, e entre elas, principalmente no setor público, destaca-se: administrar com os objetivos voltados para o bem comum; para aqueles que devem receber benefícios. Ou administrar para o bem próprio, para si, para atender os interesses de pessoas e de grupos econômicos. Nesta segunda forma, não há idealismo, mesmo. Não há o senso comum, de bem servir. Há, a demagogia barata que Sua Excelência acabou de transmitir ali, sem dizer coisa alguma de positivo, que a atual administração do MDB realizou por Ponta Grossa.

É a deturpação de fatos. São as possíveis realizações envoltas num pano, numa cortina mistificadora, caro Deputado Nestor Baptista. Não precisamos, naquela época em que o nosso orçamento era de Cr\$ - 6.600.000,00, do prestigiamiento do Governador, porque íamos acima, íamos ao Governo Federal e muito conseguíamos para Ponta Grossa.

Sobre a atitude que Vossa Excelência falou, do Governador Jayme Canet, se ele não tivesse tomado a atitude de fechar o Palácio, para pessoas que o criticavam, dentro daquela responsabilidade que ele tinha como Governador, ele não merecia o meu crédito, nem da totalidade dos paranaenses que aqui estão.

Ponta Grossa realmente cresceu, eu repito, pelo trabalho do seu povo, pela sua gente, e durante esses dois anos, não teve a participação nenhuma a Administração Municipal, conforme vou relatar daqui a pouco.

Realmente, baseamos o desenvolvimento industrial, na CIBPU, que Vossa Excelência acabou de ler ali. Tudo aquilo, eu sabia desde 1.960.

E Vossa Excelência deve compreender o seguinte: que não houve modificação nenhuma; nenhuma modificação quando nós assumimos a Prefeitura de Ponta Grossa, do Governo anterior para o atual. Nós continuamos a trabalhar com a própria Companhia Prada, que nos deu todo o apoio, em mais de dois anos. Foi através dessa Companhia, que instalamos as maiores indústrias em Ponta Grossa; que a Companhia Prada teve a oportunidade de, pela primeira vez na vida, receber um Prefeito que foi pedir a sua colaboração. Não houve demagogia nesta hora. Nós fomos pedir a colaboração da Prada. Não houve alteração nenhuma, da forma de o Governo agir. O que houve, realmente, é um trabalho, com muito idealismo, de bem servir uma cidade e, acima de tudo, com muita honestidade; isso é que é importante.

Sobre o problema de que o desenvolvimento industrial estava sendo realizado antes de sessenta e oito, foi mais uma inverdade que Vossa Excelência pronunciou aqui, porque as indústrias só começaram a vir a partir de 1.969. E se Sua Excelência tiver uma indústria, uma das grandes que nós pusemos lá, antes de 1.969, estou à sua disposição para outro dia Vossa

Excelência usar aquela tribuna.

O PLADEI, Vossa Excelência afirmou que pouco colaborou. Realmente, colaborou muito pouco. Trouxe mais de 50 indústrias para Ponta Grossa, todas substanciadas no que representava o PLADEI.

Todos os industriais sabiam que só poderiam auferir estímulos se fossem empresas de capital aberto; todos os industriais sabiam de tudo isso e Ponta Grossa não modificou, não foi modificada, nem sua posição geográfica nem seu aspecto econômico-social, a partir de 1.969. Ela existiu antes de 1.969 e também depois de 1.977.

Desafio Vossa Excelência que volte outra vez à tribuna explicar, contar-me de uma indústria que teve o estímulo da administração atual.

É muito fácil ocupar a tribuna e dizer coisas, sem estar bem a par do assunto; é realmente muito fácil, minha gente.

O Deputado Nestor Baptista falou da arrecadação da Prefeitura, que nestes últimos dois anos parece que tem um santo milagreiro em Ponta Grossa.

Vossa Excelência desconhece totalmente a sistemática do ICM. A sistemática do ICM — quero que Vossa Excelência preste bastante atenção, para que depois possa retrucar num outro dia lá, — é um tanto complexa, para uma apreciação superficial.

No que se refere à distribuição do ICM às Prefeituras, ou melhor, a fixação dos índices de distribuição, que corresponde a uma parcela de vinte por cento do total arrecadado, há um prazo de 3 anos a três anos e meio, para vir os reflexos do ICM, após uma indústria ali se estabelecer.

Digamos, para fixação dos índices do ano de 1.980, vieram os adicionais de 1.977 e 1.978, para que fosse, em julho de 1.979, fixados os índices.

Então, leva de três a três anos e meio, para vir esses reflexos. Nós sabíamos que não íamos receber os benefícios na nossa administração, mas tínhamos a consciência tranquila que estávamos trabalhando pela nossa terra e pela nossa gente.

Quero que compreendam isso. Se Vossa Excelência continuar a ir à tribuna falar dessa forma demagógica, sem trazer dados, eu o desafio da seguinte forma: vamos verificar, o senhor diz os nomes que eu preciso apresentar, o Patrimônio, Imposto de Renda de 1.968, e eu digo os nomes que o senhor tem que apresentar, os documentos, nesta tribuna, do que está acontecendo nestes últimos dois anos e meio em Ponta Grossa.

Só quero a declaração do Imposto de Renda diferenciado, de 1966, de certas pessoas, até agora. Entrego a minha e a de todos que Vossa Excelência pedir, a partir de 1.968.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CYRO MARTINS — Não vou permitir apartes, nobre Deputado; com todo o respeito, desculpe-me. O nobre Deputado Nestor Baptista veio à tribuna fazer um relato, que hoje é feito em que ele correlaciona o setor municipal, as atividades anteriores, da atual.

É evidente que esse relato foi preparado demagogicamente, para influenciar os que ouviram e que desconhecem a realidade triste com que passa o povo de Ponta Grossa, de hoje.

Alguns representantes do Partido da Oposição, nesta Casa de Leis, falam, sempre defendem, com palavras, com discursos eloquentemente preparados, sempre pretendendo, demagogicamente, defender o povo.

O trabalhador, pela falta de empregos, por melhores salários, por melhores condições sociais.

Se as orações que brilhantemente são proferidas aqui, viessem acompanhadas de realizações do MDB, para melhorar as condições reais, sócio-econômicas de nossa gente, eu aplaudiria e estaria ao lado deles. Entretanto, nada realizam. São palavras, papel e tempo gastos, aqui nesta tribuna.

Recebeu, a atual administração de Ponta Grossa, uma

Prefeitura em ordem, com dinheiro em caixa, deixado pelo nobre correligionário Amadeu Puppi.

Recebeu uma Prefeitura planejada, estruturada, com todo aquele cadastro citado pelo Deputado Nestor Baptista.

Em termos populares, recebeu “o queijo e a faca para cortar” e distribuir os quinhões. Somente que ele não distribuiu os quinhões como deveria fazer, para o povo, para o trabalhador. Resolveu distribuir os quinhões de uma forma completamente diferente.

No entanto, está aí o panorama de Ponta Grossa de hoje: uma cidade, de novo, vivendo o mesmo ambiente, as mesmas condições, o mesmo espetáculo degradante de 1.968. Gente sem emprego, chefe de família com capacidade para trabalhar, mendigando, esmolando emprego, de novo aquilo que aconteceu em 1.968, que nós modificamos.

O desenvolvimento, em crescente ascensão naquela época, quando ninguém mais pedia emprego. Ao contrário, o profissional era disputado. Se um bom elemento, um bom profissional ganhava Cr\$ 17,00/hora, numa empresa, outra a conquistava, a Cr\$ 20,00, Cr\$ 22,00. Era uma disputa salutar para o povo.

E o empresário tinha que se ater a isso.

Instalou-se o MDB em Ponta Grossa.

Demagogia, até hoje promessas e tantas coisas prometidas ao povo, e até não cumpridas.

Atrás do Governo do Sr. Estanislau, veio uma total apatia ao desenvolvimento da cidade.

As perseguições foram e continuam sendo as diretrizes básicas do Governo do MDB ali instalado.

Técnicos, administradores, economistas, pessoal capacitado, foram todos afastados de seus cargos.

Profissionais que, acima de tudo, se dedicavam a bem servir a administração, foram afastados de seus cargos.

O radicalismo político ali imperou.

Foi procurado dar uma falsa aparência ao PLADEI, que, através de um órgão de divulgação de Curitiba — respondendo agora a inverdade que acabou de dizer, da tribuna, o Deputado Nestor Baptista, através de um órgão de divulgação, que trouxe uma faceta errônea e caluniadora do Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa, plano pioneiro no Estado do Paraná, e que tantos benefícios trouxe para o nosso povo. Contra o órgão de divulgação, movemos uma ação. E o atual jornal teve que se retratar, porque dizia mentira e nos caluniava. Retratou-se dali dois anos.

Tenho documentos que, infelizmente estão em minha casa, mas posso trazê-los aqui para mostrar ao Deputado Nestor Baptista.

E não poderia ser de outra forma. A demagogia quer obscurecer um trabalho real, um trabalho construtivo, um trabalho com muito idealismo realizado.

Ele quis obscurecer o PLADEI, que deu uma sacudida violenta em Ponta Grossa. Trouxemos inúmeras indústrias que abriram um campo de emprego enorme para nossa gente. Afirimo, trouxemos a PURINA, a IMASA, Irmãos Pereira, a MODACO, Calçados Princesa dos Campos, a MAKBROSS, a Anderson Clayton, a CARGILL, a Cerâmica Sul Brasil, a Quimbrasil, Moinho Santista, SANBRA, Metalúrgica Água, Plásticos Muzzamo e tantas e tantas outras.

As contingências industriais do momento, ofereceram campo de ampliação e expansão para as indústrias existentes.

Também foi o PLADEI, a Prefeitura, que foram ajudar as indústrias que já estavam em Ponta Grossa, para ampliarem, com sua assistência técnica, com o trabalho que nós tínhamos capacidade de dar, e hoje, não o tem.

Foram elas: Kluppel, Scheefer, Monofil, Metalgráfica Iguaçu, e mais recentemente, fomos buscar a MUNCK, que está instalada com sua fundição, em Ponta Grossa.

Os empregos proliferaram. O ambiente do povo era salutar.

Em toda família havia uma, ou mais pessoas, trabalhando. E daí, viramos a página: o MDB assumiu a Prefeitura, em 1.977.

Era natural, dentro dos objetivos, empanar, de todas as formas, o espelho que Ponta Grossa apresentava no setor de desenvolvimento industrial, sem capacidade, sem técnicos à altura para continuar um trabalho planejado, implantado em condições excepcionais para atender o povo, restava uma saída para o MDB: bombardear o plano. Foi feito. E os resultados?

Ponta Grossa voltou aos idos de 68; o desemprego voltou a bater às portas; industriais foram à Prefeitura, com a finalidade de ali se instalarem, e muitos deles nem foram atendidos pelo senhor alcaide, foram rejeitados, pois, sempre havia por trás das cortinas, propostas, em determinado gabinete. Tinha que haver um bate-papo a portas fechadas, com o todo poderoso Secretário de Administração, que também acumula a Secretaria do Planejamento, às vezes a de Economia, até a Prefeitura, tudo nas mãos dele.

Entre tantas indústrias que nós perdemos, está a Refinaria de Milho Brasil, a qual está construindo sua unidade, em Balsa Nova; há o caso recente da Maltaria, que já abordei neste plenário.

É evidente que, o Sr. Stanislaw, deveria, deve e faz, chamar a atenção, de demagogo barato, para outras atividades. É o caso de empregar o dinheiro público em quadra de futebol profissional - o povo gosta disto, e vai na esparrela; é o caso de aplicar verbas vultosas em todo e qualquer órgão de divulgação, para fazer o seu cartaz; o Senhor alcaide de Ponta Grossa, além de gastar tanto e tanto dinheiro na promoção pessoal com o dinheiro do povo, além de sabotar criminosamente o desenvolvimento industrial de Ponta Grossa, além de deixar o povo, a nossa gente, sem emprego, dilapida o erário, como demonstrei através das perguntas que farei agora, ao nobre Deputado Nestor Baptista:

1. - A Prefeitura, após 77, manda fazer talões de impostos, em Santa Catarina, pagando quatro, cinco vezes mais caro que em Ponta Grossa. É honesto?

A CIDEF criada pela Lei 2.975, com cinquenta e um por cento da participação da Prefeitura, aplicou mais de três dezenas de milhões de cruzeiros no Estádio Germano Krüger, do Operário, patrimônio particular e não público; a CIDEF paga de aluguel à arquibancada que veio do Rio de Janeiro, cerca de Cr\$. . 180.000,00 por mês. É válido? Dinheiro Público.

Para a mesma CIDEF, a Prefeitura transferiu o imóvel que adquiri da Rede Ferroviária Federal S/A, à base de Cr\$. . . 3.300,00 o alqueire; a CIDEF vende, a Cr\$ 1.200,00, Cr\$. . . 1.500,00. Isto é ajudar o desenvolvimento de Ponta Grossa?

A CIDEF realiza verdadeiras "cascas de ovos" - estas são verdadeiras - em pavimentação de ruas de Ponta Grossa, e cobra o preço acima do melhor concreto asfáltico. É justo?

A quantas indústrias a Prefeitura de Ponta Grossa assistiu tecnicamente, deu apoio para se instalarem a partir de 1.977, nobre Deputado Nestor Baptista?

Quero o valor do investimento, e quantos empregos foram gerados.

O que faz hoje o equipamento da Prefeitura no distrito de Bocaina, em propriedade particular, o que fizeram os equipamentos e pessoal da Prefeitura em Fazenda Bocaina, na cerâmica de propriedade do Senhor Alcaide? Estavam trabalhando para o bem comum?

Teria, tenho tantas e tantas coisas a comentar aqui, mas por hoje, fico aqui.

Voltaremos, nobre Deputado Nestor Baptista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 80/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 81/79), que aprova termos aditivos ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de BOCAIUVA DO SUL, que com a participação da COMEC objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 81/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 90/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e Municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 88/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 21/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 89/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 84/79), que aprova o termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ARAUCÁRIA, através da Secretaria do Planejamento e com interveniência de Órgãos que especifica, visando realização de obras com vistas ao desenvolvimento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 90/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 85/79), que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, que com a participação de Órgãos que especifica, objetiva a implantação do Parque Regional do Iguaçu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos apenas fazer uma observação a esse Projeto 90/79, de autoria da C.C.J., Mensagem que leva o número 85/79.

Esse acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com a participação de órgãos que especifica e objetiva a implantação do Parque Regional do Iguaçu, tem o parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há uma orientação do Sr. Governador do Estado, onde ele procura dar a Curitiba um apêndice à estrutura, mais uma orientação em termos ecológicos, no que concerne ao Parque Regional do Iguaçu.

Vejamos, Sr. Presidente, vejamos, Srs. Deputados, que este é o pensamento e que se está dando para Curitiba, o que deveríamos dar a todas as cidades do Paraná e do Brasil, de grande parte como a nossa capital.

É neste momento em que pedimos para que, ao ser aprovada esta Resolução que leva o nº 90/79, com justiça, porque a implantação do Parque Iguaçu é uma obra que para a posteridade, haverá de trazer os revelantes serviços prestados a uma população que necessita, de um sistema de ecologia, onde os homens responsáveis pelas administrações públicas possam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vir a esta tribuna, como veio o Sr. Martins de Ponta Grossa, dizer que o dinheiro do povo foi justamente aplicado em benefício do próprio povo. O homem que hoje para honra do nosso partido, e para honra nossa particular, de cada Deputado, temos a satisfação de tê-lo aqui com assento na tribuna e na bancada arenista. O homem que veio de coração limpo, para dizer o que está dizendo nesta Mensagem, do Parque Iguaçu, presente ao povo princesino que o dinheiro do povo foi aplicado com tirocínio administrativo em benefício do próprio povo.

Então é isto que nós chamamos a atenção do povo que sem falsa demagogia e necessária, para homens que não querem outra coisa a não ser empanar a verdade; os homens que procuram tripudiar a honradez dos homens da ARENA que estão lutando pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

É por isto que neste misto de tristeza e alegria. De tristeza quando vemos homens do gabarito de Cyro Martins, serem criticados injustamente, sem amparo legal e sem forma de que se possa endossar sequer uma prova concreta e nós tivemos a honra de estar aqui, neste momento e defender este projeto do Parque Iguaçu e tivemos a satisfação também de dizer "presente!". Muito obrigado ao Líder princesino, que levou as indústrias para Ponta Grossa. Continue nesta trajetória, Cyro Martins, em defesa da Pátria, da bandeira e de nossa gente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/79), que autoriza o Poder Executivo subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR —, mediante incorporação de imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado em Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/79 - de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Congregação dos Oblatos de São José", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 102/79), que acresce ao Artigo 9.º, da Lei n.º 1.384, de 10/11/53, parágrafo com redação que especifica, possibilitando à COPEL participar na busca de soluções ao problema energético. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO.

Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem)—(Assentimento)

Sr. Presidente, na sessão de ontem, e por inspiração da Bancada do MDB representada por seu Líder mais o nobre Deputado Nilton Friedrich, foi aprovada a emenda a esta Mensagem Governamental, que assegurava, para o futuro, a integridade do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Uma atitude que, realmente, sensibilizou a

bancada do Governo desta Casa.

Todavia, por detalhes técnicos, há necessidade de se modificar apenas uma expressão na referida Emenda.

Nestas condições, requeiro a Vossa Excelência a suspensão dos trabalhos por dez minutos, a fim de que a nova Emenda seja elaborada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a sessão.

Terceira Discussão do Projeto de Lei n.º 134/79, de autoria do Poder Executivo. Em discussão projeto e emenda.

Sobre a emenda, existe uma sub-Emenda no seguinte teor: (Lê):

Sub-Emenda à Emenda aposta ao Projeto de Lei n.º 134/79.

O Parágrafo Único, do Art. 1.º, do Projeto de Lei n.º 134/79, mantidas as alíneas, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único - A Sociedade constituída na conformidade do presente artigo poderá, ainda, por si, por concessionária de serviço público da qual já seja acionista, ou por sociedade de que vier a participar, na qual o poder público detenha a maioria do Capital."

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

Apoio: Renato Bernardi, Nilso Sguarezi, Erondy Silvério, Gernote Kirinus e Rosário Pitelli.

Em discussão o projeto, emenda e Sub-Emenda Substitutiva. Em votação.

Os Srs. Deputados que favoráveis à Sub-Emenda Substitutiva, permaneçam como estão.— Aprovada.

Em votação o Projeto de Lei n.º 134/79.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 113/79), que dispõe sobre a extinção das Delegações de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 114/79), que introduz alterações na Legislação Estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) para execução do referido Plano no período 1980 a 1985. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, neste instante, está analisando um dos assuntos mais sérios que atinge a Nação brasileira. E, inicialmente bastaria evidenciar a própria Mensagem do Executivo, uma Mensagem objetivando alteração na Legislação Estadual vigente, no que concerne o Plano Nacional de Habitação Popular, o PLANHAP. Este Plano, com as alterações objetivadas, dizem respeito ao período de 1980 e 1985.

É evidente que esta Casa e o Paraná inteiro tem conhecimento da dificuldade em que se encontra o paranaense de pouca renda, quanto à sua casa própria. E o Governo Federal, através do PLANHAP pretende reduzir essa situação, diminuindo esse grave problema social.

Na própria planificação do Executivo Federal, define que deve ser reduzir até a eliminação desse déficit habitacional, para a família de baixa renda, no máximo até cinco salários

mínimo mensais, para os respectivos conjuntos familiares. Efetivamente ainda busca atender essa demanda adicional de habitação que a cada ano, volta a acontecer.

Objetiva ainda o PLANHAP, acesso aos servidores públicos, aos serviços públicos essenciais, e assistência para promoção social e integração comunidade, às famílias beneficiárias dos financiamentos habitacionais, e também estabelecendo condições para melhoria e ampliação das habitações já existentes.

Somando-se a estes objetivos de ordem nacional, também no campo estadual, para o próximo período o PLANHAP objetiva atender especialmente, àquelas famílias de rendas inferiores a três salários mínimos mensais, faixa esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde estão situados setenta por cento de toda a demanda habitacional do nosso Estado.

Basta evidenciar o que consta da própria Mensagem, que no período de 1980/85, deverão ser alcançadas diversas metas, atendendo a um total de 200.000 unidades dentro dessa programação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos surpreende, e que deve ser motivo de alta reflexão a todos os paranaenses e brasileiros, é exatamente esta constatação terrível, que bem define as desigualdades sociais, o desequilíbrio em que se encontram o Estado e o País, em que define efetivamente um retrato num preto e branco angustiante, pois setenta por cento dos que objetivam a demanda habitacional, estão na faixa de até três salários mínimos mensais de renda familiar.

O que significam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, três salários mínimos para que uma família possa desenvolver a atividade que corresponde ao seu dia-a-dia. Não só os aspectos de sobrevivência em si, mas todos os outros conjuntos de fatores que, por determinação constitucional, deveriam ser cobertos pelo salário mínimo vigente no País.

Mas, aí volta a existir o eterno e sempre preocupante conflito capital-trabalho.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto neste País e neste Estado, estivermos nos preocupando essencialmente com o capital, e colocando o trabalho em segundo plano, nós jamais teremos a justiça social efetivada.

Tudo ao Capital, quase nada ao trabalho.

Todos nós sabemos que o próprio capital surgiu efetivamente do fator trabalho.

Ora, não precisa ser cientista, economista, doutor, absolutamente nenhum título para constatar em qualquer parte, em qualquer região, em qualquer bairro, em qualquer cidade, onde reside o capital e onde reside o trabalho.

O aguçamento dos contrastes são tão visíveis e aviltantes, que deve deixar efetivamente envergonhado todo aquele que tem responsabilidade social neste País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo dos anos, o Movimento Democrático Brasileiro, tem até, de maneira cansativa, evidenciado este setor. Reclama, grita, reivindica, e nunca foi ouvido.

Os homens do Movimento Democrático Brasileiro, no limiar do golpe militar de 64, já definido nas tribunas, nos escritos e em todos os instantes, que o modelo que se implantava no País teoricamente deveria já ser condenado, mas as nossas vozes, não foram ouvidas, os nossos escritos não foram atendidos e as nossas reclamações não foram consideradas.

A conclusão que aquilo que, teoricamente, já dizíamos, em 64, 65 e 66, precisou-se, na prática, tomou conta e instalou-se no País, para que só então, surgisse, no País, a preocupação com o homem de pouca renda, com os trabalhadores brasileiros que, efetivamente, carregam esta Pátria, esta Nação, nos ombros, carregando esse fardo terrível da injusta distribuição de renda.

No entanto, criou-se, neste País, o Banco Nacional de Habitação, o famoso BNH.

Fundado em 1.964, com idéias que germinavam na época do Ministro do Trabalho Franco Montoro, mas instituído somente no ano da Revolução, ou do golpe militar. Objetivava, basicamente, possibilitar a construção de casas populares, destinadas às camadas mais pobres da população brasileira.

Secundariamente, tendo em vista a conjuntura da crise econômica que envolveu a Pátria, para gerar, inclusive, estímulos à indústria da construção civil, para empregar contingentes menos qualificados de mão-de-obra nacional, contribuindo, assim para a alta rotatividade da própria empresa de construção civil, também se preocupava - dizia o Governo - em reativar a economia nacional, contribuindo assim para, num todo, requalificar a situação do trabalhador e da família brasileira.

Mas, convém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não perder de vista que este segundo grande objetivo era meramente conjuntural, em razão dos problemas e da conjuntura vivida em 1.964, no ano anterior e nos dois anos posteriores.

A finalidade maior, a finalidade principal, do Banco Nacional de Habitação foi contribuir para a solução do problema da Habitação popular, no Brasil.

Essa a sua origem, essa a exposição de motivos que originou a lei.

Essa, efetivamente, a precípua finalidade da sua instituição.

Mas, no transcurso de todos estes 15 anos, gradualmente o BNH foi desviado da sua missão.

Passou a financiar principalmente habitações para a classe média, classe alta e para a alta burguesia nacional.

As pessoas mais ricas do País, receberam, através do BNH, melhores conjuntos, mais luxuosos apartamentos; e as obras de água e esgoto, e a urbanização também foram canalizadas para esses setores.

Água e esgoto e urbanização, não padecem dúvidas, de grande alcance público, não contavam com recursos de fontes específicas para custeá-las.

Há até, Sr. Presidente, quem considere, hoje, o BNH, precipuamente, um banco de desenvolvimento urbano, como se pode deduzir, inclusive, por manifestações de autoridades governamentais, ligadas ao setor, como pelas próprias autoridades e administradores desse órgão.

Só para citar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entre 1.964 e 1.973, o BNH financiou a construção de 961.000 residências, ou, novas habitações no Brasil. Destas, 250.000 podem ser consideradas habitações populares. De 961.000 residências, tão somente 250.000 podem ser qualificadas como residências populares, construídas através da participação e origem num Banco que tinha, como origem precípua, a construção popular. E dizia, nos primórdios da sua criação, que, objetivava atender principalmente e no máximo, até três salários-mínimos mensais. Ora, basta confrontar estas cifras com a realidade da remuneração dos trabalhadores brasileiros, para constatar o profundo desvio da política e da atuação concreta do BNH, que foi criado especificamente, para criar a moradia popular!

Dos quinze, dezesseis milhões de brasileiros assalariados em 1972, 86% (oitenta e seis por cento) dos quase dezesseis milhões de brasileiros assalariados em 72, oitenta e seis por cento deles recebiam remuneração até três salários-mínimos. Assim, eis aí uma equação fácil de entender, e perceptível ao mais omisso e passivo dos homens públicos brasileiros! Enquanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas vinte e seis por cento das novas habitações financiadas pelo BNH destinaram-se às pessoas e ou famílias cujos rendimentos situavam-se até três salários-mínimos, estas, formavam oitenta e seis por cento do contingente de assalariados no Brasil. A distorção será ainda maior, se for considerado o número total de pessoas ocupadas no Brasil ganhando além de salários, outras formas de rendi-

mento.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Nelton Friedrich, nós que vamos acompanhando com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, sentimos claramente que, dentro da exemplificação que se pode dar ao modelo político-econômico brasileiro, pode-se tomar, tranqüilamente, o sistema habitacional financeiro e o Banco Nacional de Habitação, como exemplos típicos da sistemática adotada no País, durante a vigência do autoritarismo imposto há mais de 15 anos, ao nosso povo. É um sistema todo ele voltado para a exploração daqueles que trabalham para a exploração do trabalhador, beneficiando, evidentemente, aquela minoria detentora de capital e, normalmente, com um poder decisório fora dos limites territoriais brasileiros. Assim, veja Vossa Excelência que, a estabilidade do trabalhador foi uma árdua conquista da classe. Entretanto, quando foi implantado o estado autoritário em abril de 1964, procurou-se a inversão desse processo e tirava-se, na época, o direito de estabilidade do trabalhador e, em seu lugar se criava o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Claro que era uma manobra efetiva para se espoliar o trabalhador, e proteger o dono do capital, entretanto, o volume de recursos provenientes do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço teria de ser gerido e administrado, dentro do sistema habitacional financeiro, pelo seu agente principal, o Banco Nacional de Habitação. E era de se prever que, capital gerado pelo trabalhador e pelo BNH, deveria sê-lo em benefício, também, do trabalhador. E na explanação de Vossa Excelência percebe-se com uma clareza meridiana que mais uma vez a intenção é feita. O trabalhador contribui para a formação do capital do BNH, mais uma vez em benefício da elite minoritária e já minoritária por ser elite, que expolia o homem que trabalha.

Este enfoque é fundamental e Vossa Excelência o coloca com grande propriedade.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e em verdade os grandes deserdados desse famigerado inventário chamado Revolução de 64, foram efetivamente os trabalhadores, deserdados porque nada restou-lhes de herança: arrocho salarial, bloqueio terrível na organização classista, controle absoluto no sistema sindical, a expulsão de grandes lideranças sindicalistas, enfim, todo um rosário de mecanismos, de expedientes arbitrários, controladores, absolutistas, acionados principalmente contra a classe trabalhadora, contra o trabalhador brasileiro, o grande infelicitado pelo regime de 64 e recentemente, Deputado Renato Bernardi, o atual Senador Pedro Simon, numa análise longa, séria e documentada, provava que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que veio substituir a histórica conquista do trabalhador universal, que é a estabilidade, foi mais uma obra e arte do capital estrangeiro implantado no País.

Foi por pressão e interesse dos grupos multinacionais, que se criou o Fundo de Garantia por tempo de serviço e os tecnocratas, aproveitando esta instituição, tiraram também este tipo de proveito, para que parcela mensal do suor do trabalhador, fosse canalizada para construção de casas luxuosas, de apartamentos de primeiro gabarito, e inclusive, financiando obras públicas, mas não obras públicas de resultados sociais, mas construindo verdadeiros palacetes e obras faraônicas sem nenhuma social, como efetivamente deveriam ter.

Continuo, Sr. Presidente:

“Os tecnocratas responsáveis pela política de habitação neste País, constatando que as classes de baixas rendas têm dificuldade, senão impossibilidade de pagar as prestações fixadas sem critério social, passaram a orientar as aplicações do BNH, pelas regras de mercado.

Se diminuir a culpa que cabe à tecnocracia oficial, alienada, doutrinária e socialmente em todos os sentidos perdida, é preciso reconhecer e denunciar que as distorções das atividades do BNH resultam principalmente da: condição e dos rumos da

política econômica implantada no País.

As autoridades governamentais, provada a impossibilidade de resolver o problema da habitação pela ortodoxia dos cânones bancários não tentaram corrigir a atuação do BNH.

Ignoraram o drama de milhões de brasileiros e dirigiram os recursos do BNH para os chamados investimentos rentáveis, ligados ao crescimento do Produto Interno Bruto e as atividades industriais.

Para tanto, criaram-se fundos destinados a incentivar a indústria de materiais de construção, esta norteada também suas aplicações pelos critérios de rentabilidade, preferiam dedicar-se à produção de materiais de construção mais sofisticados, para atender à demanda das classes com mais recursos.

A importância do BNH como instituição financeira, destinada a solucionar o problema de habitação popular, retrata o estilo de crescimento econômico dos últimos anos, concentracionista, repressor dos aumentos do salário real, baseados no aumento das desigualdades sociais.

A política do BNH é tanto mais condenável, quando se verifica que os recursos básicos que alimentam os seus fundos de financiamento, têm origem, precipuamente, no setor popular.

Assim, voltamos a alguns exemplos para melhor situar a problemática. Enquanto em 1966, os recursos originários das cadernetas de poupança constituíam doze por cento dos fundos do sistema brasileiro de poupança-empréstimo, gerido pelo BNH, em 1973, elevaram-se a quarenta e seis por cento do mesmo total e hoje, ultrapassam a seguramente mais de cinquenta por cento. E o saldo médio das cadernetas de poupança, de Cr\$ 292,00, indica no ano de 1974, precisamente, que se trata de poupança popular, extraída das classes menos privilegiadas da Nação brasileira.

O próprio Fundo de Garantia por tempo de serviço, a principal fonte de recursos do BNH, é de propriedade dos trabalhadores, que passaram a constituir-lo, ao optarem pelo novo regime.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o FGTS, como comumente se chama, é propriedade dos trabalhadores, mas os trabalhadores é que são roubados nesta propriedade. É propriedade do assalariado, mas é o assalariado e sua família que são, mais uma vez, ludibriados pelos interesses que não são deles, das classes menos favorecidas, que são o grande contingente da população brasileira.

Nestas condições, do ponto de vista da origem dos recursos e da destinação das aplicações do BNH, verifica-se que ele, além de afastar-se de seu objetivo básico, realiza iníqua transferência de rendas das populações mais pobres para as mais ricas, ou pelo menos, não tão desprivilegiadas da população brasileira.

Acenar com o pretensão sentido social do BNH, argumentando que as taxas de juros para as classes pobres são mais baixas, será mera comparação de taxas diferenciais, o que não elimina, antes confirma o grau de distorção da política do BNH.

O que vale é o cotejo da origem dos recursos do BNH e o destino de suas aplicações. O nascedouro deste enorme valor que todo o dia é carregado ao BNH, é que precisa ser comparado com o destino que se deu à este grande contingente de verba que é arrecadado diariamente.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelton, é muito salutar questionar-se sobre o problema social do País, e dentre este leque, abordar o problema do BNH. Todos os estudiosos dos problemas sociais brasileiros, e vamos dizer, dos problemas político-sociais brasileiros, hão de encontrar, nos origens do Banco Nacional de Habitação, a Alemanha de após guerra. Sabe-se que a Alemanha depois de destruída na Segunda Grande Guerra Mundial, ou na Guerra do Terceiro Reich, sofreu uma grande perda dos investimentos da iniciativa privada e pública, criando

uma série de dificuldades, e sobretudo na habitação, daquele povo. E foi graças à inspiração do nacionalismo, do patriotismo, da coragem e do trabalho daquele povo, é que se construiu esse pensamento que se chamou depois de Banco Nacional de Habitação; ou Banco de Habitação da Alemanha, não me lembro efetivamente o nome que foi dado.

Mas é que ele surgiu de uma catástrofe que foi a guerra. Agora, no Brasil, ele surgiu, inspirado por outra fonte: a guerra contra o trabalhador brasileiro. Foi a usurpação do poder aquisitivo do povo brasileiro, baseado na desestabilização do trabalhador, principalmente na subtração da estabilidade do trabalhador brasileiro. Foi uma mutação maquiavélica que se fez no Direito consagrado pelos vários e longínquos anos de conquista do trabalhador, da CLT. Conquista de direito social, que ficou marginalizado por este movimento que nada tem de revolucionário. Revolucionário no sentido de usurpar o poder de decisão do povo brasileiro por este movimento que nada tem de revolucionário.

Aí, criou-se então, a figura do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Foi uma barganha. Mas uma barganha, para mim, Sr. Deputado, sem legitimidade, arquitetada nos laboratórios do planalto, para subtrair desse povo, o poder de decisão sobre o seu próprio destino e o destino da família. E se criou uma fonte de emprego, inesgotável neste País; BNH, COHABs e assim por diante. Para que, Sr. Deputado? Para que o trabalhador não pudesse fazer decisão nenhuma e aí foi o estrangulamento do sindicato; e aí foi a derrocada do poder de decisão que esses sindicatos detinham; das juntas de conciliação de julgamento, e foi uma série de alterações na Constituição Brasileira. Vieram então as modificações constitucionais, forjadas, manomilitar muitas vezes. E aí então, o trabalhador brasileiro passou, sofregamente, a não ter mais autonomia de decisão e criou-se então, os recursos para secundar o BNH. Mas com duas, para mim, com duas grandes perdas para o trabalhador: a estabilidade e a limitação do poder aquisitivo. E isto tirava do trabalhador a possibilidade de discussão sobre seus direitos. Limitou-se à esfera de atuação jurídica do trabalhador, com o cunho de dar ao País, uma normalização do sistema habitacional. Mas como foi inspirado isso? Para criar uma fonte de aplicação das receitas e assim aconteceu sucessivamente, subtraindo do trabalhador, subtraiu dos municípios, grande parcela de dinheiro arrecadado pelas fontes que são os municípios. Não há nenhuma célula, em todos os países do mundo, que não sejam os municípios; e os municípios ficaram tolhidos. Os estados ficaram tolhidos, porque limitou-se também, nesta Constituição, que para mim não é a Constituição; são livretos, que cada crepúsculo se muda. Inclusive, nobre Deputado, mudam-se até as cores dos livretos de Constituição. E tenho aqui uma frase memorável:— “Qual a Constituição. Que cor é a capa da Constituição que está de plantão, hoje, no Brasil? — a cor marron”. E Vossa Excelência veja, marron, nobre Deputado.

E esta situação do BNH, a arrecadação absurda. Criou-se inclusive uma limitação na esfera da previdência social, tudo baseado no esquema do Governo, para não dar poder de decisão para o povo, enriquecendo grandes companhias que, se sabe inclusive por comentários de imprensa, grandes companhias que fabricam casas populares, porque de casa popular nada tem. O trabalhador, Deputado, muitas vezes compelido a fazer sua aquisição, fica 25 anos pagando a casa popular, e, muitas vezes, é de quarta ou quinta categoria, e o preço por metro quadrado deixa muito a desejar. E deixa muito de habitação a desejar.

E sabe-se até que tem um conjunto habitacional no Estado de Minas Gerais, que foi plantado em cima de uma jazida.

Quem sabe até, Deputado, para preservar as jazidas do sub-solo que hoje estão entregues às companhias multinacionais, que estão entregues ao capitalismo estrangeiro, que estão entregues às empresas alienígenas, como ocorre em toda parte do Brasil.

E não vamos longe, a preocupação que teve a Oposição, ainda hoje, na votação de um projeto que permitia à COPEL, fazer exploração de fontes alternativas de energia. E é por esta razão, nobre Deputado, se fôssemos enumerar, começaríamos já pelo programa, não vou dizer, de modelo econômico, mas do programa econômico do Governo, porque de modelo nada tem. É um arremedo, é uma imitação, é uma listagem de intenções que esse Governo procura concatenar em algumas normas administrativas, e assim por diante.

O BNH no País, Deputado, é uma fonte de angústias e de subtração de recursos que o povo ganha com o seu suor e sacrifício, e nada se faz, a não ser vozes isoladas, para fazer críticas veementes a esse sistema habitacional.

Recordo-me do saudoso Deputado Benedito Lúcio Machado, que muitas vezes foi a essa tribuna, para fazer críticas, e uso, Deputado, neste momento, inclusive, há 3 anos atrás, este Deputado, tomou por empréstimo do sistema habitacional da Caixa Econômica, a quantia de Cr\$... 200.000,00. Estou pagando quase Cr\$ 8.000,00 por mês. Já paguei muito mais de Cr\$ 200.000,00. E Vossa Excelência sabe quanto estou devendo, nobre Deputado? Mais de Cr\$ 500.000,00.

Esta é a imagem triste, deletéria, repugnante, que deixa o BNH, para empobrecer mais o homem de menor poder aquisitivo, mas paga o BNH. E só tem uma esperança a família. A esperança do falecimento do titular do empréstimo, que, através da morte do titular, a família fica desonerada, fica liberta desta presa que se chama BNH.

E muitas famílias já perderam os seus entes, até por desejo, para poder adquirir a sua casa, e antes dessa revolução, Deputado, há de se lembrar, todo trabalhador poderia comprar, sem esta voragem da inflação, que muito foi criticada pela revolução em tempos não muito distantes, mas, para aqueles que foram banidos, distantes demais.

Há 15 anos, um dos motivos da revolução foi a dívida externa, a inflação, o peleguismo e outros adjetivos que muito se usou.

Há poucos dias a imprensa publicava um dos maiores índices inflacionários que já teve na história do Brasil, e os revolucionários nada vieram fazer para acudir a derrocada do sistema financeiro do País, que está só a enriquecer os grandes fazendeiros da Amazônia, através de empréstimos dados para ficar com as matrizes de gado leiteiro ou então para os banqueiros.

E esse é o sistema econômico-financeiro do País.

Agradeço a Vossa Excelência, porque realmente nessas discussões dos problemas sociais é que fluem com mais naturalidade as angústias que o trabalhador sofre.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e Vossa Excelência, como nós, pequenos burgueses, que podemos ter acesso aos financiamentos do BNH, já temos a experiência própria dessa “via crucis” que representa o financiamento habitacional.

Muito pior, Deputado, não são os pequenos burgueses como nós, são os assalariados, os “joão-sem terra”, os “bóias-frias”, o “exército sem teto”, que formam talvez o grande contingente da população brasileira.

Mas, Deputado, talvez para ilustrar o drama que vive o tomador de empréstimo do BNH, basta reproduzir aqui um noticiário do jornal “Estado de São Paulo”, feito há alguns anos atrás, retratando, rapidamente, esse setor.

Em reportagem, tal periódico constatou a situação daqueles que sonharam com a casa própria, adquirida pelo sistema de financiamento do BNH.

Diz a reportagem:

"Todos os sotaques contam histórias de enganos e medo. Descrevendo a aflição dos que não podem pagar, porque as prestações se elevam mais velozmente que os salários dos que compraram casas de uma certa qualidade e receberam barracos de alvenaria.

Dos que se arruinaram, em poucos anos, e dos milhares que foram despejados pelas "cohabs" e empresas imobiliárias; dos que adquiriram casas sem condições mínimas de higiene e segurança, edificadas em lodaçais; dos que despendem, no percurso casa-trabalho, cerca de 3, 4 horas diárias, porque foram projetadas além da periferia urbana.

É a longa e cruel história daqueles que, em todo o País, viram suas esperanças frustradas e encontram-se, hoje, devendo muito mais do que quando tomaram emprestado, sem perspectiva de solvência".

Por que isso ocorreu?

Em primeiro lugar, pelo caráter discricionário e discriminatório da política oficial, nos últimos anos, em que a repressão salarial drena a riqueza cada vez maior, para a área mínima de privilegiados, ou para o exterior do País.

Em segundo lugar, devido a prática da correção monetária que, de instrumento contra a inflação, acabou por transformar-se em perpetuadora, ou institucionalizadora da inflação em nosso País.

O Governo torna-se sócio da inflação pela correção dos tributos atrasados, pelas multas, pelos empréstimos bancários, passa a conviver, e se beneficiar, do cancer que corrói a economia nacional.

Que se dane o povo!

Que haja inflação!

Porque, os beatos ideólogos do regime, os tecnocratas de plantão nas granjas do "torto e do direito", nos bastidores do planalto e nos laboratórios do sistema, idealizaram a correção monetária no País.

Haja os "simonsen" da vida, Sr. Presidente.

Haja os "bulhões", os "delfins nettos" e outras figuras que a história haverá de qualificá-las adequadamente.

Ao invés de se preocuparem em construir milhares de moradias populares, a preços baixos e em condições de pagamento acessível ao povo, nos últimos anos, o BNH destinou recursos substanciais para construir casas para as classes média e alta.

As casas populares foram financiadas em condições inviáveis, com juros e correção monetária, que os trabalhadores, com certeza não podem, e não poderão pagar.

Por isso, há alguns anos atrás, num sério levantamento feito, perto de setenta por cento do total de financiados pelas COHABs, em todo o País, não conseguiam saldar suas dívidas. E muitos, muitos mesmo, tiveram, ou têm, que devolver suas casas para o BNH, voltando a pagar aluguel, ou em barracos de favelas.

A mentalidade empresarial é a tônica de toda a atuação do BNH e, portanto, a razão maior de seu fracasso.

Deixou a construção das casas e administração dos fundos, com a iniciativa privada.

Desse modo, desviavam-se, progressivamente, mais e mais, investimentos para as casas luxuosas que, naturalmente, dão mais lucros.

Em 1.975, os financiamentos para casa de médio e alto luxo, ocuparam 86,27% do orçamento. Ficando 13,76%, Sr. Presidente, para as casas populares intermediárias. É a radiografia efetiva dessa triste constatação. No primeiro semestre de 76, foram financiadas 4.100 residências de médio e alto luxo, e apenas 912 unidades populares! Dinheiro que veio do ope-

rário, do trabalhador! É por isto que o operário não pode se organizar, é por isto que não pode ter sindicato livre, é por esta razão que não pode haver um movimento nacional de organização sindical, porque se não, minha gente, a tensão social, o repúdio haveriam de se manifestar constantemente, em cada hora, em todos os trabalhadores brasileiros. Eles têm que continuar ignorando o sacrifício que estão pagando, para que médicos e de alta renda tenham privilégios, eles têm que continuar no obscurantismo, e na ignorância dos seus direitos, para que alguns poucos possam ter a felicidade, em cima da desgraça da maioria.

A construção de conjuntos populares, em geral, só atrai os empresários, quando possibilita muitos lucros, seja através do superfaturamento de material de má qualidade, seja pela valorização irreal do terreno. Há irregularidades denunciadas, a toda hora, há moradias construídas em locais sem nenhuma infraestrutura, há moradias construídas, inclusive, em locais sem ruas calçadas, sem escola e hospital por perto, e, às vezes, até mesmo sem água e luz, casas construídas com material de qualidade tão ordinária, que, com pouco tempo de uso estão em condições inabitáveis. Os conjuntos populares estão construídos em lugares distantes, a duas ou três horas do local do trabalho, aumentando o custo de transporte dos trabalhadores, mais uma vez diminuindo a qualidade de vida do próprio trabalhador. E como pagar as prestações da casa que aumentam a todo mês, por causa dos juros e correção monetária, quando o ordenado mal dá para pagar a alimentação e o vestuário da família, quando dá?

Um dos últimos presidentes do BNH reconheceu que 1/3 da população ou seja, mais de 30.000.000 de pessoas, não ganham o suficiente para participar de qualquer programa habitacional deste tipo, por mais longo que seja o financiamento. O absurdo, é que, o dinheiro para financiar os programas, como já dissemos, e vale repetir, é dos próprios trabalhadores, pois o próprio FGTS é a principal fonte de recursos do BNH, além da poupança popular depositada nas cadernetas de poupança, mas foi a manipulação desse dinheiro dos trabalhadores usado para financiamento da construção de casas luxuosas, que aumentou a especulação imobiliária, encarecendo ainda mais as moradias nos grandes centros. O BNH deve voltar-se e já o faz tardiamente, se é que está fazendo, para seu objetivo primordial, resolver o problema de habitação do povo brasileiro. Para isto, deveria intervir diretamente, na comercialização de material de construção civil, controlar a produção de telhas, madeira, areia, e pré-fabricados, eliminar os lucros de setores parasitários da administração e incorporações de obras, abolir a correção monetária nas prestações de trabalhadores que recebem até 3 salários-mínimos; as populações das periferias, já que o Governo não o faz, elas constroem, elas mesmas, suas casas em pequenos mutirões, com mão-de-obra familiar ou da vizinhança.

Em Salvador, na Bahia, entre 1.967 e 1.973 por exemplo, mais de sessenta por cento das casas construídas o foram através do sistema de mutirão.

Nesse sentido, a iniciativa popular tem se mostrado muito superior a do Governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estamos fazendo todas essas colocações referentemente ao BNH, é porque este projeto ora em discussão e breve em votação nesta Casa, que objetiva agora, que objetiva tão somente agora, voltar-se aqueles com renda inferior a três salários mínimos mensais, faixa que se situa e atinge mais de setenta por cento da demanda habitacional de todo o País, é porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vemos mais uma vez a construção civil em crise, porque o povo relativamente existente das grandes camadas sociais, digo relativamente ao número do povo brasileiro, também já está saturado.

Portanto, agora a pressão é contra o Governo para cons-

truir algumas casas populares. Só agora. Mais uma vez o interesse do lucro é o interesse do empresário, é a ideologia da lucratividade acima de qualquer suspeita, é a comercialização pelo sentido do comércio e seus resultados, enfim, é o capitalismo selvagem, é, enfim, a inexistência de uma idéia social, para aplicação dos valores que hoje estão nas mãos do Governo.

C Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Logo mais.

E neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que vemos que efetivamente o problema da moradia no Brasil é idêntico e por tudo a todos os males que nos afligem e sofre do mesmo gigantismo apresentando a mesma intensidade e chega às raízes do absurdo social.

Tem Vossa Excelência o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência me associando a diversas críticas que Vossa Excelência faz ao sistema nacional de habitação, apenas talvez eu não tivesse apreendido bem quando Vossa Excelência disse que a Casa está apreciando um projeto hoje, relacionado com a política habitacional e que só agora, só agora, Vossa Excelência repetiu, o Governo lembrou de mandar a esta Casa, Mensagem neste sentido atendendo mais a interesses de capitalistas, a interesses de lucro imediato.

Se reproduzo com fidelidade o que Vossa Excelência disse, apenas quero discordar, porquanto Vossa Excelência sabe que o atual Governo tem apenas seis meses de gestão e nesses seis já teve a sensibilidade de propor a esta Casa, projeto de lei solicitando autorização para garantia financeira no sentido de contrair empréstimo junto ao BNH até sete milhões e duzentas e tantas mil Unidades Padrões de Capital, que são aproximadamente trinta milhões de cruzeiros.

Então não vejo como Vossa Excelência esteja estranhando do Governo mandar só agora. O Governo tem seis meses de gestão e eu acho que teve a sensibilidade necessária, de se ocupar com um problema tão sério, tão grave e de tanta urgência para o assalariado, principalmente aquele, como prevê a Mensagem, que tem um vencimento até três salários mínimos.

Era essa a observação que eu queria fazer a Vossa Excelência, agradecendo a atenção do aparte, pedindo desculpas pela interrupção que estou fazendo ao brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, ilustre

Deputado Erondy Silvério. O que talvez nos distancia na análise é a ótica que nós instrumentamos a mesma. Eu, por exemplo, não vejo grandes diferenças nas diretrizes imprimidas nos Governos pós-64, até porque os Municípios e os Estados-membros desta Nação brasileira, não compõem mais uma Federação mas um Estado unitário. Porque, na verdade, a hipertrofia do Poder Central, o concentracionismo de Poder, fez com que os governantes do País fossem meros Delegados na sua atuação.

O Sr. Erondy Silvério — Peço, mais uma vez, a Vossa Excelência a gentileza de um aparte, para corrigir uma nova distorção, que não é diferenciação de ótica na visualização do problema. Porque Vossa Excelência sabe que esta Casa legisla para assuntos do Estado, e o Governo Estadual está pedindo autorização à esta Casa para um programa habitacional a ser desenvolvido no Estado do Paraná; não lhe cabendo nenhuma responsabilidade pelos desacertos da política habitacional, cometidas até agora pelo Governo da União.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas se Vossa Excelência acompanhou...

O Sr. Erondy Silvério — Acompanhei.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... todos os dados que fizemos referências do BNH e nós, até agora, só analisamos o conjunto da coisa, no aspecto nacional, no âmbito geral, por certo

sentiu as terríveis distorções, os desvios do BNH, bem como que a grande demanda nacional da moradia, da casa própria, está no setor assalariado. E este não foi atingido durante estes quinze anos de BNH. E no final deste meu pronunciamento, Vossa Excelência verá que não pretendo, em absoluto, fazer críticas à este projeto, ao contrário. Mas me reservo o direito e até a obrigação de no instante em que matéria neste sentido e neste teor social extraordinário chegue a esta Casa, para registrar como o Brasil inteiro precisa saber que durante este período todo, nós tivemos terríveis desvios de toda a política social, econômica e até financeira neste País. E basta ainda acrescentar, nobre Deputado, lendo o que o "Estado do Paraná" publicou no domingo, dia 02 de setembro de 1979, quando ainda esta Casa não tinha a felicidade de ter a idéia de vir este projeto ora em discussão, diz em primeira página — Alterações na Habitação Popular. Quem altera era porque o que estava antes não servia, ou porque o que existia precisa efetivamente ser alterado.

Mas digo, ilustre Deputado, diz aqui mais, — a certa altura, — mas pela atual política de habitação popular desenvolvida em Curitiba, estas pessoas são impossibilitadas de adquirir casas. E aí vem o aspecto que eu faço referência, que sempre há, aquela pressão, do interesse eminentemente lucrativista do grande empresariado.

Em reunião com a Associação de Empreiteiros, Sindicatos de Empreiteiros, Empresas Construtoras, aí vem os demais, o desenvolvimento da notícia, — é que a COHAB apresentou plano para os anos de 1980 a 1985, anunciando a alteração de sua política, para que seja atendido o maior número possível de interessados.

Veja bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como seria bom se em vez de primeiro apresentar ao sindicato, à Associação de Empreiteiros, Sindicato de Empreiteiros, Empresas Construtoras, o Governo viesse a público, pelo rádio ou televisão, realmente provar que agora nós estamos aplicando isto, mais isto e mais aquilo, na construção popular. E de público, em nome do Regime que se implantou no País e dos governos deste regime, pedir desculpa ao trabalhador brasileiro, pelo que se fez contra ele neste País.

Vou mais longe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por incrível que possa parecer, neste País se chegou ao absurdo do trabalhador mesmo agora está pagando pela segunda vez a casa dele, se ele já recolhe o fundo de garantia por tempo de serviço; se ele já recolhe uma série de tributos; ele está pagando através do consumo e da atividade diária do homem, todos os tributos incidentes do IPI ao ICM; das outras obrigações sociais, da sua parcela INAMPS. Ele participa enfim, desse rosário de siglas arrecadadoras que hoje proliferam em todo o País e em todos os setores da vida econômica e política. No entanto, isto prova que ele está pagando duas vezes a sua propriedade. Porque quem precisa, que deveria ter efetivamente o acesso fácil, paga esses benefícios que hoje vêm para ele, já nesta hora da tributação; paga quando ele recolhe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e agora, quando ele precisa o teto, quando ele precisa sua casa própria, ele tem que ainda ir para a fila do BNH fazer toda a papelada e toda aquela documentação. E depois? Depois a via crucis da correção e do juro, além do preço que deve pagar.

Portanto, é uma constatação que deve angustiar a todos nós.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Sr. Presidente.

Pediria ao ilustre Deputado Gernote Kirinus que fosse breve, para eu, ao menos, concluir.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, talvez eu fosse me estender. Agradeço a gentileza de Vossa Excelência em ter concedido o aparte e ouço a conclusão do seu brilhante pronunciamento.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esgotado o nosso tempo, muito mais teríamos ainda a levantar. Mas, para efetivamente analisar este projeto, dispõe e objetiva, contrair de acordo com as normas operacionais do BNH? Empréstimo até o valor de sete milhões, duzentas e setenta e nova mil UPCs.. Efetivamente se trata de empréstimos no valor de Cr\$ 31.000.000.000,00. Menos um pouco, de todo o Orçamento desse Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão grave a situação do grande exército sem teto no País, que esta é uma medida, embora claro, no seu todo ainda acanhada mas felizmente ela vem. Vem tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como a rigor tem acontecido neste País. As medidas demoram e tardiamente chegam. E só chegam quando a tensão social e a problemática do homem já atinge os limites da intranquilidade e da inquietação geral.

Tomara, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós possamos mais cedo do que nós estamos esperando, ver de uma vez por todas erradicado este terrível câncer social, que é a falta da casa própria, da moradia, para o trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 141/79.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa recebe na data de hoje, anteprojeto de lei que visa autorização ao Poder Executivo, de contrair empréstimos no valor de até sete milhões, duzentas e sessenta e nove mil Unidades Padrão de Capital, do BNH, ou seja UPCs.

Sabemos e temos conhecimento do grave problema da habitação neste País. Problema que vem se avolumando a cada dia que passa; porque o trabalhador brasileiro, o trabalhador rural, está sendo despejado de sua pequena propriedade pelos grandes latifundiários e vem, é obrigado a morar na cidade. E hoje o Governo se encontra com o grave problema da habitação, para o trabalhador de baixa renda. Mas continua o trabalhador, mesmo com casas populares, sem ver o seu problema resolvido.

Temos exemplos em várias cidades do Paraná, onde centenas de casas populares são construídas, habitadas nos primeiros meses de construção, e, depois, abandonadas pela falta de condições de pagamento, até de um mínimo pagamento, porque o trabalhador brasileiro não ganha o suficiente para pagar até mesmo a sua própria casa, a sua própria moradia, condição "sine qua non" para qualquer ser humano sobreviver.

E é porisso que até ficamos felizes, quando sabemos que o Governo do Estado do Paraná vai contrair uma dívida de Cr\$ 31.000.000.000,00 para tentar resolver o problema da habitação popular.

Ficariamos muito mais felizes se o Governo do Estado do Paraná tivesse a consciência de empregar esse dinheiro em favor do trabalhador de baixa renda, de dar o dinheiro para aqueles que realmente precisam.

Porque, como foi comentado pelo brilhante Deputado Nelton, o BNH tem solapado a economia do trabalhador brasileiro; o BNH tem garantido, sim, casas próprias para a média e alta burguesia.

Vejam bem, um Banco que foi criado para resolver o problema do trabalhador brasileiro, pode financiar casas até 3.500 UPCs ou seja, até Cr\$ 1.498.000,00.

Agora pergunto: qual é o trabalhador de mão-de-obra qualificada que tem condições de fazer o financiamento junto ao BNH, assumindo uma dívida de 3.500 UPCs? É uma política habitacional falida por natureza, que visa tão somente favorecer as grandes empreiteiras, aos grandes capitalistas, e aos grandes latifundiários.

E é porisso que não poderíamos deixar de comparecer a esta tribuna, hoje, quanto esta Casa, recebe o anteprojeto de lei visando o empréstimo da ordem de Cr\$ 31.000.000.000,00. Nós teríamos que vir a manifestar o nosso pensamento, porque temos certeza que, mais uma vez, o trabalhador de baixa renda vai ser passado para trás; que, mais uma vez, as casas populares vão ser construídas até 10 quilômetros do centro urbano, para valorizar os terrenos dos homens que interessam ao dono do Poder, porque temos certeza que, mais uma vez, os núcleos habitacionais terão que ser abandonados pelo trabalhador de baixa renda, como tem sido feito ao longo de todos estes anos.

E é porisso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que nós não poderíamos furtar ao nosso dever de usar da tribuna, do povo, para vir defender os interesses desse povo tão sofrido pela atual política habitacional deste Governo.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, desde ontem e hoje que vem se discutindo esse projeto e tenho sentido com muito prazer, a sensibilidade dos nobres Parlamentares desta Casa, principalmente por aqueles que ocuparam a tribuna, em relação aos pobres, aos desamparados, aos esfarrapados do sistema econômico brasileiro instalado há quinze anos.

Esta predileção pelos pobres é uma vocação social, humana, que nós herdamos do grande mestre da humanidade, que, inclusive por sua radical vocação e predileção pelos pobres, acabou sendo crucificado pelos poderosos da sua época.

No entanto, a lição permaneceu.

E hoje, também são as igrejas que se levantam com exigências cristãs, com a mesma exigência cristã para uma ordem política, e para iluminar os políticos, através do evangelho, no sentido de sensibilizá-los em relação aos pobres.

E é interessante que este mesmo Mestre nos delegou um ensinamento muito oportuno para o nosso momento atual e para a consideração desse projeto. Diz ele que "não se põe remendo novo em cofre velho".

E realmente, parece-me que, enquanto acenamos, ao povo, com calmantes, com pequenos paliativos sociais, pequenos projetos sociais, ao lado, e por outro lado, prolifera o câncer social do capital, concentrado na mão de uma minoria. De uma minoria que se instala, egoisticamente, na sociedade e tenta aproveitar tudo, e todos, para o seu próprio benefício e para conservar seus próprios privilégios.

E quando o nobre Deputado que o antecedeu na tribuna, Nelton Friedrich, acenava e mostrava um recorte de jornal de que já estariam interessados neste projeto que hoje tramita na Casa, empresários, lembrei-me que, talvez seja, mais uma vez, a minoria egoísta, capitalista, esteja tentando entrar também dentro deste projeto, para pode gerar economias e lucros, em seu próprio benefício. E especular — isso que é o pior — com a bondade, talvez, e sensibilidade do Sr. Governador com relação aos pobres.

No entanto, acredito que todas as soluções e todos os projetos, seja qual for o governo, devem partir, e partem, essencialmente, de uma visão que se tem do homem e do mundo. Se, para nós, o homem, principalmente o pobre que, hoje, está em questão, o pobre, o assalariado, o de baixa renda, é apenas um objeto de consumo, então, os projetos também vão se orientar, utilizando-o como simples objeto de consumo.

Mas, se o homem, inspirado na doutrina cristã e bíblica, é criatura de Deus, e co-criador, portanto, o homem também é sujeito, o projeto deverá ampará-lo, como sujeito da ação e

não simplesmente como objeto consumidor.

Parece-me que, ao BNH, a esse projeto, que se permitir que as construções dessas casas sejam feitas através do esquema financeiro e empresários, de capitalistas, elas diferem muito de outros projetos que atendem a classe mais pobre, como é o caso da construção de casas em forma de mutirão.

Eles desconsideram que aquele trabalhador que veio do campo, aprendeu, lá na zona rural, aprendeu ele próprio, a construir a sua cabana, a aperfeiçoá-la e, que talvez, tenha, inclusive, melhores conhecimentos de carpintaria do que aqueles que vão servir de pedreiros, auxiliares de carpinteiros, empregados pelas empreiteiras.

Esquece também este projeto de que aquele que veio do campo construiu, nos arrabaldes das cidades, nos cinturões de miséria, a sua pequena favela, com criatividade própria.

Portanto me parece que se o projeto pudesse encaminhar a construção de casas, ou o desejo que tem, o de baixa renda, em possuir sua casa própria, também poderia orientá-lo no sentido de se respeitar a sua qualidade de sujeito e participar, desde a planta, até o trabalho próprio, em forma de mutirão.

Assim, estaria ressaltado o interesse egoísta daquela minoria que se instala nos projetos, que se instala no topo da sociedade, e tenta aproveitar tudo em função de si próprio, em seu próprio benefício.

Seria esta a observação que eu teria a fazer, e, mesmo reconhecendo que o Projeto seja, talvez, inspirado na vocação social, eu tenho o meu medo particular de que, esta vocação social seja aproveitada por interesses espúrios que dominam a sociedade, e que, talvez, criaram os mesmos elementos de baixa renda, hoje.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu que agradeço o aparte do Deputado Gernote Kirinus. E, só para informar o eminente Deputado: em contato que mantivemos há poucos dias com o Prefeito Municipal de Lages, Santa Catarina, soubemos que, a própria Prefeitura de Lages está construindo casas para o trabalhador de baixa renda, em forma de mutirão, ao custo de Cr\$ 12.000,00 cada unidade de moradia, numa forma de resolver, a preços módicos, o problema do trabalhador de baixa renda.

O Sr. Gernote Kirinus — De que Partido é esse Prefeito?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — É do Movimento Democrático Brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando sentimos a preocupação do Governo em resolver o problema do trabalhador de baixa renda, e vemos aqui no Projeto, na Mensagem do Governador do Estado, que a construção vai ser na ordem de 160.000 unidades; a comercialização de lotes urbanizados, 20.000; ampliação e reformas de unidades habitacionais, 20.000; construção de centros comerciais, culturais e sociais, 80.000, é, realmente, uma Mensagem bonita, é realmente uma esperança nova para o trabalhador de baixa renda, mas quando saio de Curitiba, quando vou a caminho da região Norte Pioneiro do Paraná e passo pela cidade de Jaguariaíva, nós ficamos a lamentar todo o dinheiro aplicado pelo Governo na política habitacional porque lá estão algumas centenas de casas populares, abandonadas. Abandonadas, porque o trabalhador de baixa renda não pode pagar a prestação mensal da sua casa popular. Agora eu pergunto: será que ele não pagou porque não queria pagar? Ele não pagou, porque não pode pagar, porque qualquer um de nós desejaria e deseja ter a sua casa própria e manter a sua casa própria!

Mas é um grande engodo, a propaganda do Governo e do BNH, dizendo que vai dar casa própria para todo trabalhador. Faz com que o trabalhador assuma uma dívida de 15 a 20 anos e, tendo uma família já subnutrida, ainda terá que pagar uma prestação que representa quase 30% do seu mísero salário!

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Tadeu Lúcio Machado, toda vez que se fala, em qualquer reunião política, sobre o sistema habitacional financeiro, nós vamos encontrar um leque aberto desde a casa de 19 m², até casas financiadas com o limite hoje estabelecido, de 3.500 UPCs. E é evidente que, se de um lado o sistema beneficia a membros de uma minoria do País construindo, como muito bem levantou a questão o Deputado Nelson Friedrich, nós vamos observar também, em contrapartida, a paisagem que Vossa Excelência levanta: casas humildes, casas de qualidade, de construção questionável e discutível, mas, casas abandonadas e vazias. Porque não pode, o trabalhador, ser condenado a passar vinte anos da sua vida, contribuindo para um sistema habitacional e ainda, deixando de ser dono da própria propriedade.

Parece-me que o enfoque deverá ser feito então, sob um outro ângulo do problema: é o impasse social e o impasse econômico em que o autoritarismo mergulhou o País diante do impasse político.

Veja Vossa Excelência que a clientela hipotética, em potencial para a rede de casas populares é muito grande. A necessidade é grande, os necessitados são em número incontável. Entretanto, a capacidade de acesso a esse benefício é que não existe.

Assim, veja Vossa Excelência que o Estado do Paraná, é um Estado que ocupa uma posição de destaque junto à Federação brasileira, em termos de produção, em termos de rendimento, em termos de renda "per capita" absoluta, ele também apresenta, nobre Deputado, hoje, um contingente de dois milhões de paranaenses num estado de desemprego, num estado de sub-emprego e num estado de emprego cujo rendimento, entretanto, é insuficiente, para manter o mínimo de dignidade humana necessária à perpetuação de um homem na terra e, portanto, à condução e educação da família.

Nós percebemos, claramente, Deputado Tadeu Lúcio Machado, que não está havendo e não se está conseguindo estabelecer uma ponte entre esta mão-de-obra desqualificada proveniente da zona rural num mercado intermediário de trabalho.

Daí é que se observa também essa necessidade gritante de habitação popular, mas a incapacidade de grande parte dos trabalhadores paranaenses, de ter acesso a esse tipo de benefício.

É verdade que dentro dessa Mensagem Governamental, o quinquênio de 1980 a 1985, como Vossa Excelência levantou, o Estado do Paraná receberá nos valores atuais da UPC a importância de trinta bilhões de cruzeiros, importância essa que será repassada através dos agentes financeiros, estabelecendo conjuntos habitacionais, mas nós ainda ficaremos assistindo dentro do Estado do Paraná, a esta nossa incapacidade de absorver essa mão-de-obra excedente, desqualificada, sub-empregada e desempregada.

É um fato evidente e claro o esvaziamento das pequenas cidades, ou o inchamento e não o crescimento das grandes cidades paranaenses.

Então, estou apenas participando da explanação de Vossa Excelência e gostaria de deixar esse ponto enfocado: que esta incapacidade de acesso ao sistema habitacional é, acima de tudo, uma consequência prática do impasse social em que o País foi mergulhado nesses quinze anos de autoritarismo.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem enriquecer muito esse meu modesto pronunciamento.

A minha posição quanto à política habitacional em termos de Brasil é do conhecimento de todos os nobres Senhores Deputados. Sabemos das falhas, tanto os Deputados do Partido do Governo, quanto os Deputados da nossa bancada, da falha do Banco Nacional de Habitação que foi criado para resolver o problema do trabalhador de baixa e até de média

renda mas que até então não fez nada, ou podemos dizer, que fez muita coisa: conseguiu se enriquecer tanto que se tornou um dos maiores Bancos deste País e hoje o BNH é uma instituição financeira, invejável até pelas maiores instituições financeiras do mundo e isso graças ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, porcentagem que é roubada do trabalhador brasileiro, deste trabalhador que ganha salário mínimo inferior a dois mil e quinhentos cruzeiros.

Graças a esta porcentagem que vai para o BNH todos os meses de cada ano, todos os anos de cada decênio, é que em menos de quinze anos que o BNH é uma instituição financeira que faz inveja às maiores instituições financeiras deste mundo.

E neste País, que acontecem coisas deste tipo a toda a hora, como se orgulha o Banco do Brasil de ser o maior banco rural do mundo, em contrapartida, o agricultor brasileiro é o mais pobre do mundo. Orgulha-se também o Banco Nacional de Habitação em ser o maior do mundo, mas o trabalhador brasileiro é o trabalhador que não tem moradia, que não tem o teto para morar, mas tem um banco, um grande Banco Nacional de Habitação.

É isto que lamentamos no dia a dia. Por isto que nós usamos a tribuna desta Casa de Leis; por isto que pregamos, quando vamos ao interior, para que modifique o sistema econômico e político deste País, porque só assim sairemos desta situação que está em plano inclinado há dez anos. Está inclinando cada vez mais, sendo que os nossos governantes hoje já procuram reestruturação política, reestruturação partidária, reestruturação econômica, mudam o Ministério, para tentarem resolver a derrocada deste País. Deste País que é meu, que é seu, é do trabalhador brasileiro! Mas que o Governo desta Pátria, em quinze anos, conseguiu fazer com que este gigante no mundo ocidental, conseguisse parar o seu progresso que vinha atingindo há muito tempo.

É isto que vimos desta tribuna lamentar. A política financeira habitacional do Governo, a política social do Governo; porque hoje nós vemos seres humanos virando latas de lixo em frente de hotéis de luxo aqui na Capital, como estamos cansados de ver. São homens que além de não ter moradia, não têm comida. São homens que além disto, não têm agasalhos para enfrentar os invernos rigorosos. São homens que além de não ter moradia, não dão condições de humanidade para sobreviver, aliás, deixam de ser humanos e passam a ser sub-humanos. Isto graças à política, ao milagre econômico e político do governo revolucionário, que nasceu do grande golpe revolucionário de 31 de março de 1964, cantando em versos e coro, pelos homens do Partido do Governo.

Hoje, não poderíamos deixar de vir a esta tribuna, quando vemos um projeto desta natureza, envolvendo dinheiro na ordem de 31 bilhões de cruzeiros, — são 31 bilhões de cruzeiros! — do trabalhador brasileiro que ganha menos de dois mil e quinhentos cruzeiros.

Nós não poderíamos deixar de vir a esta tribuna e manifestar o nosso repúdio à política habitacional, à política social, que o Governo desencadeou a partir de 64, acompanhado de Golberys, acompanhado de Delfins, acompanhado de Simon-sens.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, o País foi montado em forma de empresa, em que alguns empresários são acionistas deste grande agente do desenvolvimento que se chama povo. Então, manipula-se através das leis de exceção e, evidentemente, algumas leis que poderiam e até foram criadas sob a inspiração social, até hoje não foram aplicadas. E o Governo tem medo de aplicar, — é o caso do Estatuto da Terra, a Reforma Agrária no País.

O Governo tem medo de aplicar a lei, tem medo de fazer Reforma Agrária, tem medo, gritante medo, de equa-

cionar os problemas da agricultura, os problemas derivados da agricultura, que são hoje os chamados "bóias-frias", que só no Paraná chega perto de um milhão de pessoas. De chefe de família; afinal de toda a família que chega quase a um milhão de pessoas.

Mas a verdade é que tudo está enveredando para um único problema. Problema econômico, que está voltado exatamente para satisfazer o desejo de uma pequena minoria privilegiada que viaja, às vezes, mas de uma vez por ano, com família, para o exterior, e para tapar o sol com a peneira o Governo até instituiu depósito compulsório. Ora, Deputado, só quem não quer enxergar, não percebe que, neste País, se montou um esquema para alguns ganharem dinheiro, "em riba" diriam os nordestinos, nas costas de outros, que estão fazendo o desenvolvimento; desenvolvimento, não estão produzindo economia para que alguns poucos dela tenham benefício. Este é o esquema do Governo. Aliás um esquema que já deveria ter caído há muito tempo, se o trabalhador se desse conta desse equacionamento econômico. E a partir de tecnocracias montadas por esse sistema dominante. E é por isso que louvo a Vossa Excelência de fazer críticas cerradas acompanhando e não seria de esperar outra coisa de Vossa Excelência, acompanhando um pensamento popular, pensamento da maior consciência popular, que eu testemunho agora neste momento, que foi o saudoso Deputado Benedito Lúcio Machado. E Vossa Excelência, como sucessor e herdeiro natural, como diz o Deputado Scarpellini, herdeiro natural deste pensamento. Não poderia de Vossa Excelência esperar outra coisa e é por isso que eu presto agora a Vossa Excelência e também à memória de seu pai, esse tributo de justiça.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa bancada vai aprovar o anteprojeto de lei que visa a criação do PLANHAP. É uma esperança a mais; é uma chance a mais que o Governo vai ter, para tentar resolver de fato, o problema do trabalhador de baixa renda. Tanto dinheiro, tantos empréstimos, tantas concessões, que a grande maioria que vem governando o País, tem consentido aos governos. Mas a situação do trabalhador, ao invés de melhorar, tem piorado a cada dia que passa. E nós como hoje exercemos e estamos revestidos de um cargo público, sentimos na obrigação e no dever de usar a tribuna do povo, o instrumento do povo, para demonstrar e para fazer com que o povo saiba da nossa posição: a nossa posição de repúdio à política econômica e social deste Governo, ao longo destes quinze anos.

O Sr. José Domingos Scarpellini — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência está colocando a coisa, realmente nos seus devidos lugares. E eu gostaria de fazer uma análise dos últimos quinze anos negros e tenebrosos que a Nação Brasileira está passando e quem sabe irá passar por muitos e muito tempo ainda.

Se não houver dos homens que representam o povo, a coragem e a dignidade, de acelerar a luta e desencadear um processo, para que realmente volte a esta Nação, a felicidade, para que volte a cada brasileiro, o espírito de dizer que é brasileiro e não tem vergonha de sê-lo. Porque o que temos visto é brasileiro se envergonhar de pertencer e de dizer que é brasileiro.

Nobre Deputado, o BNH nasceu com o primeiro de abril de 1964, dia triste e melancolicamente assim o dizemos hoje.

O Banco Nacional de Habitação que veio com a finalidade única e exclusivamente de solucionar o problema da habitação no Brasil, visava o Banco Nacional de Habitação, na sua criação, o fim social.

Isto, ao longo dos anos e dos tempos, com as cifras, foi distorcido e o BNH passou a ser nada mais e nada menos que

mais um Banco, visando apenas o lucro, o maldito lucro.

A revolução, ou o golpe em 1964, que veio com objetivo, que se dizia uma revolução legalista, que se dizia uma revolução democrática, para preservar a democracia que estava ameaçada pelo Governo do Grande Presidente João Goulart; a revolução, em 64, que tinha como propósito garantir a democracia, que tinha como propósito a reforma agrária, ela fez realmente, nesses quinze anos, uma grande democracia, confessada nas torturas dos porões, na legalização praticamente do esquadão da morte; ela fez uma democracia de milhões de brasileiros desaparecidos e marginalizados; fez uma reforma agrária na Amazônia, para a Jari, Volkswagen, Mercedes Benz e outros grandes grupos internacionais.

Foi a reforma agrária que nós vimos fazer.

Ela fez no campo das terras produtivas, deixarem de produzir, porque o homem do campo abandonou o campo e ela criou na cidade os cinturões da miséria, das favelas, os miseráveis, dos mendigos que não têm o que comer e onde morar; ela criou o sub-emprego e os desempregados; criou o "bóia-fria", triste quadro da vida real nacional.

A Petrobrás que tinha como objetivo, como fim, a exploração e a prospecção do petróleo, passou a ser, juntamente com as sete irmãs do outro lado do mundo, mais uma picareta da revenda do petróleo, e de prospecção e de exploração do nosso sub-solo nada se viu e nada se fez.

Portanto, nobre Deputado, é triste ver um Brasil comprando Light, enquanto o povo morre de fome; é triste um acordo nuclear custar ao Brasil quinze bilhões de dólares; um acordo secreto, que sabemos nós que nada mais é do que o conto do bilhete corrido, que a Alemanha vendeu ao Brasil.

Somos realmente uma Nação politicamente enfraquecida, porque os principais problemas desta Nação, os Parlamentos não discutem e a eles não é dado nem o direito de discutir. Portanto, o Brasil está falido e, com ele, o seu povo. Uma minoria de 10% de privilegiados, desfrutam da riqueza nacional, em detrimento da miséria e do sofrimento de uma maioria de 90% que estão marginalizados, que nem casca de banana tem mais para comer.

Então, há de se perguntar: que País é este?

O Ministro, que vive de barriga cheia, disse que ia encher a panela do povo. Não disse do quê, nem quando. E o povo pergunta agora: "Quando e do quê?"

E não tem resposta, portanto, ao apartear Vossa Excelência, na tribuna, rendo as homenagens de Apucarana, ao que Vossa Excelência está discorrendo sobre o problema habitacional.

Em Apucarana, nobre Deputado, 2.000 casas populares foram construídas. Existem ainda 1.000 não habitadas, e que, acredito, não serão habitadas. Porque, as condições do povo não está para isso. 2.000 casas populares foram construídas, na zona rural de Apucarana. Áreas que não eram ainda do perímetro urbano, a seis, sete quilômetros da cidade, passaram a pertencer ao perímetro urbano, a título de picaretagem, para valorização de terrenos de propriedade de amigos do Prefeito; de propriedade daqueles que estão decidindo sobre o destino de nossa cidade. E ainda mais, como se isso não bastasse, construíram uma via de acesso àquele núcleo habitacional e agora, querem cobrar o asfalto do povo que mora em toda aquela região. O povo pagando duas vezes. O BNH financiando o acesso. E a Prefeitura, pela sua Companhia Municipal, prepara um golpe dos mais violentos, contra os moradores de determinadas regiões, querendo receber aquilo que não é dela e que não lhe pertence, numa afronta, num roubo noturno, feito na calada da noite, à altas rodas de "wisky" de Apucarana, acertaram que deveriam cobrar, para tirar do pequeno e do pobre trabalhador que está na Vila, o copo de leite e o pão de seu filho!

E como se isso não bastasse, a Prefeitura, ao executar,

ainda cobra os honorários do advogado da Prefeitura, pressionando, ainda mais o pequeno trabalhador, obrigando-o a vender a preço que os "picaretas" da Prefeitura de Apucarana acham convenientes e oportuno, para as grandes negociatas que estão acontecendo naquele município, e que será tema nosso, ainda neste mês de outubro, aqui na Assembléia do Estado, para discussão. Portanto, queira receber a nossa solidariedade, Vossa Excelência que, como já disse o nosso nobre companheiro Fidelcino Tolentino, é o herdeiro natural do trabalho no Norte Pioneiro, da luta que desfechou aqui nesta Casa e fora dela, durante anos, o Sr. seu pai, o Deputado Lúcio Machado. Continue, Deputado, nessa trilha em busca de melhores dias para este povo sofrido, caçado e humilhado que é o nosso povo, o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, aparte este que contribuiu muito para o meu modesto pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar aqui a minha posição, quero deixar nos Anais da Casa a minha posição e quero pedir aos homens do Governo, aos homens que governam e que decidem os destinos do pequeno trabalhador brasileiro, do pequeno trabalhador paranaense, do trabalhador de baixa renda, para que olhem, para que garantam o futuro desse trabalhador, e para que não entreguem, de vez, o País, às multinacionais e que, sim, devolvam-no ao seu verdadeiro e único dono, o trabalhador brasileiro!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o Projeto de Lei n.º 141/79. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 87/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itamaracá, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 89/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios nominados, que com a participação e interveniência de órgãos que especifica, objetiva a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesse metropolitano, visando o planejamento integrado do uso do solo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 92/79), que aprova convênio de Auxílio e Cooperação n.º 149/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Grandes Rios, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova termo aditivo ao convênio n.º 01/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 72/79 e Mens. Aditiva n.º 95/79), que objetiva solucionar situação de Servi-

dores Admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, na forma e condições que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. por unanimidade e da C.R.H., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo do Estado enviou à Assembléia Legislativa uma Mensagem com o propósito de transformar em lei e tentar resolver o problema angustiante do professor suplementarista.

O Sr. Governador entendeu de que a solução deste problema, seria encontrar para o suplementarista a tão sonhada e tão desejada estabilidade funcional.

Estranhamente criou-se no Paraná uma norma atípica de relacionamento entre o servidor e a pessoa jurídica do Estado, através de um pessoal que passou a denominar-se: Pessoal Suplementar. Atípica porquanto apenas duas modalidades são conhecidas, de relacionamento jurídico ou de vinculação jurídica entre o servidor e o Estado, ou através do Estatuto próprio do funcionário público ou através das normas disciplinadoras da CLT.

Para os suplementaristas, para esse pessoal suplementar criou-se uma norma atípica, ou seja nem da CLT nem regido pelo Estatuto do Funcionário Civil.

O Sr. Governador recebeu o governo numa situação em que a classe do Magistério do Paraná, havia inclusive se levantado num movimento grevista, posicionando-se entre suas principais reivindicações, uma definição jurídica para o problema do suplementarista, porquanto, já na Justiça Comum, aqueles professores que tiveram a iniciativa de recorrer a ela, foram obtendo ganho de causa e o Estado foi paulatinamente sendo condenado dentro do regime da CLT e hoje na Justiça, centenas de professores em Instância Final, procuram obter ou procuram reaver o seu trabalho prestado através do Fundo de Garantia, de férias e 13.º salário, que o Estado, dentro deste regime atípico não lhes paga.

E todos se recordam, neste Estado, de que a greve do Magistério, no último Governo, teve como uma das causas que se deu a sua paralização exatamente uma promessa do Governo de encaminhar a esta Assembléia Legislativa, um plano de lei em que se procuraria dar ao professor suplementarista a tão sonhada estabilidade, a fim de que o seu emprego não fosse uma simples aventura.

Finalmente vem a Mensagem. A esta Casa de Leis cabe apreciar hoje, em primeira discussão, a constitucionalidade da Mensagem enviada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Já a Comissão de Constituição e Justiça, ao apreciar esta preliminar da constitucionalidade da Mensagem pela maioria de seus membros, houve por bem reconhecer que, efetivamente, esbarra num princípio constitucional. E embora não tenha sido reprovada, ou obtido parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, ficou assentada naquela Comissão da inconstitucionalidade do projeto de lei. Por quanto com restrição, a maioria dos membros daquela Comissão assim se manifestaram.

Nesta oportunidade, em que se discute pela primeira vez, e pertinentemente deve caber a discussão à constitucionalidade do projeto, queremos deixar aqui, em nome de nossa bancada, o entendimento e a posição do Movimento Democrático Brasileiro, em relação à Mensagem.

Não será o fato de votar favoravelmente a Mensagem, que fará com que esqueçamos de que, acima de tudo, existe um ordenamento jurídico sem o qual Estado, Nação ou povo algum, poderá abrir mão destes princípios, para ter a ordem e para ter

a estabilidade no quadro social.

Ao pretender o Sr. Governador transpor os professores suplementaristas para um quadro único, Sua Excelência, evidentemente, esbarra num preceito constitucional, o qual seja, o do concurso público; que poderia, e com certeza se argumentará aqui, de que se incluía o professor no quadro único, ou se incluía o professor no Estatuto do Magistério, não haverá uma outra fórmula de superar este princípio constitucional, o qual seja da exigência do concurso público para admissão dos funcionários civis do Estado.

Se argumentará, tenho a certeza, de que é impossível se dar a estabilidade ao professor suplementarista do Paraná, sem se ferir este princípio constitucional.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, ocuparei da tribuna desta Casa para também discutir esta matéria. No entanto, entendo que não devo deixar passar sem uma resposta à observação feita por Vossa Excelência, no que toca ao parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, e me permito, Deputado Nilso Sguarezi, ler para Vossa Excelência e para o plenário desta Casa, um dos tópicos do parecer que mereceu a aprovação pela maioria de votos da Comissão de Constituição e Justiça. Leio, prezado Deputado: “Sob o aspecto legal e constitucional, a matéria encontra amparo na Constituição do nosso Estado, que estabelece em seu artigo 25, parágrafo primeiro e 47, inciso 1.º, a competência para iniciar processo legislativo, sobre a matéria referente ao funcionalismo público. É o que consta do parecer ao projeto de lei número 95/79, parecer de nossa autoria, e aprovado por maioria de votos da Comissão de Constituição e Justiça.”

Faço esta observação, inclusive, para quem sabe auxiliar Vossa Excelência, que eu sei ser um Parlamentar bem intencionado, para que não incorra em equívoco, no pronunciamento que faz acerca desta matéria.

Agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência não há dúvida tem razão, quanto à iniciativa da lei.

Evidentemente, cabe ao Sr. Governador do Estado, tomar a iniciativa dessas leis. Mas, nobre Deputado, não estava referindo-me a esse aspecto da Mensagem.

Estava referindo-me ao ingresso dos professores considerados estáveis, num quadro do funcionalismo público do Estado, sem a efetivação de um concurso.

O artigo 97 da Constituição Federal, do Brasil, diz o seguinte: “Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. Parágrafo primeiro — A primeira investidura em cargo público, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.”

Obedecendo este princípio geral, a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 63, prescreve: “O Estado e os Municípios observarão no regime jurídico dos seus servidores, os princípios estabelecidos na Constituição da República e nas Leis Federais. E o parágrafo segundo diz: “A primeira investidura em cargo público, dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas, de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.”

Portanto, Sr. Deputado, e ainda o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, no seu artigo 19, cita: “A primeira investidura em cargo de provimento efetivo, dependerá de habilitação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, asseguradas as mesmas oportunidades para todos, observados os casos previstos em lei em que a investidura dependa também, de habilitação em curso mantido por uma instituição oficial do Estado.”

Portanto, o princípio geral está assentado na Constituição Federal; vem obedecido na Constituição Estadual; e especificado

no Estatuto do Funcionário Civil do Estado do Paraná, que seria o Professor. No caso típico de se colocar em um quadro único, é inconstitucional a medida de colocar qualquer ou considerar estável funcionário efetivo do Estado, qualquer funcionário sem concurso. Esta inconstitucionalidade é insuperável.

Mas, há uma situação, de fato, com o professor do Paraná, que reclama justamente, meritoriamente, uma proteção, uma definição de sua situação. Se houvéssimos dito que votaríamos contrariamente, deveríamos evidentemente apresentar, uma saída para isso. E nós também não vemos como se faria, como seria possível tornar o professor estável, sem incorrer nesta inconstitucionalidade.

E isso a CCJ, por maioria de seus membros, nesse aspecto de inconstitucionalidade, que eu estava presente, reconheceu efetivamente que os interesses políticos do momento impõem que a Mensagem seja aprovada, mas que se reconheça este aspecto de inconstitucionalidade, a fim de que se tribute efetivamente a quem no Estado do Paraná criou essa situação esdrúxula e atípica, sob pena de a CCJ ter passado um atestado de ignorância constitucional que, graças a Deus, e em bom tempo, nesta Casa não ocorreu.

Mas, a partir de 1.976, o professor do Estado do Paraná teve juridicamente definida a sua situação, e esta situação foi definida pela Lei Complementar n.º 7, ou seja, o Estatuto do Magistério do Paraná.

E aqui, então, entra a discordância da nossa bancada quanto a Mensagem, já que é insuperável superar esta inconstitucionalidade, entendemos nós que o propósito do Governo, mesmo incorrendo numa inconstitucionalidade para resolver o problema do magistério, deveria ele, de fato, tomar a medida que resolveria definitivamente o problema do suplementarista e seria, então, transpor os professores suplementaristas para o estatuto verdadeiramente jurídico do professor, ou seja, para o Estatuto do Magistério, a Lei Complementar n.º 7, votada por esta Casa e sancionada pelo Governo do Estado.

Porque, se também jogar - e acredito vai se alegar isso - dentro do Estatuto do Magistério, é uma inconstitucionalidade. Mas se trata aqui e se pretende resolver aqui, o problema do professor suplementarista.

Então, porque criar mais uma situação atípica, criar um quadro especial, e por que não resolver, em definitivo, engajar-se efetiva e juridicamente e de fato esses profissionais da educação junto com os demais professores, a fim de que eles tenham estímulo de dentro do estatuto do magistério, poder ambicionar uma melhoria do seu encargo, da sua função, enfim, da sua profissão.

Diz o Estatuto do Magistério, em seu art. 1.º: "O presente estatuto organiza o Magistério Público do ensino de 1.º e 2.º graus". Estrutura as respectivas séries de classe nos termos da Lei Federal 5.692, de 11/08/71, e estabelece o regime jurídico do pessoal do magistério público, vinculado à administração do Estado do Paraná".

Mas, se nós observarmos a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65, vamos ver, assentado aqui, um outro princípio. Diz: "é vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto: 1) a de juiz com um cargo de professor". Então, uma regra quando se permite a acumulação: na função de juiz com um cargo de professor. 2) a de dois cargos de professor; 3) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico".

É um princípio constitucional, da não acumulação de cargos.

Ora, para o professor se faz, exatamente, uma exceção qual seja, se permite ao professor ter dois, ou a acumulação de cargos. E a Mensagem, lamentavelmente, peca em mais uma inconstitucionalidade, porque não obedece este princípio, ao vetar, terminantemente, em seu art. 1.º, e impossibilitando

que o professor consiga acumular dois padrões.

Parece-me, por isto, que comete mais uma inconstitucionalidade. Mas, a Mensagem deve ser aprovada.

E a nossa bancada apresentará emendas no sentido de corrigir essas distorções mais gritantes.

Porque, se realmente o Governo do Estado quer resolver o problema do professor, o que deve ficar assentado é que devemos encontrar uma solução definitiva. Não é aquela que corre pelos corredores desta Casa, que o Governo fará, aos poucos. De que, colocado o professor suplementarista num quadro vinculado ao Estatuto do Funcionário Civil "a posteriori", com uma outra lei, enviada à Assembléia Legislativa, o jogaria para o Estatuto do Magistério.

Pergunta-se então: por que não fazê-lo agora?

Por que não, Sr. Presidente, demonstrar a esse professor que, ontem, subiu as escadas do Palácio Iguaçu para reivindicar, com justiça, para mostrar ao Chefe do Executivo a situação de desigualdade que o professor do Paraná atravessa.

Acelera-se a discussão desta Mensagem nesta Casa para que no próximo dia 15, o Sr. Governador, sancionando a Mensagem, figurativamente, dê um presente ao professor do Paraná.

Pergunto: "Se não é uma incoerência entre a filosofia do atual Governo que prescreve a melhoria de nível de vida do paranaense; se não é uma incoerência entre o assentamento desta filosofia e a prática de enviar uma Mensagem paliativa que não vai dar, efetivamente, à classe do magistério, a segurança, a tranquilidade, e principalmente, o estímulo que ela precisa?"

Cujos reflexos, diretamente, ocorrerão na população jovem deste Estado, e cujos reflexos, lamentavelmente . . .

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa pede escusas ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, por interrompê-lo, mas deu entrada à Mesa neste momento, um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, vazado nos seguintes termos:

"O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, a prorrogação, por mais duas horas, da duração da presente sessão".

Em votação o requerimento. - Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Pela ordem) Sr. Presidente, antes da verificação da votação eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Augusto Carneiro. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 40 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

(é procedida a votação).

28 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam.

Aprovado o requerimento.

Prorrogada a presente sessão, por mais duas horas.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado que se encontra na tribuna, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, quando se discutiu nesta Casa, o Estatuto do Magistério, não foram poucas as promessas de que, imediatamente após a aprovação e o enquadramento dos professores, a regulamentação do Estatuto, seria encontrada uma solução para os professores suplementaristas.

Isto ocorreu em 1.976. Nós estamos com mais de três anos.

Houve necessidade de a classe do magistério fazer uma greve para ser prometida a solução.

Hoje, estamos votando uma Mensagem que, no entender do Governo, resolveu problema do suplementarista.

E dizíamos nós - no entender do Governo, - por que

efetivamente, se esta Mensagem vem resolver uma solução atípica, porque criar mais um quadro atípico dentro da máquina administrativa do Estado e não resolver definitivamente o problema angustiante do suplementarista, porque jogar professores em um quadro único, cuja promoção não vislumbra mais? Vai se alegar que serão abertos novos concursos?

Mas, Srs. Deputados, concurso hoje em dia? Com três mil vagas e dezessete mil candidatos? E tenho a certeza que o resultado desse concurso, se houvesse sido divulgado, quatro mil professores neste Estado estariam se incorporando aos reclamos, aos anseios daqueles trezentos que ontem compareceram ao Palácio Iguaçu, para pedirem melhorias, porque na verdade, dos dezessete mil professores, apenas três mil e quinhentos serão aproveitados e quatorze mil ficarão marginalizados mais uma vez.

Agora, se jogarão mais alguns milhares de professores em Quadro Único e porque então não colocar este pessoal que é profissional do ensino, que tem tempo efetivo de magistério. Por que não jogar estes profissionais no seu Estatuto próprio, por que não resolver definitivamente este problema que tanto tumultua a Administração Pública?

Por isso, Srs. Deputados, lamentamos e profundamente, que mais uma vez esta Casa tenha que se curvar, mais uma vez lamentamos que este Parlamento não assuma uma posição e resolva efetivamente um problema angustiante, mais uma vez estas duas bancadas têm que representar neste quadrante vergonhoso para os políticos do Brasil e acatar cabisbaixos, uma solução que no seu íntimo sabem não ser a definitiva, sabem não ser a ideal.

Por isso, Sr. Presidente, não entendemos como se argumenta, por que não colocar o professor no seu Estatuto próprio? Se argumentará que o Governo vai gastar mais. Mas, então, não existe uma filosofia de governo para melhorar o padrão de vida e o nível de vida do brasileiro? E como vai melhorar o nível de vida do brasileiro, senão através da educação? Senão através do único processo legítimo e consagrado pela humanidade, que é o manuseio da ciência, o manuseio da arte, da cultura, ou será, Sr. Presidente, que vai se melhorar o nível de vida do brasileiro através da imposição da força do Poder Executivo?

É a pergunta que deve ficar, e a pergunta que fazemos. Não é possível que passe às claras. Mais uma vez esta Casa terá que se curvar a uma exigência injustificável, porque tudo se resume em dinheiro, e este maldito dinheiro que o Executivo tanto quer poupar, muitas vezes e desgraçadamente é utilizado para outras finalidades.

Se se pretende efetivamente neste Estado, como se disse há poucos dias, criar uma nova mentalidade no Brasil, porque quando desta tribuna se discutia o plano do Governo e se dizia ser ele utópico, face à realidade nacional, se argumentou muito bem, que valia a pena, ao menos, o Sr. Governador Ney Braga tentar mudar esta tendência com um plano novo, criar uma mentalidade nova. E como vai se criar uma mentalidade nova nesta Nação, se ao menos o mestre não tem a tranquilidade dentro de sua sala de aula, na sua função, no seu magistério?

Por isso, Sr. Presidente, deixamos aqui, em nome da nossa bancada, esta interrogação, de que a Casa, mais uma vez, por razões de economia financeira poupará ao Executivo a solução definitiva, a solução exigível, a solução correta ao quadro do professor do Paraná.

Se esta Casa votou solenemente, em 1.976, de que daí por diante o regime jurídico dos professores do Paraná seria através do Estatuto do Magistério, lamentavelmente hoje, ao votar num quadro único, esta Casa volta atrás.

E o que é lamentável, volta humilhada, porque no íntimo de cada um dos Srs. Deputados, sabemos que a solução apropriada, justa e louvável, seria aquela de seguir uma lei que nós mesmos votamos. De acompanhar uma lei que em 1976 foi

amplamente debatida, através da qual a Casa, procurou resolver o problema do professor votando o seu Estatuto.

E hoje, nós desprezamos este Estatuto, nós o jogamos de lado, para mais uma vez, satisfazer a vontade do Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nível de Comissão Técnica desta Casa, já se discutiu que a Mensagem do Governo, relativamente ao Projeto de Lei 75/79, que trata do professor suplementarista e do pessoal que se procura enquadrar ao Estatuto do Funcionário Público do Estado, funcionário civil, traz, em seu bojo, algumas disposições que comprometem toda a estrutura desta Mensagem; por ser flagrante a estrutura desta Mensagem; por ser flagrantemente inconstitucional. E por que, Sr. Presidente?

Porque o Governo, querendo fazer uma jogada política, deixa de atender, como deixou de atender na ocasião do processo legislativo do Estatuto do Magistério, deixou de atender aos anseios desta classe que vem rastejando para proporcionar ao Estado o que de melhor o Estado pode ter, o que de melhor uma Nação pode oferecer ao seu povo, que é a educação e a cultura.

É exatamente, Sr. Presidente, visando instrumentar o magistério público do Estado do Paraná, que sobre tudo com honrosas exceções às vezes, a bancada do MDB conta com o prestígio de eminentes Srs. Deputados da ARENA, na busca do aperfeiçoamento da legislação específica. E o que se vê, Sr. Presidente, é que mesmo a nível de Comissão Técnica, conquanto se tenha oferecido bases fundamentais, argumentos incontestáveis e irrefutáveis, de inconstitucionalidade, a oposição fica sempre a votar e a propor votos vencidos e que nesta oportunidade, na Comissão de Constituição e Justiça, houve duas posições que poderia chamar de honrosa. Votou com restrições ao problema de constitucionalidade, por dois eminentes Srs. Deputados da ARENA. E agora, Sr. Presidente, o que se discute em primeiro turno, é exatamente o problema da inconstitucionalidade.

Se o Governo quer prover cargos públicos, Sr. Presidente, há de atender os preceitos constitucionais; não às disposições normativas que estão no bojo da Constituição, mas o princípio democrático constitucional, que o provimento de cargos públicos, só podem ser feitos através de concurso. E isto é o que diz o art. 176, da Constituição Federal, em seu § 3.º, inciso VI. O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Fidelcino Tolentino, Vossa Excelência inicia a discussão desta matéria, invocando o seu aspecto constitucional; e devo confessar que me surpreendo com a revelação que ouço sair do seu interior neste momento, quanto à constitucionalidade desta matéria.

Pela Comissão de Constituição e Justiça, e mesmo já por conhecer outras manifestações de Vossa Excelência no plenário desta Casa, sabemos que Vossa Excelência é autor de alguns projetos de lei, rigorosamente inconstitucionais quanto à sua iniciativa.

E Vossa Excelência inclusive, discutindo na Comissão Técnica, utilizou-se de um argumento que a mim nunca convenceu, de que apresentava o projeto de lei, mesmo que inconstitucional, porque...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Porque não reconheço legitimidade na Constituição vigente. Quero argumentar com Vossa Excelência, quanto a este projeto, acabo de dizer, que o princípio constitucional é muito diferente da legalização da Constituição. Entre princípio e a disposição vigente, vai uma larga distância.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço a Vossa Excelência, Deputado

Tolentino, para concluir o aparte, pois falo com autorização de Vossa Excelência, que é o detentor da palavra neste momento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Então, gostaria de dizer que estranho profundamente, que Vossa Excelência denuncie esta inconstitucionalidade, exatamente por saber de iniciativas de Vossa Excelência, absolutamente inconstitucionais.

E inconstitucionais, o que me parece ser profundamente grave, quanto à iniciativa, quanto à competência para apresentação de um projeto de lei.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Gostaria que Vossa Excelência formulasse pelo menos um, para eu poder lembrar-me.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Fidelcino Tolentino, pediria a Vossa Excelência que não sofismasse. Vossa Excelência sabe perfeitamente, que vários desses projetos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, como sofismasse.

Vossa Excelência sabe que não sou obrigado a lembrar de todos os meus atos. Mas, devo reconhecer, pelo critério, do princípio, que muitas vezes não reconhecendo e nunca reconheci legitimidade nenhuma à Constituição do País, depois de 64.

O Sr. Airton Cordeiro — Mas Vossa Excelência, Deputado, desobedece a Constituição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, se Vossa Excelência quer argumentar de acordo com o seu raciocínio, eu não posso estar de acordo que Vossa Excelência esteja num regime de democracia. Não posso concordar com Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Tolentino, nós já, inclusive, tivemos a oportunidade de discutir a esse respeito na CCJ. É a Constituição que existe. Até que nós possamos alterá-la é a Constituição que nos rege. É a Constituição que nós temos, e quando assumimos o nosso mandato, sabíamos que esta era a Constituição, porque juramos que cumpriríamos esta Constituição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência faça uma busca nos Anais da Casa, que em duas ocasiões que jurei cumprir a Constituição com as restrições do arbítrio que perdura nessas Constituições. Aí está na Casa. E, graças à minha memória — e agora recorro à ela —, graças a esta restrição, não tenho compromisso em defender uma Constituição que não tem a legitimidade popular.

O Sr. Airton Cordeiro — Meu caro Deputado Fidelcino. Parece-me que Vossa Excelência parte de uma premissa absolutamente errada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No seu entender.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço a Vossa Excelência que me dê o direito de concluir o aparte.

É uma manifestação deste Parlamentar, sem a intenção de diminuir Vossa Excelência, e Vossa Excelência sabe do quanto eu o considero pela sua participação nesta Casa.

Mas, não posso silenciar, no momento em que ouço Vossa Excelência denunciar uma inconstitucionalidade de uma matéria como esta, cuja iniciativa é realmente privativa do Governador do Estado. Quando nós apreciamos este tipo de matéria, nós estamos convalidando a iniciativa do Sr. Governador. Então, apelaria a Vossa Excelência que restabelecesse uma graduação de valores e que fundamentalmente nesta matéria, entendesse o valor social do seu conteúdo. Além do que, a competência constitucional é realmente do Poder Executivo.

Porisso, Deputado Tolentino, por entender também que Vossa Excelência já tem princípio firmado, pessoal e político, no que toca às matérias constitucionais, apresentando projetos inconstitucionais que já foram apreciados pela CCJ, permito-me discordar do argumento de Vossa Excelência.

Poderia até concordar, se Vossa Excelência tivesse aqui,

nesta Casa, como condição suprema de conduta política aqui neste plenário e nas Comissões Técnicas, realmente, o princípio de obedecer a constitucionalidade das leis.

Mas, não é o que ocorre com Vossa Excelência.

Lamento, e porisso, não aceito o argumento de Vossa Excelência, que esta matéria é inconstitucional.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência se baseia num formalismo, e também em disposições que, para Vossa Excelência e para o seu Partido, é mandamento supremo.

Quanto a mim, Deputado, não tenho, nem de longe, disposição para seguir os ditames legais vigentes neste País. Nem de longe.

O Sr. Airton Cordeiro — É um direito que assiste Vossa Excelência, mas isto não significa que Vossa Excelência atue dentro da legalidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência confunde legalidade com legitimidade. Este é o grande problema. É um problema que trago a Vossa Excelência, e me permito dizer mais, não sou eu quem argumenta, são os tratadistas do Direito Constitucional.

É este lamentável equívoco que paira em Vossa Excelência, e que agora é um problema que foge à minha alçada. Mas, não posso aceitar de Vossa Excelência, num tom de censura, o meu comportamento, por não achar, como Vossa Excelência, que legalidade se confunda com legitimidade. Isto é outra coisa.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Tolentino, permita-me mais um aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Permito.

O Sr. Airton Cordeiro — Curvaria-me diante do argumento de Vossa Excelência, até quanto à legitimidade, se nós tivéssemos manifestações judiciais, em qualquer instância do Brasil, ou por sentença de juiz, ou por acórdão de Tribunais, negando a autoridade do texto constitucional vigente. Mas, isso não acontece.

É a Constituição que temos; é a Constituição que nos rege; é a Constituição que devemos respeitar até o momento em que outra constituição existir no Brasil; em que outra Constituição for promulgada.

Ao contrário, Deputado Tolentino, estaríamos vivendo num regime da mais completa anarquia e que não consulta a nenhum de nós. Principalmente, ao estado democrático que queremos que exista.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, vamos construir o raciocínio em torno do pensamento de Vossa Excelência: O art. 176, da Constituição vigente, diz o seguinte:

“A educação inspirada no princípio de unidade nacional e dos ideais de liberdade e solidariedade humana é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola”. § 3.º — A Legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas. § 4.º — O provimento de cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá, sempre, de prova de habilitação, que constituirá em concurso público de provas e títulos, quando se tratar de ensino oficial”.

A Constituição do Estado, Art. 63:

“O Estado e os Municípios observarão no regime jurídico de seus servidores, os princípios estabelecidos na Constituição da República e nas leis federais; § 2.º — A primeira investidura em cargo público, dependerá de aprovação prévia, em concurso público, de provas, ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei”.

Esses, são os cargos em comissão. E mais o Art. 138, em seu parágrafo único, diz: “O magistério estadual será organizado em Estatuto próprio, mediante lei”.

Então, veja Vossa Excelência, se há uma exigência da Constituição vigente, que o provimento de cargos precisa ser feito através de concurso, e se o magistério precisa ser provido,

no seu Estatuto específico, não vejo razão porque o Governo não atende a um mandamento constitucional. E ele, sim viola a Constituição, quando sai para escanteio, buscando, inclusive, legalidade para seus atos, na Assembléia Legislativa.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência é contra a efetivação?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Contra a efetivação, não Deputado.

Sofisma, agora, sim, Vossa Excelência.

Sou a favor do cumprimento, então argumentando com Vossa Excelência do cumprimento das disposições legais vigentes.

Porque o Governo do Estado não faz - e tem outro princípio que gostaria de lembrar - o Governo, para prover os cargos públicos tem que criá-los. É um mandamento constitucional.

O Governo não criou cargos públicos nenhum para ser efetivado. E aqui, não tem, no bojo da lei, e aqui há um princípio de inconstitucionalidade: Onde está o número de cargos a serem providos, e quais as disposições de enquadramento, e, providos de que forma? O que o Governo está querendo fazer é uma atitude simpática a esses que estão gritando há anos a fio, e que não fizeram ainda, até hoje, a sua efetivação. O Governo vai efetivar pura e simplesmente, e, tem algumas Emendas que nós já oferecemos ao crivo da apreciação da Liderança do seu partido, e que foram repelidas pelo Palácio. Por que? Porque não há nenhum interesse. O que o Governo quer e deseja, isto sim, é passar, engambelar, sofismar encima do professor suplementarista, para dar, a ele, um presente no dia 15. É isto que o Governo quer fazer, mas na realidade ele não vai atender ao Magistério, ele não vai estabelecer justiça aos que clamam Justiça, ele não vai atender o professor que ministra aulas, miseravelmente remunerado!

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência esqueceu de mencionar que, o Estatuto do Magistério consagra, como princípio fundamental para o ingresso no Estatuto do Magistério, a realização de concurso público.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E é o que nós estamos pedindo!

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência esqueceu de fazer esta menção.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Estatuto, na hierarquia das leis, é uma lei complementar à Constituição, por isto é que torna, também, por mais esta razão, inconstitucional.

O Sr. Airton Cordeiro — O quadro próprio do Magistério, meu caro Deputado, Vossa Excelência fala na criação dos cargos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Falo também na criação dos cargos.

O Sr. Airton Cordeiro — Talvez Vossa Excelência não tenha percebido o parágrafo 1.º do artigo 4.º da Mensagem Governamental que diz o seguinte: "Para cumprimento das disposições deste artigo fica o Chefe do Poder Executivo a, mediante Decreto, autorizado a transformar as atuais funções do pessoal suplementar, em igual número de cargos extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida no anexo".

Os cargos estão sendo criados, Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Isto não tira o vício da inconstitucionalidade! Absolutamente!

O Sr. Airton Cordeiro — Os cargos estão sendo criados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas quantos cargos?

O Sr. Airton Cordeiro — O necessário!

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E quanto é o necessário?

O Sr. Airton Cordeiro — Os necessários para o preenchimento...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quantos são necessários?

Vossa Excelência que é vice-Líder pode adiantar-me?

O Sr. Airton Cordeiro — Perguntaria a Vossa Excelência, o

seguinte: quantos são os suplementaristas a serem efetivados?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E Vossa Excelência saberia responder efetivamente?

O Sr. Airton Cordeiro — Não sei, por isto pergunto a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Consigo responder, agora, pergunto a Vossa Excelência: Vossa Excelência sabe?

O Sr. Airton Cordeiro — Não sei, e pergunto a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se Vossa Excelência que é do Palácio não sabe, muito menos o Palácio então, se Vossa Excelência é porta-voz do Palácio! E é esta a razão, Deputado, que o Governo manda, aqui e é exatamente este o aspecto, manda para cá, e o seu partido neste Parlamento vota, sem saber o que está votando.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Tolentino, perdoe-me insistir, mas pediria a Vossa Excelência que, inclusive, restabelecesse o respeito à nossa bancada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas Vossa Excelência me induziu a isto e inclusive Vossa Excelência, no princípio do seu aparte fez referência de que estaria sofismando e que estaria, em várias oportunidades, propondo projetos inconstitucionais, lavrando, aqui, numa incoerência flagrante.

O Sr. Airton Cordeiro — E não menti, Deputado. Gostaria que Vossa Excelência mantivesse o debate, num melhor nível.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência não mentiu, no seu pensamento!

Mas para mim, Vossa Excelência não só faltou com a verdade, como também deixou de observar a forma pela qual tenho atuado neste Parlamento, inclusive quanto ao aspecto da constitucionalidade. Peço a Vossa Excelência para estabelecer o critério de discussão, em torno da constitucionalidade em torno do projeto, peço a Vossa Excelência para não fugirmos desse objetivo, porque estou escutando aí sons estranhos que podem até levar-nos a desinteligências.

O Sr. Airton Cordeiro — É o que tenho procurado, Deputado.

Quando Vossa Excelência não responde a indagação que faço, de quantos suplementaristas serão efetivados, Vossa Excelência responde, fazendo-me uma pergunta. E é por isto que quero caracterizar a Vossa Excelência, que, a Mensagem não pode especificar o número de cargos a serem criados. Por razões elementares.

Foi feito concurso público de ingresso, na carreira do magistério, com o professor suplementarista tendo a seu crédito o peso específico para o tempo de serviço bastante superior à própria capacidade demonstrada na realização das provas. Então nós na verdade não sabemos quantos suplementaristas serão efetivados. Como ninguém é vidente e nem o Governador do Estado, é evidente, poderia Sua Excelência encaminhar a esta Casa uma Mensagem definindo o número de cargos a serem criados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Porque não terá um levantamento adequado.

O Sr. Airton Cordeiro — Não, pôr não ter levantamento. Por não ter, o resultado do concurso e porque esta Mensagem foi encaminhado a esta Casa, há várias semanas, Deputado Tolentino. Esta Mensagem foi encaminhada à Assembléia Legislativa, já há algum tempo e preciso a data a Vossa Excelência: 27 de agosto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — 26 de junho.

O Sr. Airton Cordeiro — 27 de agosto vem o termo aditivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Veio para cá em 26 de junho.

O Sr. Airton Cordeiro — O aditivo está aqui: 27 de agosto.

É a matéria que está valendo para a discussão de hoje.

É a Mensagem aditiva. De que forma o Governador vai prever?

Não pode, sob pena até de incorrer em crime de responsabilidade. Então peço compreensão a Vossa Excelência.

A opinião de Vossa Excelência é oportuna de ponto de vista partidário. Agora, por favor Deputado, vamos respeitar o conteúdo da Mensagem, vamos respeitar...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência teve o meu aparte e me faz apelo para respeitar o conteúdo da Mensagem. Não estou desrespeitando quem quer que seja, muito menos Mensagem e estou aqui, para servir a uma causa, uma causa que vai muito além de Governo e não devo estar fazendo laguleios para atender a Mensagem de Governo. O que nós temos que fazer no Parlamento é discutir as Mensagens e é que nós estamos fazendo.

E digo mais a Vossa Excelência. Se não há critério de respeitabilidade, é por parte do Governo, porque se fosse respeitado o professor, o suplementarista, que há mais de 10 anos está lutando, está clamando por uma filiação ao Estatuto do Magistério, inclusive antes mesmo de ter um Estatuto do Magistério.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Permito o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Tolentino, a gente percebe...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero dizer ao Deputado Airton Cordeiro, me permita Vossa Excelência, que os suplementaristas são em torno de 16.000 e nós da Oposição não temos obrigação nenhuma de saber números exatos, porque negócio de números é com o Governo.

O Sr. Airton Cordeiro — Deveria saber, deve saber, porque senão Vossa Excelência não poderia defender.

O Sr. Lineu Turra — Deputado, apenas acompanhando o diálogo de Vossa Excelência com o Deputado Airton Cordeiro, queria dizer que essa acusação que o Deputado Airton Cordeiro fez, da apresentação de projeto...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O que me estranha muito, partir do Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Lineu Turra — Realmente, a matéria de iniciativa, apenas ele alega. É uma matéria controvertida, a iniciativa. Até Vossa Excelência sabe que os Tribunais têm decidido e até o Supremo Tribunal, já tem decidido muitas vezes pela legitimidade da iniciativa Parlamentar dos projetos, mesmo dessa natureza.

Agora, quanto ao ingresso, quanto à constitucionalidade do projeto, da Mensagem governamental, nos parece também que é inconstitucional e até o próprio Estatuto do Magistério, exige o concurso para o Magistério, para o ingresso na carreira do Magistério, mas o Estado inclusive abriu precedentes, porque vários professores ingressaram na carreira sem concurso, e apenas para dizer que existem precedentes no Estado e de formas que eu acho, realmente o projeto, a Mensagem é inconstitucional e o Deputado Airton Cordeiro está querendo confundir o seu pensamento e confundir Vossa Excelência, o que não irá conseguir, porque Vossa Excelência realmente é bastante conhecedor da matéria e está levando com bastante brilhantismo, os meus parabéns.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Mas quero prosseguir dizendo que realmente neste País, nobre Deputado, onde cerca de 10.000.000 de jovens procuram as universidades para prestar exame vestibular, destes apenas, - em número redondo também, 1.000.000 e vamos dizer 300.000, têm este espaço universitário. Os demais são forçados a procurar alternativas de vida numa frustração tão grande que cria até problema de controvérsia no pensamento da juventude. Vossa Excelência, como nós, tem filhos, e, evidentemente, está sempre tomado de uma grande preocupação, como os nossos filhos adentrarão às universidades? E as universidades, aqueles

que adentram a elas, generalizando, hoje não oferecem, com algumas exceções, condições de profissionalidade adequada para os acadêmicos. Porque o nível de ensino está sofrível no Brasil inteiro, seja na esfera público ou de iniciativa particular e por que?

Porque campeia, esta Nação, uma grande dificuldade no sistema de vida do brasileiro, e que alcançou primeiramente as faculdades e as escolas. O professor, hoje, ganha muito aquém do desejável. Sequer tem tranquilidade para ministrar aulas, para preparar as suas aulas adequadamente, porque ao encontrar dificuldades de ordem econômica-financeira, tem que fazer, às vezes, aulas suplementares, ou dar aulas suplementares, mas com uma remuneração não reduzida, que não há possibilidade de ministrar, com tranquilidade, aquilo que seria o desejável.

É por esta razão que nós estamos nos batendo. Inclusive reconheço, e agora sim, posso dar razão a Vossa Excelência, reconheço que o substitutivo oferecido pelo Movimento Democrático Brasileiro pode ter a discutibilidade de algum preceito que pela lei vigente, pela Constituição vigente, não seria ajustável a ela; e poderia argüir, poderia argüir inconstitucionalidade, mas já que se está tratando de ajustamento de uma classe inteira, no enquadramento do seu Estatuto, se o Governo quer, realmente, trazer com dignidade e com promoção, o Paraná e o homem do Paraná, mais razão terá para acolher as aspirações dos professores e que o seu antecessor não teve a inteligência e a sensibilidade adequada para oferecer um Estatuto adequado para o Magistério.

Mas agora seria a oportunidade de promover através da lei que se procura votar aqui, o enquadramento no seu Estatuto próprio. Perguntaria a Vossa Excelência, o que quer o Governo, efetivamente, não oferecendo possibilidade do suplementarista ir para o Estatuto do Magistério? Qual o impedimento então que o Governo vê nisto? Objetivamente qual, nobre Deputado, pergunto a Vossa Excelência?

O Sr. Airton Cordeiro — O impedimento do Estatuto do Magistério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas o Estatuto do Magistério não foi aprovado nesta Casa?

O Sr. Airton Cordeiro — O Estatuto do Magistério veda o ingresso na carreira do professor; professor regido pelo seu Estatuto próprio, se não, concurso público.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência acaba de declarar a inconstitucionalidade da Mensagem.

O Sr. Airton Cordeiro — Absolutamente, Vossa Excelência...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Lamento ter levado Vossa Excelência a fazer esta declaração.

O Sr. Airton Cordeiro — Absolutamente. Vossa excelência está incorrendo num raciocínio completamente errado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência é tão versátil...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência está confundindo "alhos com bugalhos"!

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência está apelando.

O Sr. Airton Cordeiro — Gostaria que Vossa Excelência atentasse para a análise da matéria com toda a frieza Deputado Tolentino. Sem digressões, sem possíveis emocionalismos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pelo contrário, estou muito tranquilo.

O Sr. Airton Cordeiro — É o que peço a Vossa Excelência.

Vossa Excelência na sua análise fria, inclusive quando tentou friamente, como disse anteriormente, fazer a análise da inconstitucionalidade, Vossa Excelência, não sei se deliberadamente ou não, esqueceu de invocar o Estatuto do Magistério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pelo contrário, posso dizer mais a Vossa Excelência, que é uma lei complementar

de número 7/1976. E aliás tive o prazer ou o desprazer de vir aqui ajudar.

O Sr. Airton Cordeiro — Devo lembrar mais a Vossa Excelência, Deputado Tolentino. Que sendo a matéria da iniciativa do Poder Executivo, ao momento em que esta Assembléia aprecia e aprova a matéria, a Assembléia, convalida a iniciativa constitucional. O inconcebível, realmente é, a Assembléia, através dos seus Deputados, tomar a iniciativa de matérias que não são da sua competência. O que não ocorreu, nesta matéria. E falo muito a vontade...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não estou falando quanto à iniciativa.

O Sr. Airton Cordeiro — Porque inclusive, nobre Deputado, isso também foi dito a Vossa Excelência na Comissão de Constituição e Justiça. Se nós quiséssemos atingir a qualquer outro objetivo, político, eleitoral, quiséssemos fazer demagogia, quiséssemos dar uma satisfação ao professorado, gratuita, barata, sem nenhuma base; quando o Deputado Augusto Carneiro e eu, apresentamos a sugestão aprovada pela Assembléia, nós teríamos formulado um projeto de lei, aí sim, rigorosamente inconstitucional. Mas não nos move esta intenção. Nós colocamos a causa do professor, muito acima de qualquer interesse nosso, pessoal e político.

E quando peço a Vossa Excelência que estabeleça a graduação de valores desta Mensagem. Peço a Vossa Excelência que faça justiça a essa classe dentro, não só do que é possível, do que é razoável, mas também dentro do que possa significar o ato de justiça que se quer praticar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a Vossa Excelência que ocupe a tribuna para fazer a defesa porque senão o meu tempo vai esgotar, estou pedindo a compreensão de Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência tem o direito regimental, inclusive de cassar o aparte. Agora, se Vossa Excelência me concedeu o aparte peço a Vossa Excelência que respeite o aparte concedido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a Vossa Excelência que respeite a concessão do aparte.

O Sr. Airton Cordeiro — Nesse particular também, Deputado Tolentino, para falar em matéria regimental, quanto à demora do aparte, devo aqui também dizer que não cabe essa iniciativa de denúncia a Vossa Excelência porque sempre os seus apartes são discursos paralelos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas peço a Vossa Excelência urbanidade, que me conceda a possibilidade de prosseguir. É só isso. Mas também não estou aplicando nenhum ato institucional em Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência está insinuando. Acho que a insinuação é pior que a afirmação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então vou dizer a Vossa Excelência que também laborou insinuosamente, quando e até quem sabe, em conjugação com o pensamento oficial, quando formulou o requerimento, para que viesse a esta Casa, a matéria, regulamentando o problema do suplementarista.

O Sr. Airton Cordeiro — Presunção de Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Prossigo, Sr. Presidente. Quero aproveitar uma afirmação de que seja cargo público, que pode ser vista, na página 110 do novíssimo dicionário jurídico, do renomado Professor Pedro Orlando. Tenho aqui em mãos, para os curiosos ou então àqueles que desejam verificar. "Cargo Público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres públicos." Essa é uma definição que por acaso peguei deste tratadista. E no seu lixio jurídico tem esta definição. E tem outros, Vossa Excelência é professor e conhece bem e até tem uma formação cultural respeitável.

O Sr. Airton Cordeiro — Perdoe-me, nobre Deputado, o ar professoral é de Vossa Excelência. Não sou professor.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Professor em matéria de conhecimento, nobre Deputado, eu disse. Vossa Excelência não está entendendo direito as minhas palavras, pelo que vejo. Mas, prossigo, Sr. Presidente, na verdade, eu dizia da Constituição que temos, argumentando com o pensamento do Deputado Airton Cordeiro, e de parcela considerável de sua bancada. Que no artigo 63, já enunciado, consta efetivamente uma norma que diz o seguinte: "A primeira investidura no Cargo Público dependerá de aprovação prévia em concurso público, de provas, e provas e títulos, salvo nos casos indicados em lei". Para que não fique aqui, a dúvida de quais os casos expressos em lei, o § 4.º é claro: "Nenhum concurso terá validade, ou melhor, § 3.º, retifico: "Prescinde de concurso a nomeação para os Cargos em Comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração".

Esta é a exceção que a própria Constituição faz.

Baseado neste princípio, não quanto à iniciativa, mas quanto ao mérito, é que laborou em flagrante inconstitucionalidade o Governo. É o que o MDB deseja, eminente Deputado, é efetivamente ajustar a aspiração do professor à lei que já dispõe para satisfazer a uma classe numerosa e responsável pelos destinos da própria cultura, da própria formação moral, cívica e política do futuro povo do Paraná, que são os estudantes.

É exatamente baseado nesse princípio, que nós temos a dizer que até por uma questão de princípio também, o MDB poderia aprovar, se conferisse aos altos interesses do professor. Mas, não confere, nobre Deputado.

O que o Governo quer é fazer a nomeação, quem sabe - não vai aqui nenhuma afirmação, mas vai a dúvida - quem sabe, para se promover, para alcançar os objetivos políticos do Governo.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a Vossa Excelência a gentileza, a lhaneza, aliás, qualidades peculiares a Vossa Excelência, além de ser uma das pessoas que mais entende nesta Casa, de Direito Constitucional, e Vossa Excelência sabe que eu o respeito.

Vossa Excelência esteve presente, ontem, à reunião da Comissão de Recursos Humanos, quando tomei o compromisso de levar as emendas, para eu válidas, de Vossa Excelência, à Chefia do Poder Executivo.

Não quero entrar no mérito constitucional da matéria, porque sou leigo. Vossa Excelência conhece as minhas origens, humildes, e, infelizmente, nunca tive a oportunidade de chegar aos bancos universitários.

Mas, o que é que o Governo está pretendendo fazer com esta Mensagem? Não é demagogia eleitoral, Vossa Excelência me concedeu o aparte e gostaria de terminar meu pensamento.

O Governo está proporcionando ao suplementarista, que não é necessariamente, apenas o professor, mas também as pessoas que têm funções no Estado, e que não têm nenhuma garantia quanto ao futuro.

O Governo Ney Braga está cumprindo aquilo que prometeu.

É para que o professor, para que o suplementarista do Estado, para que o contratado chegue em casa após a aprovação e sanção desta lei, que se dará graças à colaboração de bancada do MDB, na segunda-feira, e diga à sua esposa e aos seus filhos: "Minha esposa, meus filhos, hoje tenho uma profissão definida. Hoje tenho segurança no dia de amanhã."

Essa Mensagem não tira ao professor o direito dele recorrer aos tribunais, quando tiver os seus direitos postergados. Essa Mensagem não tira ao professor o direito dos 60 dias de férias. Não tira do professor o direito dele, amanhã, integrar o quadro próprio do magistério, Vossa Excelência sabe que, por etapas, isso dar-se-á efetivamente.

Então, gostaria que Vossa Excelência, por favor, poupasse o Governo Ney Braga, que foi o único Governador neste Estado,

que cumpriu aquilo que prometeu ao professor suplementarista. Está dando condição de garantia, de segurança, para que amanhã, ele possa ganhar o pão de cada dia. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não tem porque agradecer, e Vossa Excelência, efetivamente, vem colaborar com seu aparte. Porque, o que se busca é o aperfeiçoamento do projeto.

Nada mais que o aperfeiçoamento do projeto.

E esse fulcro de inconstitucionalidade que estamos apontando, talvez se pudesse entender de sua viabilidade, se o projeto trouxesse o enquadramento para o Estatuto do Magistério, do suplementarista.

Porque, daí, sim, seria profissionalizar o professor suplementarista. Seria colocá-lo em seu Estatuto para que ele fosse disciplinado por uma lei especial. Mas, aqui, não.

O projeto fala: "será regido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado."

E no Estatuto, eminente Deputado, as férias passarão a ser de 30 dias. Porque, há um artigo que revoga as disposições em contrário.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, solicito de Vossa Excelência uns dois ou três minutos, porque não pretendo ir à tribuna para discutir a constitucionalidade, ou não, desta Mensagem, porquanto já a discutimos na C.C.J.

Mas, nobre Deputado, amanhã, pretendo ocupar a tribuna para discutir esta Mensagem encaminhada pelo Governo do Estado.

Não poderia, no entanto, deixar de fazer alguns reparos quando Vossa Excelência discute a constitucionalidade da matéria, dizendo que o professor deveria ser enquadrado no Quadro Próprio do Magistério.

Vossa Excelência há de convir comigo que esses professores não estão ingressando agora. É um fato já existente. Esses professores já estão lecionando há 2, 5, 10 anos.

Portanto, é um fato já existente que o Governo pretende regulamentar com esta situação.

Vossa Excelência quando recebeu um aparte do Deputado Airton Cordeiro, perguntou quantos suplementaristas haviam.

Mas, Vossa Excelência estava sofismando naquela hora. Porque Vossa Excelência conhece a Mensagem, que diz, que o professor, detentor de um padrão, terá 60 dias, de prazo para opção.

Seria preciso que o Governo advinhasse o pensamento de cada professor para dizer quantos iriam participar, neste Quadro Único dos Professores.

Mas verificando o Estatuto do Professor não encontrei, em parte alguma, dispositivo que abrisse uma válvula para enquadrar esse professor. É uma situação de desespero, de inquietude, desse professor suplementarista que há 5, 10 anos está lecionando e que precisa ser regulamentado.

E só no Estatuto do Funcionário Público encontrei esse dispositivo. Porque, o professor não está ingressando agora, ele está no magistério.

Estamos votando uma lei que dá amparo a esse professor. E não vou me alongar, nobre Deputado, porque esta outra parte que só vou fazer referência, amanhã vou discutir, pretendo discutir. É justo quando se pretende, numa Mensagem que o Governo manda procurando dar amparo ao professor suplementarista que não tem garantia nenhuma, a um PS que não tem garantia nenhuma, onde se pretende, nesta Mensagem, oferecer mais alguma coisa à classe dos professores, e, se o Governo não concorda, está querendo manter a Mensagem; esta Mensagem, se não traz mais benefícios, não prejudica ninguém, ela somente traz mais benefícios, sem prejudicar ninguém.

Era este o aparte.

Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte, só que

Vossa Excelência faz referência à Constituição, mas esquece, não sei qual o objetivo, se tem alguma finalidade, Vossa Excelência não leu o parágrafo seguinte, do mesmo artigo 63, que diz que "prescinde de concurso, a nomeação de Cargos em Comissão declarados em lei, de livre nomeação e exoneração."

O Sr. Gilberto Carvalho — Mas isto aqui, é acima do Estatuto, isto retrata nesta parte, apenas, esta ressalva, que a Constituição faz. Vossa Excelência não pode discordar deste raciocínio, que é lógico.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Agradeço, aliás é a terceira vez que peço aparte a Vossa Excelência, hoje.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Lamento, não tinha ouvido Vossa Excelência.

O Sr. Dácio Leonel — Deputado Fidelcino, a minha preocupação depois de ouvir o Deputado Nilso na tribuna, e agora Vossa Excelência, continua sendo a mesma porque percebi que a tônica tem sido uma, a constitucionalidade da Mensagem enviada a esta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No provimento dos cargos.

O Sr. Dácio Leonel — Exato.

Mas entendo também, Excelência, que o momento, me parece, não é de acertarmos, ou não, porque sinto, com referência à iniciativa da Mensagem enviada, a preocupação que se tem, que vejo bem, no ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, concordo plenamente, ele depende de concurso, o ingresso no Quadro do Magistério, ele depende de concurso. Como consequência, neste meu entendimento, uma ou outra fórmula, qualquer uma delas estaria crivada de inconstitucionalidades. Entretanto, Sr. Deputado, apenas desejo frisar que, ou nós teremos a lei que entendo que "ruim com ela, muito pior sem ela", ou então do que esta lei poderia, isto sim, é receber como já tenho ciência que seria intenção da bancada de Vossa Excelência, apresentar um Substitutivo para corrigir alguns aspectos exatamente dentro da proposição que teria sido feita pelas próprias Associações dos Professores do Paraná, e dos Professores Licenciados do Paraná. Entendo que, mais à frente, efetivamente tenhamos muitos ângulos para serem discutidos. Não vejo, no momento, em que devamos abordar se esta Casa deve ou não encaminhar, dar o seu apoio à Mensagem, que chegou no seu primeiro passo, entendo que isto deve ser mais ou menos pacífico ao menos nesse sentido, pela recepção da Mensagem, porque efetivamente o Professor Suplementarista, ele, possa ou não ter todos os benefícios que espera, mas ele só poderá ter ainda que só parte deles, se tivermos esse projeto de lei transformado em lei, no futuro.

Já pude me manifestar a respeito de alguns aspectos, inclusive o companheiro meu de bancada, o Deputado Gilberto Carvalho, neste instante fazia alusão de que a lei não traz prejuízo. Também este é um aspecto que pode ser discutido, se nós fôssemos discutir, hoje, dentro do mérito, dentro daquilo que a lei procura e que deverá atingir. Faria referência a um dos aspectos que para mim é o mais importante, que para mim é o que mais chama a atenção, que para mim é o que mais preocupa, é, exatamente, a concessão do segundo cargo de Magistério. Exatamente neste ponto. Acho, até, que os outros aspectos poderiam ser perfeitamente entendidos, aceitos, mas apenas vejo um aspecto gravíssimo Sr. Deputado, por isso estranhei quando na tribuna Vossa Excelência fazia afirmação de que a bancada da ARENA estava com a disposição de votar contra, quando eu inclusive, me pronunciei no Pequeno Expediente já fixei a minha posição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas fiz a ressalva, nobre

Deputado. Se Vossa Excelência observar, tem ressalva.

O Sr. Dácio Leonel — Não observei. Peço desculpas e devo dizer que ao tomar posição em função desses aspectos, não estou tomando posição em função de bancadas da ARENA ou do MDB, e nem estou votando contra o Governo. Apenas o sentimento da minha consciência me diz que, votando a favor do professor, deveria votar de tal forma que é, por entendimento pessoal. É porque eu já li e venho pregando isso há muito tempo. Venho há muito tempo, em outros pronunciamentos que já fiz anteriormente, tenho defendido a mesma causa do suplementarista, tenho reclamado para ele, que ele possa ter a condição de efetivação. Na concessão de segundo cargo é que está realmente o grande perigo de que tenhamos professores hoje, também suplementaristas, ou aqueles que detêm aulas extraordinárias, eles é que poderão ter prejuízo. E digo mais, e digo porque.

Digo, apenas para concluir, porque não quero tomar o tempo de Vossa Excelência mais, porque hoje efetivamente estamos no aspecto constitucional da matéria.

Mas quero dizer porque. Porque conheço diversos professores com os quais dialoguei, de vários municípios que representam e tenho sentido o drama daquele professor que tem um padrão, daquele professor que ministra aulas suplementares há 2, 3, 5, 8 anos. Aquele professor que está hoje desesperado, porque ele vai sofrer prejuízo. Isto ninguém pode negar - e é apenas neste tópico que quero discutir - vai sofrer prejuízo por que? Porque se nesses últimos anos o orçamento da sua família tem estado estribado no vencimento do seu padrão, e nas aulas extraordinárias que ele detém, isto não vai mais acontecer, por que? Porque desde que ele não possa obter a efetivação do segundo padrão, indiscutivelmente ninguém pode negar. A tendência é desaparecerem as aulas suplementares, exclusivamente com o seu padrão, sofrendo diminuição no seu vencimento. Não é possível que se negue isto.

É isto que não aceito, porque conheço o drama. Sr. Deputado, venho apenas no sentido de ter a expectativa de que possamos hoje quanto antes, entender que a Mensagem deve ser recebida, recebida com o seu primeiro apoio desta Casa, para que depois então, nos substitutivos se possam em todos os detalhes, encontrar uma solução que possa realmente atender a classe do professorado.

Pretendo e voltarei ao assunto, não desejo partir propriamente para a polêmica ou polemizar o assunto, mas acho que é sério e estou preocupado com a situação do professor paranaense.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a matéria abordada pelo aparte brilhante de Vossa Excelência, realmente é uma preocupação constante e que nós pretendíamos abordar amanhã na discussão da matéria pelo mérito, e o que nos deixa constrangido é exatamente um dos pontos fundamentais.

É que o professor através desta lei, não será profissionalizado. Traz essa preocupação do que já tem um padrão. Poderá ser marginalizado e sofrer uma limitação no seu patrimônio e na sua remuneração, criando até um problema social muito grave para muitos professores que hoje detêm um padrão no quadro suplementar.

Realmente a lei ou o projeto não traria prejuízo - afirma Vossa Excelência - para o professor. Digo que nesta parte traz prejuízo, e é exatamente neste aspecto, mas é um assunto que vamos abordar amanhã.

Ele efetivamente, tendo em vista este aspecto, não atende às pretensões dos professores, porque se há atrás disso, uma preocupação da classe, movendo inclusive as bancadas a se sensibilizarem com as reivindicações, é porque evidentemente o projeto não traz um acomodamento desta situação de penúria da classe do suplementarista.

Mas antes de chegar no aspecto meritório do projeto, nós abordamos esta parte do problema da constitucionalidade e que, efetivamente, até porque o texto legal, hoje, da Constituição, a norma constitucional vigente, vai dar possibilidade de se votar através do partido majoritário aqui nesta Casa, pela forma que a Constituição prevê.

Hoje, a maioria absoluta, o que não era antes do Pacote de Abril. É uma anomalia que não podemos deixar de declinar e de protestar, ainda esta vez, aqui neste Parlamento. No nosso entender o projeto é realmente lesivo ao texto vigente da Constituição. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, primeiramente, de ressaltar desta tribuna, a importância, no contexto social de todas as épocas, do professor. Ao destacar esta importância, devo, por uma questão de justiça, estabelecer uma relação com a seriedade com que o Governo do Estado está encaminhando os assuntos de interesse do professor paranaense.

Ouviu, este Plenário, dos oradores que ocuparam a tribuna e que nela me antecederam, algumas dúvidas postas aos princípios inspiradores da Mensagem do Governador do Estado. Chegou-se a ventilar mesmo que não estaria sendo dispensada a atenção à educação, necessária para a formação de nossa juventude.

Permito-me dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para o orçamento de 1980, que esta Casa vai apreciar brevemente, o Governo do Estado destina a maior fatia do bolo orçamentário: (21,1%), crescendo, este orçamento, em relação a este ano, 86%.

Como é que se pode colocar em dúvida as intenções do Governo para com a educação? Não pode haver um argumento mais forte deste interesse, deste empenho, do que a destinação de maciços recursos financeiros para a educação do Paraná.

Um Governo que, em poucos meses, adota um sol de providências em favor do professorado, não pode ter colocada em cheque a sua intenção de atender ao magistério. E me permito enumerar algumas dessas providências, simplesmente para fazer justiça à atuação governamental:

O retorno ao município de origem, de 1.529 professores que prestaram concurso de promoção, no final do ano passado; foi a primeira medida a abrir o elenco de providências administrativas, de política administrativa, de política educacional do Governador Ney Braga.

Isto não significa interesse pela educação?

Foram remanejados 1.200 professores, da primeira à oitava séries; foram nomeados 1.291 professores para o grupo ocupacional, MPB 100 NÍVEL DE ATUAÇÃO 1, a partir de 15 de junho de 1979, num custo superior a trinta milhões de cruzeiros. Foi regularizada a situação de 1.128 professores, que prestaram concurso de promoção em 29 de dezembro do ano passado. Promoção para a classe C; nível de vencimento 3, a partir de agosto deste ano. Custo para os cofres públicos, quatorze milhões de cruzeiros.

Transposição de 3.354 professores, para o quadro de especialistas da educação, a partir de 10 de agosto. Custo desta medida administrativa, oitenta milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Governo que faz o que já fez, não pode, sob pena de se cometer e de se consagrar uma rotunda injustiça, não pode ser julgado tão apressadamente e tão sem fundamento.

Este mesmo Governo que mostrou a sua preocupação com a educação desde o primeiro momento, foi também o

Governo que entendeu os movimentos reivindicatórios dos professores no ano passado e que os absolveu. Este Governo, felizmente está provando a sensibilidade que tem para esta causa que eu posso dizer, das mais destacadas, para a grande comunidade do Paraná.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Airtton Cordeiro eu, como leigo no assunto de Constituições e leis, venho acompanhando os discursos que se faziam da tribuna pela bancada da ARENA e MDB e para ver se eu conseguia clarear um pouco o assunto e saber se a matéria é constitucional, ou não é constitucional. E ainda não cheguei a uma conclusão a respeito, para poder então votar honestamente, segundo a minha consciência. Gostaria de perguntar então a Vossa Excelência se a matéria é constitucional ou não é constitucional?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permito-me, Sr. Deputado, invocar o parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. É a Comissão Técnica, desta Casa, para discutir a constitucionalidade. E diz o parecer: “que sob o aspecto legal e constitucional, a matéria encontra amparo na Constituição do Estado, que estabelece no seu artigo 25, parágrafo primeiro e 47 inciso 1, a competência para iniciar processo legislativo, sobre a matéria referente ao funcionalismo público. E completo, Sr. Deputado, invocando as fontes de Direito, que a doutrina recomenda. A Constituição de 1967, efetivou funcionários públicos do Estado do Paraná, com mais de cinco anos de serviço. Devo dizer a Vossa Excelência que por analogia, nós nos encontramos diante de uma matéria com as mesmas características, porque é pressuposto da lei, do plano de lei que estamos discutindo, que também os professores suplementaristas tenham mais de dois anos.

E digo a Vossa Excelência e a esta Casa, que muitos desses professores estão muito além desse estágio probatório que se requer como requisito de dois anos, porque são muitos que estão nos dez, quinze, vinte anos, dando aulas suplementares no Estado, sem um direito garantido.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Porisso, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, quando se fala em constitucionalidade, eu permito-me dizer que, além da iniciativa da matéria ser de competência exclusiva do Poder Executivo, ao invocarmos este princípio de analogia, que é uma fonte de direito, nós, além de tudo, estamos apreciando, discutindo e votando a matéria Legislativa, e esta é uma Casa de Leis, logo, estamos legislando.

O Sr. Deni Scheartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência acaba de dar o total e final argumento para a reivindicação dos Srs. professores, do meu ponto de vista inconstitucional, mas que seria, talvez o mais justo, de que todos os professores tem o seu estatuto, sejam eles suplementaristas ou não. Quando Vossa Excelência lembrou, e lembrou muito bem, a Constituição de 1967, ocorreu-me o seguinte: o Governo passado, utilizando esse artigo da Constituição de 1967, deu estabilidade a todos os suplementaristas que, em 1967, tinham cinco anos de serviço prestados ao Estado. Isto, posteriormente ao Estatuto do Magistério. Suplementaristas com mais de cinco anos, em 1967, conseguiram a estabilidade no Estado. E estes suplementaristas, e estes professores, tiveram lugar aonde? No Quadro do Estatuto do Magistério e não no Quadro dos Funcionários.

Portanto, lá estava aberto o precedente para que estes suplementaristas de agora — e agora sim, inconstitucional talvez, mas justo, pudessem também estar no Quadro do Magistério. Por que dois tratamentos diferentes? Por que aqueles professores, aos quais foi dada estabilidade no ano passado, houve vaga no Estatuto do Magistério?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me, Deputado Deni Schwartz.

Tenho em mãos o Diário Oficial que publicou o Estatuto do Magistério, de 22.12.1976, a Lei Complementar n.º 7, e este Diário Oficial é de 13.01.1977.

Nós estamos a falar sobre a efetivação que foi concedida aos servidores públicos estaduais com mais de cinco anos de tempo de serviço. Efetivação consagrada no texto constitucional de 1967.

O Sr. Deni Schwartz — Foi dada estabilidade a funcionários e a professores e estes professores...

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... não no Estatuto do Magistério, porque o Estatuto é de 1977, Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — O Governo deu estabilidade e os enquadrou no Estatuto do Magistério. O Governo, agora, no meu ponto de vista, inconstitucionalmente, está dando estabilidade e não os está enquadrando no magistério. Está aberto o precedente para que todos os suplementaristas fossem enquadrados inconstitucionalmente, mas com justiça, no Estatuto do Magistério, e é o que apresento à consideração da casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de responder ao honroso aparte de Vossa Excelência, com o que está estatuído no art. 23, do Estatuto do Magistério. Capítulo 3, que trata das nomeações: “As nomeações serão feitas em caráter efetivo, nos casos de provimento, mediante concurso de provas e títulos”.

É requisito essencial para inclusão do professor, no regime do Estatuto do Magistério.

E devo adicionar, Deputado Deni Schwartz, e ao fazê-lo, inclusive presto uma homenagem aos professores, às lideranças de classe que sempre propugnaram pela realização do concurso. Esses professores sempre buscaram, como solução mais alta para os seus problemas, para suas dificuldades, a realização do concurso público. Inclusive, invocando o abandono que foram submetidos há mais de 10 anos.

Não se queira responsabilizar, injustamente, o Governo do Sr. Jayme Canet Júnior. Não é uma situação do governo passado. É uma situação crônica, aqui no Paraná.

E quando esses professores pedem o concurso, que, sem dúvida, é uma regra moral que deve ser estimulada, eles entendem que não devem admitir, em seu Estatuto Próprio, professores pelas portas dos fundos.

Afirmo a Vossa Excelência que dou respaldo a este critério. Porque, é através da seletividade desse concurso que poderá o professor alcançar também o melhor grau de profissionalização. Entendendo-se o conceito de profissionalização não só exclusivamente quanto à retribuição financeira, mas também quanto à qualidade do serviço prestado.

O Sr. Deni Schwartz — Se Vossa Excelência permite, diria que, analogamente, a Lei Complementar n.º 7, que solicita o concurso e também o artigo 63, do Estatuto dos Funcionários Públicos, exige que, para nomeação haja concurso.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência há de recordar que o Deputado Gilberto Carvalho, num aparte ao pronunciamento do Deputado Tolentino, fez ressalva de que as exceções legais são também previstas.

O Sr. Deni Schwartz — Nas exceções legais não constam os professores.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Servidores, em caráter geral.

O Sr. Deni Schwartz — Agora, gostaria de lembrar que a nossa discussão deveria ser menos em função da constitucionalidade, e mais função da educação.

Por isso, as exceções citadas, também existem no Estatuto do Magistério.

Quando se deu lugar, no Quadro do Magistério, a professores suplementaristas que adquiriram estabilidade, em função da Constituição de 67.

Não se procurou, porque, esse professor não fez concurso, portanto, não atendeu a Lei Complementar n.º 7, não se procurou um lugar no Quadro do Funcionário Público. Achou-se um lugar para esse professor lá dentro. E digo mais, amanhã irei discutir a matéria.

Mas, esta Assembléia, em dezembro do ano passado, sob protesto deste Deputado, aprovou, quando da Mensagem enviada a esta Casa, de aumento do funcionalismo do Estado, que não tinha nada a ver com o Estatuto do Magistério, aprovou um monstro, por injunções políticas, a efetivação, dentro do Estatuto do Magistério, de 75 professores biônicos; 75 supervisoras e orientadoras educacionais que, bionicamente, estavam dentro da Secretaria de Educação e Cultura.

Portanto, concordo em número, gênero e grau, com os professores e com o nobre Orador, para a educação, não tanto para o Professor em si, mas, acima do Professor, da educação. Nós deveríamos estar pensando aqui, e nos perguntando: por que não se realizam concursos para todas as vagas abertas e existentes neste Estado? Medo do Suplementarista não passar? Não, ele passará, a menos que não tenha condições de ser Professor, e, aí, não poderá educar nem o meu filho, nem o filho do operário, deverá então ir procurar outra função. Há necessidade é de concursos, esta é a grande verdade, concursos para todas as vagas, e nós não teríamos nem razão de estarmos discutindo isto, porque, na verdade, estamos montando um casuísmo. Quero inclusive vir de público dizer que, acredito, esteja aí, pelo menos uma forma de acertar o Professor. Quero reconhecer que o Governo está tentando o melhor estágio dentro do Quadro do Funcionário Público, do que em nada. Mas, fica a pergunta: e como ficarão aqueles Professores que ganharam, em juízo, o Fundo de Garantia e os direitos que tinham pela CLT? E os Professores que há 10, 15 anos estão prestando serviços ao Estado? Esta lei não diz que eles contarão tempo de serviço! Precisaríamos aperfeiçoar mais, esta lei, ela já foi aperfeiçoada por esta Casa, e no próprio Anexo de hoje nós vemos, os Srs. Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça já fizeram voltar essa Mensagem ao Governo, e ela já foi aperfeiçoada. Deveria sê-lo mais.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço, Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Antes de mais nada, Deputado Ailton Cordeiro, quero congratular-me com Vossa Excelência por traduzir, desta tribuna, exatamente o pensamento deste Parlamentar, que tem acompanhado com Vossa Excelência e com os demais Senhores Deputados, esta relevante e importante matéria que se discute, e, também, por traduzir, desta tribuna, o espírito do atual Governo em poder fazer, dentro da realidade, o melhor para o Magistério e para todo o nosso Estado; em segundo lugar, quero me ater exclusivamente à matéria que aqui, se discute, ao projeto de lei que discutimos, porque, se fôssemos aqui fazer uma análise geral da situação do Magistério, nós careceríamos de alguns dias para o fazermos.

Como quanto ao projeto de lei de hoje, discute-se, mais, a constitucionalidade, quero de público dizer que, como membro da Comissão de Constituição e Justiça estive em determinada hora, com a dúvida que acabou de dizer, em aparte, o Deputado Gernote Kirinus e, quiçá, será a dúvida de mais alguns dos Srs. Parlamentares aqui presentes. No entanto, quando estava levantada a dúvida quanto à constitucionalidade e que, ao meu entender, por saber de que os Professores estavam ingressando no Estatuto do Magistério não pela primeira vez, mas pela segunda vez porque já são professores, aí estava o meu ponto de dúvida.

Optei pela constitucionalidade, porque, já na doutrina do Direito, quando se inicia numa doutrina do Direito, se aprende de que, quando se conflita o Direito e a Justiça, deve-se optar

pela Justiça. E foi aí que, eu, entendendo que esta Lei e esta Mensagem, que este projeto de lei é um Projeto de relevância e importância, de justiça, é que eu fiz a minha opção pela constitucionalidade, sabendo que, depois de aprovada esta matéria e sancionada pelo Governo, ficará constitucional.

Com referência e a mim me pareceu, que todo encaminhamento de votação dos Deputados da Oposição, se atendo na inconstitucionalidade desse projeto, é para amanhã dizer de que se é inconstitucional o ingresso dos atuais professores num quadro próprio criado, porque então não colocá-lo diretamente no Estatuto do Magistério? E eu diria de que o ingresso no Estatuto do Magistério, nobre Deputado, a mim parece-me que vai ferir o interesse de muitos dos senhores professores, vai ferir e vai ser até um desrespeito aos professores que entraram no Quadro Próprio do Magistério por concurso, e abrir-se-ia aí um precedente perigoso e incontrolável para todo o Quadro do Magistério.

Dáí então é que se cria um Quadro Único, porque neste Quadro Único não se prejudica ninguém. Neste Quadro Único o Governo tem condição e pode criar e admitir, enquadrar e dar uma garantia para quem hoje, não tem nenhuma garantia.

Dáí está o espírito desta Mensagem, é oferecer uma garantia a quem não tem, e por isso estou tranqüilo, votando favoravelmente a este projeto, como ele está constituído.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço a Vossa Excelência pelas corretas e ponderadas colocações que faz sobre esta matéria.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Gostaria de registrar que também acredito que a lei é serva da justiça e a Justiça por sua vez é serva dos homens, porque se a Justiça não atender os homens e os homens passarem a atender simplesmente a justiça, então estaria invertido naquela parábola de Cristo, quando diz que o homem não está em função do sábado mas sim o sábado em função do homem.

Assim também acredito que a Justiça está em função dos homens e no caso os professores e verificado nos argumentos de companheiros anteriores que a inconstitucionalidade se dá tanto por parte da Mensagem, não de sua competência. Realmente a Constituição como cita Sua Excelência no seu artigo 25, dá competências ao Governo de apresentar a Mensagem e o projeto-lei presente.

No entanto quanto a ressaltar o aspecto do concurso, quanto à substância da Constituição, é que nós encontramos a inconstitucionalidade.

Mas já verificado que existe inconstitucionalidade em ambos os lados, permito-me a perguntar, como portador que sou de mais de centenas de cartas de professores, pedindo a este humilde Parlamentar que está inclusive, ensaiando-se agora em questões constitucionais, a aprovação do substitutivo.

Pergunto porque a inconstitucionalidade e a medida política, portanto, que deveria prevalecer para dar justiça aos homens, aos professores, não fosse acatado por parte do substitutivo dos professores e porque o Governo arrisca-se a entrar na inconstitucionalidade? Ele talvez estaria ressaltado, dizendo que estaria dando uma medida política meramente acatando o substitutivo dos professores, parece-me inverte em tão grandes justificações como também a Mensagem do Governo, ou talvez até amplie a justiça, neste caso. É essa a dúvida que ainda tenho quanto a Mensagem, na opção entre a Mensagem do Governo e o substitutivo que os professores pretendiam apresentar a esta Casa, apoiado por centenas de professores. É isso que me sensibiliza acima de tudo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se Vossa Excelência tem dúvidas, Deputado Kirinus, quanto à constitucionalidade da Mensagem, se Vossa Excelência defende o substitutivo, tenho

certeza de que, conscientemente e justo como Vossa Excelência pretende ser, Vossa Excelência agrava a sua dúvida. Digo isto a Vossa Excelência com a maior tranquilidade, com base no texto frio, do Estatuto do Magistério, com base no artigo 23 deste Estatuto.

Então Vossa Excelência só pode agravar esta sua dúvida. Vossa Excelência não encontra nenhuma atenuante que possa diminuir a inconstitucionalidade. E este agravamento talvez seja uma das razões pela opção original da efetivação dos professores suplementaristas no Quadro Único de pessoal do Poder Executivo.

Devo dizer também que, da tribuna, foram feitas algumas informações quanto ao comportamento da bancada do meu Partido nesta Casa, invoco o testemunho das lideranças dos professores que estão aqui presentes. Quantas reuniões fizemos pelo Magistério? Quantas reuniões interpretando o pensamento destas lideranças fizemos com Secretários de Estado, que atendendo a determinação do Governador Ney Braga, inclusive alteraram a Mensagem original?

Hoje discutimos em cima de uma Mensagem aditiva que atendeu à algumas reivindicações, possíveis de serem atendidas, dos professores e de suas lideranças.

Estes recursos foram todos esgotados; e não posso definir de outra forma, como se não exclusivamente um posicionamento político, a apresentação pela bancada da Oposição, de um substitutivo. Respeito a atitude da Oposição. Mas permito-me dizer que a Mensagem do Governo tem um conteúdo social extraordinário. E alguém no plenário mencionou que talvez devesse o Governo optar, simplesmente, pelo concurso público, mesmo que fazendo concurso recentemente e mesmo que nomeie, brevemente, mais de três mil e trezentos professores. Se isto acontecesse, tenho a convicção pessoal e política de que o desemprego gerado por um concurso que marginalizasse uma parcela dos suplementaristas, nós estaríamos aqui ouvindo também as queixas, as denúncias, as observações e até os ataques da Oposição.

O Sr. Nilton Friedrich -- Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Srs. Deputados, o que pretendeu o Governo, e vai conseguir o seu objetivo, foi realmente minimizar todas as consequências previsíveis desta sua iniciativa. Efetivando mais de seis mil suplementaristas, o Governo assegura o direito ao trabalho, coberto por lei...

O Sr. Lineu Turra -- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO -- ... por um Estatuto, por este contingente que não poderia ficar à margem do Magistério paranaense.

Devo também trazer uma razão de ordem técnica para reforçar esta tese, porque nós sabemos que muitos destes suplementaristas, dezenas, centenas deles, já deixaram os bancos escolares há muito tempo e num concurso público aberto a todos, sem um peso específico alto, como é o do último concurso, peso 7 para o tempo de serviço, muitos não teriam a felicidade da aprovação. E depois de oferecer uma contribuição ao Estado, estariam simplesmente desempregados e aí a Oposição denunciaria o caos social, instalado no magistério paranaense.

O Sr. Lineu Turra -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ailton Cordeiro, nós reconhecemos a inteligência de Vossa Excelência e o brilhantismo com que sustenta a sua posição. Agora, entendemos, Deputado que a aspiração, os anseios dos professores suplementaristas, é ingressar no quadro próprio do magistério, é ingressar no quadro próprio do Estatuto do Magistério público, exatamente. E Vossa Excelência afirma que isso é inconstitucional, porque o Artigo 23 do Estatuto veda o ingresso na carreira do Magistério, sem o concurso. Bom, Vossa Excelência se preocupa com a inconstitucionalidade nesse aspecto. Agora veja, muitas inconstitucionalidades têm sido cometidas ao longo desses anos, pelo Governo. Existem dois regimes jurídicos: um estatutário e outro CLT. O terceiro -- e não existe o terceiro regime, no qual estão enquadrados os suplementaristas. Então, porque, se Vossa Excelência acha que a matéria em discussão não é inconstitucional, que nós entendemos que é, já que não se faz questão de inconstitucionalidade; então porque não se incluir desde logo, os suplementaristas, no Quadro Próprio do Magistério? É a indagação que faria a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Imagino, Deputado Lineu Turra, já ter respondido, inclusive, a indagação que me fez Vossa Excelência anteriormente. Invoquei, inclusive, o posicionamento dos próprios professores que pleiteavam o concurso público, para ingresso na carreira do magistério. Foi inclusive uma razão até inspiradora da própria sugestão por nós oferecida, apreciada e aprovada pela Assembléia, uma razão que considero relevante. Vou mais além, Deputado Lineu Turra, tão logo apresentamos a sugestão, o Deputado Augusto Carneiro e este Parlamentar, esse Deputado esteve numa Assembléia dos professores e lá, nós ouvíamos louvores à iniciativa. O próprio Substitutivo é consequência, quem sabe até de uma discussão mais prolongada sobre a matéria. Ou quem sabe a tentativa de pedir mais para ganhar um pouco menos? Isto faz parte até da negociação política. Acho legítimo este posicionamento. Quando Vossa Excelência faz esta pergunta a este Parlamentar, eu respondo, com tranquilidade, de que foi para atender, também o posicionamento, que julgo altamente moral, das lideranças dos professores do nosso Estado.

O Sr. Nilton Friedrich -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado, duas colocações: primeiramente Vossa Excelência acabou de colocar uma posição, parece-me que tranqüila e até recomendaria à Liderança do meu partido, e nós iríamos para Casa, porque o projeto será aprovado. Foi o que Vossa Excelência reafirmou. E não é verdade, ilustre Deputado, nós estamos já quase acostumados e efetivamente entendemos: que estão sempre preocupados em mais servir o Governo do que o Governo servir ao povo. Em mais servir a autoridade do que a autoridade servir à população.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Não é o caso concreto, Deputado Nilton.

O Sr. Nilton Friedrich -- Porque, ilustre Deputado, ouvindo tudo que já se disse, aqui, neste assunto polêmico, ouvi também que entre o direito e a justiça, fico com a justiça.

Mas, no instante em que a classe dos professores, utilizando-se da estrutura, dos departamentos que compõem os seus quadros associativos, define uma proposta concreta, parece-me que ali chegou a hora de diferenciar o político que quer servir à autoridade ou quer servir o seu povo.

Parece-me que aí está o limite fronteiro em querer fazer efetivamente justiça, ou querer dar-se mais uma solução paliativa, mais uma medida accidental do que propriamente definitiva. Porque, se os professores que estão sentindo no dia-a-dia o problema e não é um Nilton Friedrich, nem Ailton Cordeiro, nem o Deputado Kirinus, nem o Deputado Erondy Silvério, ninguém, sabe mais das dores, dos problemas dos professores do que os professores.

E se os professores efetivaram um estudo, discutiram longamente, e trouxeram uma proposta concreta, ou nós estamos servindo o povo ou estamos servindo a autoridade.

Outro aspecto, nobre Deputado, é que é inconstitucional o projeto do Governo.

A Lei Federal 5692, de 11.08.1971, prevê no art. 36: "Em cada sistema de ensino haverá um estatuto que estruture a carreira do magistério de primeiro e segundo grau, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas

da presente lei, e complementando-as no quadro da organização própria do sistema”.

É a lei federal.

A Constituição do Estado do Paraná prevê e determina no artigo 138, parágrafo único: “O Magistério Estadual será organizado em estatuto próprio, mediante lei.” Temos a lei federal, temos a Constituição do Estado, aí, para atender a disposição constitucional surge o Estatuto do Magistério.

E o Estatuto do Magistério, no seu artigo primeiro diz: “O presente estatuto organiza o magistério público de ensino de primeiro e segundo grau. Estrutura as respectivas séries de classe, e, na conformidade com a lei 5692, de 11.08.1971, e estabelece o regime jurídico pessoal do magistério público, vinculado à administração do Estado do Paraná”.

Portanto, ilustre Deputado, e esta Casa precisa talvez atentar por este detalhe, da estrutura jurídica do assunto, da pirâmide que se coloca: lei federal, prevendo e exigindo esta disposição, aliás, a Constituição do Estado que vem atender a determinação federal, o estatuto do Magistério que organiza o magistério público e define um quadro próprio. Portanto, lógico, claro e conclusivo, o regime a vigorar é o Estatuto do Magistério. O resto é sofisma, é tentativa acidental de resolver o problema gravíssimo que existe.

Nestas alturas, ilustre Deputado, não fico com o projeto, não fico com o Governador do Estado, não fico com a ARENA e nem com o MDB, não fico com o Líder do meu partido, fico com os professores que definiram o substitutivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta interromper o nobre Deputado, mas se encontra sobre a Mesa um requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério. (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a prorrogação por mais duas horas, da duração, a presente sessão.”

Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Antes que Vossa Excelência atenda à questão de ordem do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito do Sr. Primeiro Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam a chamada 48 Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

30 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

Com a palavra o nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto às dúvidas levantadas da tribuna desta Casa, sobre a profissionalização do professor, devo dizer que é inteiramente justo defender e dar um tratamento de maior profundidade.

E a esse respeito, trago ao plenário, a impressão que tenho, dos muitos contatos feitos com o Governador e com o Secretário da Educação. Ambos estão afinados com este conceito. E ainda ontem, ao receber uma comissão de professores, o Governador do Estado jurou fazer o possível pelo magistério do Paraná.

Ao concluir, Sr. Presidente, devo dizer que me penitencio diante dos companheiros se roubei o seu tempo. Mas, espe-

ro ter tratado da matéria com a seriedade que ela merece.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão, o Projeto de Lei n.º 95/79. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu desejo registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, fará o registro do voto contrário do nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Desejo o mesmo, Sr. Presidente, que fique registrado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que revoga a Lei n.º 5318, de 10/05/66 e transfere para a localidade de PINHAL DE SÃO BENTO, a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 103/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogada a Lei n.º 5318, de 10/05/66.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1979.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 5318 — transferiu a sede do Distrito de Pinhal de São Bento, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, para a localidade de Sede União.

Entretanto, tal transferência vem ocasionando sérias dificuldades dos moradores do distrito, pois a sua instalação e infraestrutura está toda localizada na localidade de Pinhal de São Bento, de acordo com a Lei 4.838, de 26/02/64 — que criou aquele Distrito.

O Ofício n.º 1.983/79 — de 17/06/79 — que recebemos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, que anexamos ao presente, melhor exemplifica a medida proposta, que vem sendo a reivindicação da laboriosa população daquela progressista Região do Sudoeste do nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 103/79

O projeto objetiva a revogação da Lei n.º 5318, de 10 de maio de 1966, que transferiu a sede do Distrito de Pinhal de São Bento, no Município de Santo Antônio do Sudoeste para a localidade de Sede União e, por via de consequência, restabelecer a situação anterior, ou seja, fazer retornar a sede do mencionado distrito para a localidade de Pinhal de São Bento, como dispunha a Lei n.º 4.838, de 26 de fevereiro de 1964, no seu Art. 6.º, na oportunidade da sua criação.

Durante a sessão de 08 de agosto do corrente ano, requeri, na forma da Lei Orgânica dos Municípios, o suprimento da anuência da Câmara Municipal interessada, no que fui atendido, conforme o Ofício n.º 2.038/79, de 28 de agosto de 1979, assinado pelo ilustre Prefeito Municipal (doc. de fls. ...).

Considero, portanto, o projeto devidamente instruído, porém, entendo que a fórmula adotada, em termos de técnica legislativa, não é aceitável. Isto porque, consoante dispõe o § 3.º, do Art. 2.º, do Decreto-Lei n.º 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro), “in verbis”:

“§ 3.º — Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.”

Em outras palavras, a revogação da Lei n.º 5.318, de 10 de maio de 1966 não implica na revivência da Lei n.º 4.838, de 26 de fevereiro de 1964 — art. 6.º —. Há que se estabelecer norma expressa com essa finalidade, o que se consubstancia através do anexo projeto de lei no bojo do competente substitutivo geral.

Pela aprovação, observado o aditamento.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva Geral ao

PROJETO DE LEI N.º 103/79

Art. 1.º — Fica transferida para a localidade de PINHAL DE SÃO BENTO a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2.º — Esta lei encontrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a “APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, de Contenda, com sede e foro na Cidade da Lapa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 124/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica considerada de utilidade pública a APMI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Contenda, com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1979.

a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

Através dos documentos anexos, consubstanciados na cópia da Certidão dos Estatutos, atestado firmado pelo Senhor Prefeito Municipal, lei que declara de utilidade pública do Município de Contenda, atestado da composição de sua Diretoria, atestado de não remuneração da mesma, relatório das atividades desenvolvidas.

Ficam evidenciadas a justeza do presente projeto de lei.

Trata-se de entidade que vem desenvolvendo obra das mais meritórias, de caráter Benéfico e Assistencial, destituída de fins lucrativos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 124/79

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado JOÃO ELÍSIO, tem por objetivo declarar de utilidade pública a APMI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Contenda, com sede e foro na cidade da Lapa.

Foram anexados diversos documentos, dando conta de que a referida entidade, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 207, de Contenda, de 04 de maio de 1972, promove assistência materno-infantil e outras obras sociais, estando devidamente registrada, e que sua diretoria não percebe qualquer remuneração.

Preenche, portanto, o presente Plano de Lei, todos os requisitos legais, inexistindo qualquer vedação constitucional para sua aprovação.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

FIDELCINO TOLENTINO — Relator

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Deferido. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

46 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há “quorum” para o prosseguimento da Sessão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/79, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica “Humanitas”, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 128/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE FILANTRÓPICA “HUMANITAS”, com sede no Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1979.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE FILANTRÓPICA “HUMANITAS”, iniciou suas atividades, em setembro de 1977, e tem como seu maior objetivo, a orientação e a prevenção do “MAL DE HANSEN”, tendo inclusive adquirido uma área de 6,5 alqueires de terras, onde está em fase de conclusão, a construção de um prédio em alvenaria, para abrigar um Centro Médico, e um Centro Social onde funcionará o serviço de REABILITAÇÃO de doentes portadores do “MAL DE HANSEN”. A iniciativa desta entidade, da qual anexamos seus estatutos sociais, histórico e projeto regional para combate ao “MAL DE HANSEN”, mostra a grandiosidade do trabalho que será realizado, deverá contar com um atendimento dos mais completos, haja visto que este atendimento, mesmo precário, há tempos vem sendo realizado por esta entidade. O trabalho que está sendo realizado no Município de São Jerônimo da Serra, é pioneiro no interior do Estado do Paraná, e o Título de Utilidade Pública, seria a demonstração de que os Parlamentares desta augusta Casa de Leis, não estão ausentes aos trabalhos que são desenvolvidos por estas entidades, que através de suas diretorias, associados e colaboradores, que voluntariamente, dedicam grande parte de suas horas, e mesmo de suas vidas, em prol daqueles que realmente necessitam de ajuda, numa demonstração de que os problemas sociais, não devem ser resolvidos somente por parte dos governos, mas sim de toda uma comunidade, que unidos através de suas entidades de cunho filantrópico, procuram resolver seus próprios problemas. Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, na aprovação deste projeto de lei, do qual anexamos documentos que realmente provam sua existência, e a utilidade de seus serviços a toda a comunidade do Município de São Jerônimo da Serra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/79

De autoria do nobre Deputado José Lázaro Dumont, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS”, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preen-

che os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente
NELTOM FRIEDRICH -- Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/79, de autoria dos Deputados AIRTON CORDEIRO e JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o “Movimento Familiar Cristão - M.F.C.”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 135/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO - M.F.C.”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1979.

aa) AIRTON CORDEIRO e JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é promover os valores humanos e cristãos da família, sem fins lucrativos.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 135/79

De autoria dos ilustres Deputados Airton Cordeiro e João Mansur, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o “MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO - M.F.C.”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelos seus autores e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente
PAULO CAMARGO -- Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que denomina “Deputado Sílvia Barros” a Rodovia PR-317, trecho Maringá-Santo Inácio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 136/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada “Deputado Sílvia Barros” a Rodovia PR-317, trecho Maringá-Santo Inácio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1979.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Sílvia Magalhães Barros foi um dos homens públicos de maior atuação nestes últimos vinte e cinco anos da história política e administrativa do nosso Estado.

Identificado com a própria terra em que viveu, foi Vereador, por duas Legislaturas, Deputado Estadual e Federal e, finalmente Prefeito Municipal de Maringá.

No desempenho do seu mandato de Vereador, durante oito anos, na Câmara Municipal de Maringá, quando a cidade iniciava uma fase de crescimento vertiginoso, soube desempenhar as suas funções com dedicação e amor à causa pública, contribuindo para dotar a cidade de uma infra-estrutura sólida e transformá-la num grande polo regional de desenvolvimento econômico e cultural.

No desempenho do seu mandato de Deputado Estadual teve uma atuação destacada pela capacidade de trabalho e de liderança, ao lado da sua exemplar conduta de Parlamentar que o fez credor do respeito e admiração dos seus Pares, elegendo-o para a direção da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Foi nessa época que Sílvia Barros revelou-se não somente um defensor aguerrido dos anseios da gente do Município de Maringá, mas de toda aquela Região do Norte Novo, incluindo no Orçamento do Estado verbas necessárias para a construção de estradas, principalmente o trecho Maringá-Iguaraçu-Santa Fé e Santo Inácio.

Na Câmara Federal, jamais fugiu da luta quando os interesses de seu Estado, de sua cidade e de sua terra exigiam decisões firmes, independentes e imediatas. Jamais se omitiu quando convocado para lutar e defender os interesses da comunidade, e isso o fez todos os momentos e em todo o tempo que exerceu o seu mandato federal.

Enfim, como Prefeito de Maringá, asfaltou avenidas e ruas incentivou a educação e o ensino, dotou os bairros de unidades escolares modernas, incentivou o esporte construindo um grande Estádio, dotou a cidade de galerias pluviais e de todas as melhorias que transformaram a cidade numa verdadeira metrópole e num grande polo econômico, financeiro, cultural, turístico e desportivo.

Para a construção e asfaltamento da Rodovia PR-317, Sílvia Barros foi incansável, pois essa estrada é de importância vital, beneficiando diversos Municípios como Iguaraçu, Santa Fé, Santo Inácio e tantos outros daquela Região do Norte Novo paranaense.

A denominação “Deputado Sílvia Barros” à Rodovia PR-317 é uma homenagem justa que se presta a um homem que dedicou grande parte da sua vida à causa pública, especialmente com sua atenção voltada para os interesses da região que a referida rodovia serve, pois, como Deputado Estadual, foi Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Membro da Comissão de Finanças, carreando recursos para a concretização daquele tronco rodoviário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 136/79

Visa o Deputado ANTÔNIO FACCI, através do presente plano de lei, perpetuar a memória daquele que foi um dos brilhantes Deputados que passaram por esta Casa.

SÍLVIO BARROS, mineiro de nascimento e paranaense de coração, acreditando na pujança do Paraná, radicando-se no Norte do Estado, no então vilarejo, onde hoje floresce uma das mais importantes cidades do interior que como pioneiro, dedicou sua vida sempre voltada para o progresso de Maringá.

Aquele espírito de pioneirismo sempre acompanhou SÍLVIO BARROS constituindo-se em virtude do seu trabalho e

sua dedicação, num homem público ímpar, notadamente pela sua filosofia nacionalista.

Como Deputado Estadual, SÍLVIO BARROS engrandeceu o Poder Legislativo do Estado, através de uma atuação destacada, com um comportamento notável por meio de seus trabalhos legislativos de alto nível e com pronunciamentos brilhantes que muito contribuíram para a solução de importantes problemas do Estado, bem como inúmeras proposições foram apresentadas por aquele parlamentar, abordando soluções para grandes problemas brasileiros.

Teve, ainda, SÍLVIO BARROS destacada atuação na Câmara Federal que lhe valeu a eleição para Prefeito da cidade que ele mais amava - Maringá -, onde na chefia do Executivo Municipal continuou dedicando-se integralmente na Administração, dotando Maringá de realizações pioneiras que a colocaram entre as mais bem estruturadas, principalmente em saneamento do Brasil.

Seria extremamente estafante relacionar todas as atividades e realizações de SÍLVIO BARROS, porquanto teve ele, sempre um entusiasmo às vezes incontrolável pelo trabalho em favor das causas que abraçou, tendo como homem público, como empresário, deixado uma folha de serviços imensa, tanto como Vereador em Maringá, Deputado Estadual, Deputado Federal e Prefeito de Maringá.

Por estas razões, somos FAVORÁVEIS à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente
RENATO BERNARDI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 137/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Londrina - FUNTEL", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 137/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO DE LONDRINA - FUNTEL, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1979.

a) VALDUGA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 137/79

De autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, o presente Projeto de Lei n.º 137/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE LON-

DRINA - FUNTEL", com sede e foro na cidade de Londrina.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente
DENI SCHWARTZ - Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Sobre a mesa, requerimentos de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de lei. - Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a juntada ao Projeto de Lei n.º 70/78, o "curriculum vitae" ao mesmo. - Junte-se ao referido projeto de lei.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Estado do Paraná" e à Secretaria da Cultura e Esporte, pela publicação do suplemento sobre "O Contestado". - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja promovido pela Assembléia Legislativa do Estado, um debate sobre a "Problemática da Cafeicultura Nacional" e, para isto sugere a criação de uma Comissão Especial. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 91, 92, 93 e 94/79.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 95, 103, 124, 128, 135, 136 e 137/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a sexta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 158/78, 104, 112, 117, 120, 121, 122, 123, 126, 134, 140 e 141/79.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 95/79.

Levanta-se a sessão.